

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação em Administração Pública - PPGAP

Dayane Patrícia Cunha de França

**DETERMINANTES DA EVASÃO ESCOLAR DOS DISCENTES EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIECONÔMICA: UMA ANÁLISE DO PLANO DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFNMG CAMPUS ALMENARA NO PERÍODO
DE 2012 A 2016**

**Teófilo Otoni
2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação em Administração Pública - PPGAP

Dayane Patrícia Cunha de França

**DETERMINANTES DA EVASÃO ESCOLAR DOS DISCENTES EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIECONÔMICA: UMA ANÁLISE DO PLANO DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFNMG CAMPUS ALMENARA NO PERÍODO
DE 2012 A 2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração Pública da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Linha de Pesquisa: Gestão de Organizações Públicas do Estado.

Orientadora: Profa. Dra. Geórgia Fernandes Barros

**Teófilo Otoni
2018**

Ficha Catalográfica
Preparada pelo Serviço de Biblioteca/UFVJM
Bibliotecário responsável: Gilson Rodrigues Horta – CRB6 nº 3104

F814d França, Dayane Patrícia Cunha de.

2018 Determinantes da evasão escolar dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica: uma análise do plano de assistência estudantil no IFNMG campus Almenara no período de 2012 a 2016. / Dayane Patrícia Cunha de França. Teófilo Otoni, 2018.

113 p. ; il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, 2018.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Geórgia Fernandes Barros.

1. Assistência estudantil. 2. Evasão. 3. Vulnerabilidade social.

I. Título.

CDD: 378

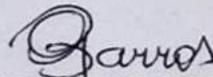
DAYANE PATRÍCIA CUNHA DE FRANÇA

**DETERMINANTES DA EVASÃO ESCOLAR DOS DISCENTES
CONSIDERADOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE
SOCIECONÔMICA: UMA ANÁLISE DO PLANO DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NO IFNMG CAMPUS ALMENARA**

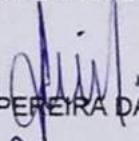
Dissertação apresentada ao
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA, nível de MESTRADO como
parte dos requisitos para obtenção do
título de MESTRA EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Geórgia
Fernandes Barros

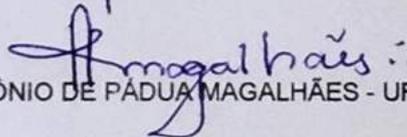
Data da aprovação : 19/12/2018



Prof.Dr.^a GEÓRGIA FERNANDES BARROS - UFVJM



Prof. SIMÃO PEREIRA DA SILVA - UFVJM



Prof.Dr. ANTÔNIO DE PÁDUA MAGALHÃES - UFVJM

Dedico este trabalho à minha mãe, Geny Barbosa da Cunha, minha maior incentivadora e base de sustentação da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder uma segunda chance de vida, depois de quase perdê-la na busca pela realização de meus propósitos. E agradeço ainda, por minha força, perseverança e pelos anjos que colocou em meu caminho durante a execução e conclusão deste projeto.

À minha mãe, Geny, minha fonte de inspiração e, acima de tudo, meu porto seguro; ao meu pai, Santos, pelo carinho e apoio constantes; aos meus irmãos, Cléia, Deive e Danilo, e aos meus sobrinhos, Isaac e Arthur, pelo carinho e paciência, indispensáveis na trajetória deste trabalho.

Ao meu esposo, Jairo, por estar sempre ao meu lado.

À minha orientadora, Geórgia, pela ajuda e comprometimento durante a elaboração e conclusão deste projeto.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública pelo aporte na minha formação.

Aos professores Simão e Magalhães pelas contribuições durante todo o processo da dissertação.

Ao IFNMG, pelo apoio e subsídios no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus amigos do mestrado que se tornaram minha família durante esses dois anos de estudo e me fizeram sentir especial: Alan, Ervânio, Fernanda, Gisa, Jéferson, Kellen, Luana, Luiz, Marcélia e Rhideme.

Aos amigos do IFNMG, em especial, Daiane e Alan, que tão bem me acolheram e se tornaram minha família almenarense, e Aline, Christiano, Mariana e Célio, por toda afeição.

Por fim, a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso deste trabalho, em especial quem esteve ao meu lado com palavras de força, incentivo e motivação.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

Madre Tereza de Calcutá

RESUMO

As políticas públicas educacionais emergem de uma necessidade, de um problema ou de uma questão socialmente contestada, que leva o Estado a propor ações afirmativas com a finalidade de diminuir ou erradicar fatores históricos que causaram a desigualdade social. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) está incluído nestas ações e seu propósito é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Este trabalho foi realizado com o objetivo de avaliar influências externas ao IFNMG que levaram à evasão escolar os discentes considerados como público-alvo do Programa de Assistência Estudantil implementado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas – Campus Almenara no período de 2012 a 2016. Em termos metodológicos a pesquisa caracterizou-se como descritiva, bibliográfica e documental, com abordagem quantitativa. Para o tratamento de dados foi utilizado o modelo econométrico: painel de dados linear, com o intuito de avaliar a relação existente entre a evasão escolar e características necessárias para inclusão no Programa. Os resultados demonstram que ao longo do período analisado aumentou a possibilidade de acesso à instituição de ensino, com inclusão social, principalmente para uma parcela da sociedade que reside em regiões mais remotas. As pesquisas mostram ainda que os recursos financeiros repassados pelo governo federal não foram suficientes para atender toda a demanda de estudantes em situação de vulnerabilidade social e que embora a renda seja fator importante na permanência do aluno estudando, existem outros determinantes que influenciaram a evasão escolar. A esse respeito, o estudo evidenciou que quando os discentes são selecionados por meio dos indicadores beneficiários de programas sociais, local de moradia e renda *per capita* da família e recebem os auxílios da assistência estudantil, há uma diminuição da evasão escolar e quanto maiores estes recursos, menores as chances de desistência. Isso indica que os determinantes da evasão escolar vão desde o local da moradia do aluno, a fatores de trabalho e questões psicossociais. Portanto, o PNAES tem tido impactos favoráveis na redução da saída de alunos da escola nos anos considerados.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Evasão. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

The public educational policies emerge from a necessity, from a problem or from a socially contested issue, which leads the State to offer affirmative actions in order to reducing or eradicating factors that have caused social inequality. The National Plan for Student Assistance (PNAES) is included in these actions and its purpose is provide equal opportunities among all students and contribute to the improvement of academic performance, from measures that seek to avoid retention and dropout. This work aimed at evaluating influences out of IFNMG that led to student considerate as a target of Student Assistance Program implemented by the Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas – Campus Almenara to dropout from 2012 to 2016. In methodological terms, the research was characterized as descriptive, bibliographical and documentary, with quantitative approach. For the data analyses, the econometric model was used: linear data panel, in order to evaluate relation between the subjects of school dropout and the characteristics necessary for inclusion in the Program. The results show that in the analyzed period, the probability of access to the educational institution with social inclusion increased, especially as for a portion of the population that is in more remote regions. The results also show that the financial resources supported by the Federal government were not enough to meet the demand of students in social vulnerability situation and that although income is an important factor to students' permanence in studying; there are other determinants that influence school dropout. In this regard, the study showed that when students are selected by means of social programs indicators, place of residence and family *per capita* income from the IFNMG and the per capita income of the family and receive aid from student assistance, there is a decrease in school dropout and the higher these resources , the lower the chances of abandonment. This indicates that the determinants of school dropout vary from the residence local, factor as for work as well as psychosocial issues. Therefore, the public policy has had favorable impacts in reducing the school dropout in the evaluated years.

Keywords: Dropout. Social vulnerability. Student.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação gráfica do problema na política pública.....	24
Figura 2: Ciclo das políticas públicas.....	25
Figura 3: Sistema de Implementação das Políticas de Assistência Estudantil	31
Figura 4: Construção de sistema de indicadores para ciclo de políticas públicas	37
Figura 5: Relações causais de uma política pública	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Áreas Estratégicas do PNAES.....	32
Quadro 2: Estudos relacionados ao PNAES.....	47
Quadro 3: Estudos relacionados à evasão escolar no IFNMG	52
Quadro 4: Variáveis utilizadas nos modelos lineares de painel estimados	60
Quadro 5: Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios	76
Quadro 6: Número de auxílios e modalidade no ano de 2012.....	85
Quadro 7: Número de auxílios e modalidade no ano de 2013.....	86
Quadro 8: Número de auxílios e modalidade no ano de 2014.....	87
Quadro 9: Número de auxílios e modalidade no ano de 2015.....	88
Quadro 10: Número de auxílios e modalidade no ano de 2016.....	89
Quadro 11: Correlação entre indicadores	97
Quadro 12: Estimação por Mínimos Quadrados Ordinários	97
Quadro 13: Resultado do modelo de dados em painel com efeitos fixos.....	98
Quadro 14: Resultado do modelo de dados em painel com efeitos aleatórios	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: IDHM – Microrregião de Almenara – 2010.....	65
Tabela 2: Renda Média e <i>Per capita</i> – Microrregião de Almenara (Valores em R\$).....	66
Tabela 3: Pobreza – Microrregião de Almenara.....	67
Tabela 4: Pobreza 2– Microrregião de Almenara - 2010	68
Tabela 5: Desigualdade – Microrregião de Almenara - 2010	69
Tabela 6: Vulnerabilidade – Microrregião de Almenara - 2010	70
Tabela 7: Alunos contemplados pela Assistência Estudantil	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução em reais (R\$) dos recursos destinados à assistência ao discente do IFNMG.	79
Gráfico 2: – Recursos em reais (R\$) destinados à assistência ao discente do IFNMG Campus Almenara de 2012 a 2016.....	81
Gráfico 3: Despesas obrigatórias do Governo Federal - Alimentação Escolar	82
Gráfico 4: Ações complementares para atendimento aos alunos	83
Gráfico 5: Recursos financeiros para execução do PNAES no IFNMG Campus Almenara ...	84
Gráfico 6: Relação entre o público-alvo do PNAES e o público-alvo atendido pelo IFNMG Almenara	91
Gráfico 7: Relação entre números de matriculados e números de evadidos no IFNMG Almenara	93
Gráfico 8: Evadidos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no IFNMG Campus Almenara	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEP	Associação Nacional de Empresa de Pesquisa
ART.	Artigo
CEAD	Centro de Educação à Distância
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CONAE	Conferência Nacional de Educação
DAP	Departamento de Administração e Planejamento
EPCT	Educação Profissional Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
E-TEC	Escola Técnica Aberta do Brasil
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFNMG	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
NAEC	Núcleo de Assuntos Estudantis e Comunitários
PcD	Pessoas com deficiência
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU	Restaurante Universitário
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCU	Tribunal de Contas da União
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1. Objetivos da pesquisa	19
1.1.1. Objetivo geral	19
1.1.2. Objetivos específicos	19
1.2. Justificativa	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1. Políticas Públicas	22
2.2. Políticas Públicas de Educação	41
2.3. Estudos Recentes Relacionados ao PNAES – Programa de Assistência Estudantil	44
2.4. Estudos Relacionados à Evasão Escolar no IFNMG	50
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
3.1. Quanto aos fins	55
3.2. Quanto aos meios	55
3.3. Quanto à coleta de dados	55
3.4. Quanto ao tratamento dos dados	56
3.5. Bases de dados e indicadores	59
3.6. Quanto ao cenário e objeto da pesquisa	61
3.6.1. O Vale do Jequitinhonha	61
3.6.2. Microrregião de Almenara	63
3.6.3. Criação dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia	71
3.6.4. As mudanças locais a partir da implantação do IFNMG e a expansão dos IFS	74
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	78
4.1. Análise descritiva	78
4.1.1. Recursos financeiros para execução da política pública	78
4.1.2. Auxílios disponibilizados pelo PNAES	84

4.1.3. Evasão escolar dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.....	90
4.1.4. Influências externas da evasão escolar no IFNMG campus Almenara	93
4.2. Análise econométrica: modelo de dados em painel.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS	106

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais emergem de uma necessidade, de um problema ou de uma questão socialmente contestada, que leva o Estado a propor ações afirmativas com a finalidade de diminuir ou erradicar fatores históricos que causaram a desigualdade social. Tais políticas vêm se consolidando através da formação de planos nacionais que ganham forças com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996¹. Esta lei destaca que os esforços destinados a essa área social só serão efetivos à medida que proporcionarem não apenas o acesso, mas também a permanência dos discentes no ensino.

Os planos nacionais têm concretizado o acesso à educação por meio da expansão das universidades públicas e privadas e ampliação das vagas, sobretudo nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, buscando a inclusão de alunos pertencentes a camadas de renda menos favorecidas da população.

Entretanto, a permanência ainda é um desafio, considerando as dificuldades financeiras, de deslocamento e de adaptação daqueles que almejam uma formação. Esses desafios, muitas vezes, convergem para a evasão escolar, que é apontada como um tema complexo que não se restringe a uma única dimensão e não possui um único responsável, ocupando espaço de relevância no cenário das políticas públicas educacionais. Desse modo, a evasão, definida como a desistência do aluno do curso, é classificada como um dos maiores problemas de qualquer nível de ensino, tornando-se cada vez mais constante e de difícil mensuração por envolver dimensões histórica, cognitiva, social, afetiva e cultural (JARDIM, 2015).

Diante disso, avaliar e controlar a evasão escolar são tarefas importantes tanto para o discente quanto para a instituição de ensino. Para o discente, por interferir na sua vida profissional, e para a instituição de ensino, por prejudicar o cálculo das taxas de rendimento escolar, pois esses índices têm como base o somatório do número de estudantes aprovados, reprovados e evadidos em um dado ano letivo. Tais taxas são usadas para o monitoramento da qualidade da instituição.

Dessa forma, este trabalho foi realizado com o objetivo de avaliar influências externas ao IFNMG que levaram à evasão escolar os discentes considerados o público-alvo do programa

¹Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. TÍTULO III: Do Direito à Educação e do Dever de Educar. Art. 4º.

de assistência estudantil implementado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas – Campus Almenara no período de 2012 a 2016.

A escolha do período de análise entre 2012 e 2016 justifica-se por 2012 ser o ano de implementação das políticas de assistência estudantil do IFNMG em todas as modalidades de ensino da instituição.

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Almenara é uma das instituições de ensino público federal que recebe recursos das políticas públicas que compõem a reforma do ensino superior, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI; Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES e o Sistema de Seleção Unificada - SISU.

Considerando que o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES apoia a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e desenvolve medidas que buscam combater a evasão escolar, **questiona-se:** quais os fatores que afetaram a evasão escolar dos discentes do IFNMG – Campus Almenara no período de 2012 a 2016?

1.1. Objetivos da Pesquisa

1.1.1. Objetivo geral

Avaliar influências externas ao IFNMG que levaram à evasão escolar os discentes considerados o público-alvo do programa de assistência estudantil implementado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas – Campus Almenara no período de 2012 a 2016.

1.1.2. Objetivos específicos

- a) Levantar informações e/ou dados sobre os recursos financeiros disponibilizados pelo Estado para a execução das ações do IFNMG Campus Almenara na permanência do estudante no período de 2012 a 2016.

- b) Levantar dados sobre a evasão escolar dos discentes do IFNMG Campus Almenara, classificados em situação de vulnerabilidade socioeconômica de acordo com o FONAPRACE².
- c) Verificar a relação existente entre a evasão escolar no IFNMG Campus Almenara e as características essenciais para ser contemplado pelos programas de assistência estudantil: renda *per capita* familiar; ser beneficiário de programas sociais (Bolsa Família; Benefício de Prestação Continuada; Minha Casa, Minha Vida; Bolsa Verde; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; dentre outros) e local de residência do aluno.

1.2. Justificativa

O IFNMG está inserido numa região semiárida, que requer estudos e pesquisas no sentido de identificar seu potencial produtivo, na tentativa de se adaptar aos determinantes ambientais e sociopolíticos que atuam como fatores geradores dos baixos indicadores de desenvolvimento sociais, os quais se refletem nas limitações do capital social regional; êxodo rural-urbano acentuado, em geral associado à perda populacional para outras regiões consideradas mais dinâmicas (IFNMG, 2014).

O IFNMG Campus Almenara é uma das poucas instituições públicas federais de ensino presente em uma região historicamente caracterizada por sua carência e mazelas sociais, e atende a cerca de dezesseis municípios do Baixo Jequitinhonha. Como um dos objetivos de seu programa de assistência estudantil é permitir, para o estudante em vulnerabilidade social, mecanismos que promovam condições socioeconômicas que viabilizem a permanência e o êxito no percurso escolar, torna-se importante saber se esse objetivo está sendo alcançado, o que pode se efetivar através de avaliações. Este trabalho contribui para a instituição, uma vez que aponta as causas que levam ao abandono escolar e, assim, auxilia na tomada de decisões para melhoria de seus índices de desempenho.

²FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Foi criado em outubro de 1987, congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil. Em 1993 fundamentaram seus argumentos a favor das políticas de assistência ao estudante e elaboraram um diagnóstico com dados dos estudantes, baseado nas matrículas em suas instituições. De acordo com estes dados, havia um aumento da demanda por ensino superior por parte de jovens oriundos do interior do país e de escolas públicas. Com base nesse diagnóstico, defendiam esforços no sentido das Universidades ampliarem vagas para o acesso e permanência de alunos de baixa renda e que era necessário apoio concreto do Estado na formulação e implementação de programas que visassem minimizar as desigualdades sociais. Criaram, então, critérios para classificar os estudantes de baixa renda.

Diante do exposto, o presente trabalho se justifica por seu cunho social ao propiciar a construção de novos conhecimentos, ou refutá-los, no que tange à democratização do ensino, constituindo um processo de aprendizagem “voltado para a solução de problemas, como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade e que permite, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos”, que auxilie na compreensão desta realidade e oriente ações (PÁDUA, 1996, p. 29).

Tomando como base que o Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM - tem como finalidade a formação de pessoal qualificado, técnica e cientificamente, para o exercício de atividades profissionais, de ensino e de pesquisa com vistas a intervenções orientadas para melhoria da gestão pública, o presente construto poderá contribuir para consolidação e ampliação das pesquisas no campo de públicas.

Este estudo faz-se relevante para a sociedade por possibilitar verificar se os objetivos propostos pelas políticas públicas de acesso e permanência do estudante estão desempenhando seu papel de garantir que todos os que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Segundo a Conferência Nacional de Educação – CONAE (2010, p. 48), “a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade”.

Este estudo faz-se relevante ainda para o IFNMG Campus Almenara por garantir uma avaliação das políticas públicas de acesso e permanência de estudantes, procurando estabelecer parâmetros de aferição de seu desempenho, assim como o apontamento de possíveis limitações e potenciais auferidos pela política em análise.

Ademais, ainda não existe, na região pesquisada, um estudo quantitativo, com dados mensuráveis que comparem a quantidade de recursos financeiros oriundos do governo federal com as entradas de estudantes que são beneficiados com os programas que contemplem aqueles considerados em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a evasão deles. Portanto, trata-se de uma pesquisa quantitativa, recente, em termos de comparativo entre recursos recebidos, entrada de estudantes e evasão, trazendo uma visão da gestão desta política.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Políticas Públicas

A ação do Estado é considerada fator determinante na história da evolução da maioria dos países desenvolvidos, uma vez que influenciou e trouxe implicações em diversos aspectos de natureza econômica, da sociedade e do mercado, resultando, por exemplo, no fortalecimento de estruturas de proteção social no chamado *welfare state*³.

A elaboração e promulgação das Constituições, em geral, se estruturaram em busca desse desenvolvimento e na mediação das disputas políticas e correlações de forças entre diferentes segmentos sociais, instituindo direitos e deveres aos cidadãos, sendo as políticas públicas uma das formas mais relevantes de concretização do que foi pactuado.

No Brasil, conforme Castro e Oliveira (2014),

A Constituição vigente estabelece como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Além disso, desde a sua promulgação a Constituição tem sido um elemento norteador da formulação e da implementação de políticas públicas que contribuam para o alcance desses objetivos pactuados (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 21).

Ao abordar as atividades desenvolvidas pelo Estado com auxílio de entes públicos ou privados para garantir direitos de cidadania a todos, a ciência tem se preocupado em revelar os mecanismos mediante os quais os “problemas sociais” transformam-se em “problemas políticos” que demandam processos decisórios e a proposição de ações por parte das autoridades governamentais. Isso gera uma complexidade em torno da questão trabalhada, pois a formulação e implementação dessas ações implica, metodologicamente, investigar as diferentes fases de sua formação, envolvendo o contexto de surgimento da questão social, a sua transformação num problema político, a formulação da política propriamente dita, a sua implantação e os resultados sociais alcançados.

Tais fatos, segundo Mincato (2012), são definidos como

³*Welfare state*: Estado de bem-estar social, que também pode ser chamado de Estado-providência e Estado social, é aquele no qual o Estado é organizador da política e da economia, sendo responsável pela defesa social. Esses direitos sociais fornecidos pelo Estado englobam serviços de educação, seguridade, saúde e lazer. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/3709/173>. Acesso em 03/12/2018.

Concepção processual de política pública, cujo instrumental metodológico detém-se na análise da trajetória das *questões sociais*, ou seja, na análise da rede de relações sociais que vai se formando em torno da sua problematização social, da sua institucionalização e do seu desaparecimento da agenda de questões políticas (MINCATO, 2012, p. 81).

Ainda para a ciência política, essas práticas se tornaram um campo privilegiado de análise da interação entre sociedade e Estado, mostrando a necessidade de criarem articulações entre o processo interno de formulação da política, as agências estatais e os interesses sociais que se organizam e se manifestam no âmbito da sociedade.

Conforme as pesquisas de Souza (2006), a política pública, enquanto espaço de conhecimento e disciplina acadêmica, nasce nos Estados Unidos, independente das teorias sobre o papel do Estado, se concentrando nos estudos sobre a ação dos governos, causando uma ruptura nos estágios seguidos pelas atividades europeias de estudos e pesquisas nessa área que, até então, não se preocupava tanto com o governo, mas sim com a análise sobre o Estado e suas instituições.

Uma das primeiras definições do termo foi elaborada em 1936 por Harold D. Lasswell, no livro “Política: quem ganha o quê, quando e como”. Em 1951, foram publicados os livros “O processo governamental de David B. Truman” e “As ciências políticas de Daniel Lerner e Harold D. Lasswell”, consolidando as políticas públicas como área disciplinar com características próprias e com várias definições sobre o seu entendimento (DIAS e MATOS, 2012).

Para Mincato (2012), por exemplo,

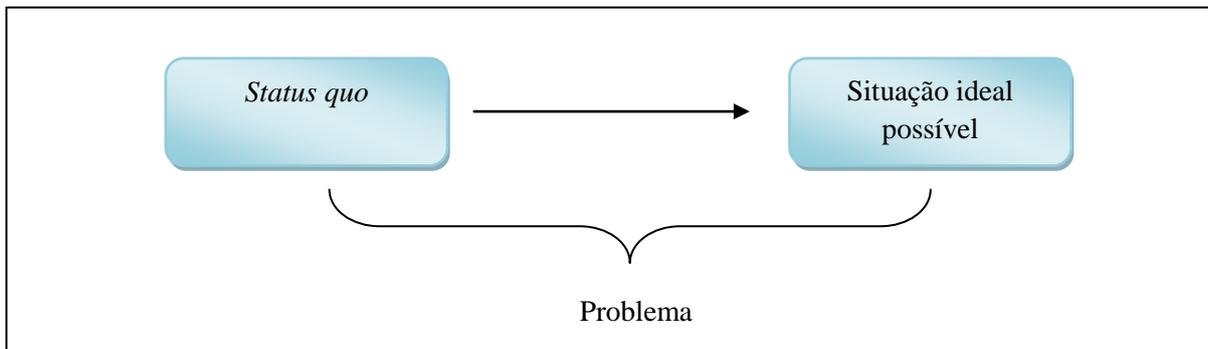
O conceito serve para referir-se tanto a uma atividade política, áreas educacional e econômica, quanto para expressar propósitos políticos muito concretos como diminuir o *déficit* público, reduzir gastos na área social, ou ainda, para mencionar uma não decisão governamental diante de um problema específico (MINCATO, 2012, p.85).

Para Castro e Oliveira (2014, p. 23), podem ser entendidas como o “conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo”. Tais políticas, programas e ações concretizam-se na oferta de bens e serviços que atendam às demandas resultantes das disputas políticas acerca do que é ou deveria ser de interesse da sociedade.

Numa versão mais ampla, “pode-se dizer que são todas as decisões e também as não decisões políticas que afetam assuntos e questões de interesse público” (MINCATO, 2012, p. 83).

Nas perspectivas de Brancaleon *et al.* (2015), a política pública é dotada de duas condições imprescindíveis: a intencionalidade e o problema. A primeira condição é caracterizada pela motivação para o estabelecimento de ações para tratamento ou para resolução de um problema, e a segunda é a diferença entre uma situação atual vivida (*status quo*) e uma situação ideal possível à realidade coletiva. Tal situação é representada na Figura 1 a seguir:

Figura 1: Representação gráfica do problema na política pública



Fonte: Brancaleon *et al.* (2015) – adaptado.

Neste trabalho, os elementos teóricos das definições acima apontados estão vinculados aos dados empíricos pesquisados sobre políticas públicas educacionais. Isso pode ser observado, por exemplo, quando o Estado identificou a necessidade de expandir e democratizar o acesso ao ensino superior público, através de pesquisas⁴ realizadas junto aos discentes e suas instituições de estudos.

Os resultados chamavam atenção para um crescimento da matrícula no ensino médio nas redes estaduais, sendo que este crescimento seria oriundo de estudantes das camadas mais pobres da população devido a incentivos governamentais. Consequentemente, haveria uma demanda crescente de estudantes de baixa renda por educação superior. Além disso, fatores demográficos, aumento das exigências do mercado de trabalho e as políticas de melhoria do

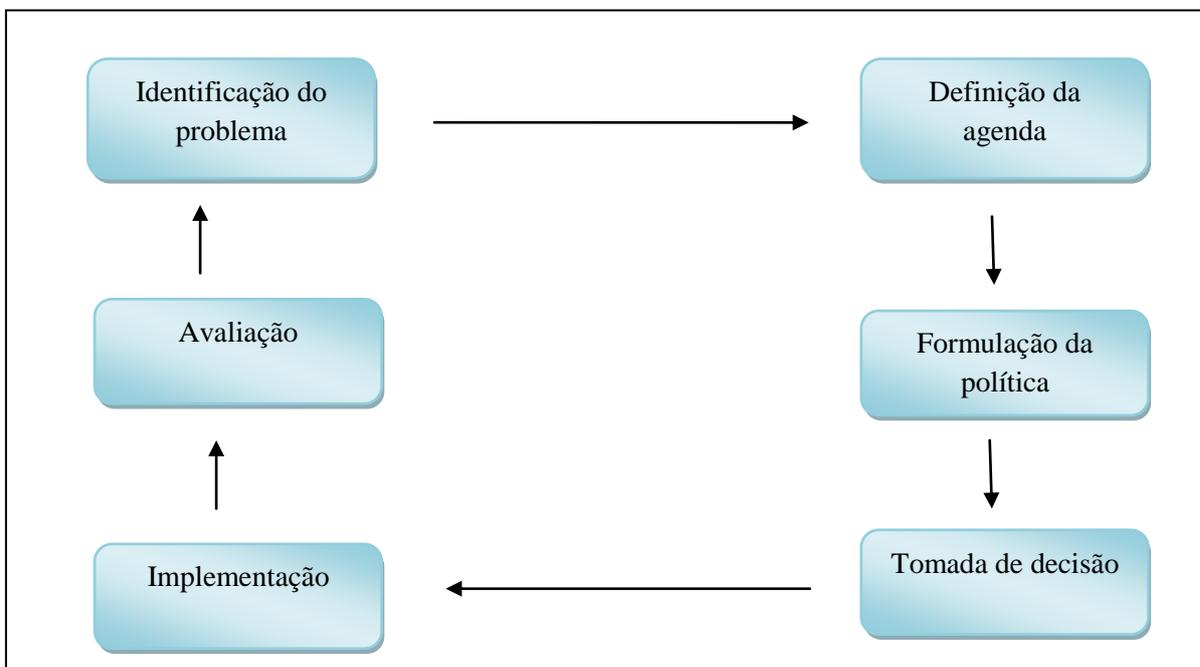
⁴ Pesquisas nacionais, promovidas pelo FONAPRACE, realizadas entre 1996 e 1997 e de 2003 a 2004, com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação das IFES.

ensino médio previam uma explosão na procura por qualificação. Esta era a situação vivida pela sociedade.

Criou-se, então, uma política governamental de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior, por meio do Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, e de inclusão social, na busca por uma situação ideal possível (BRASIL, 2007 b).

As políticas públicas são estruturadas por meio de ciclos, que Mincato (2012) denomina de concepção processual. Esses ciclos são compostos de seis atividades fundamentais: a) identificação do problema, b) definição da agenda, c) formulação, d) tomada de decisão, e) implementação e f) avaliação. Trata-se de um contíguo de atividades discretas, que os gestores utilizam para alcançar os objetivos das políticas do seu governo e da sua sociedade. O ciclo pode ser observado na Figura 2 a seguir e discutido posteriormente.

Figura 2: Ciclo das políticas públicas



Fonte: Brancalion *et al.* (2015) – adaptado.

a) Identificação do problema

De acordo com Brancalion *et al.* (2015), um problema é a oposição entre o *status quo* e a situação possível, ou seja, é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse, conforme já evidenciado na Figura 1, neste estudo. A definição de problema está baseada não só em critérios técnicos, mas são dotados de indicadores que mostram a urgência de determinadas ações.

Nos estudos de Sjöblom (1984), são apontadas características que identificam a primeira etapa do ciclo. Para o autor, o ponto inicial a ser destacado é a percepção dos envolvidos na formulação das ações. A percepção envolve um conceito subjetivo, por estar presente na apreensão do contexto pelos atores mais relevantes, causando-lhe uma situação insatisfatória em relação à condição pública. O segundo ponto destacado é a definição ou delimitação do problema que estabelece quais os elementos constituintes da questão a ser solucionada. E o terceiro ponto é a avaliação da possibilidade de solução. É a busca pela análise de uma solução possível para a questão em evidência.

A identificação do problema no IFNMG ocorreu na atualização do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, a partir da proposta de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.

Estando prevista a proposta de expansão das IFES (Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007), o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE percebeu a necessidade de atualização do Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação e realizou um diagnóstico por meio de pesquisas do Perfil Socioeconômico e Cultural de Graduandos, nos períodos de 1996 a 1997 e 2003 a 2004 (BRASIL, 2007 b).

A primeira pesquisa, realizada de 1996 a 1997, contou com a participação de 84,62% das 52 IFES brasileiras. A segunda pesquisa obteve o equivalente a 88,68%, denotando forte participação das IFES. Foi adotado o critério ANEP/Brasil⁵ - Associação Nacional de Empresa de Pesquisa e constatou-se que 43% dos estudantes pertencem às categorias C, D e E. Essas categorias englobam estudantes provenientes de famílias cujos chefes têm atividades ocupacionais que exigem pouca ou nenhuma escolaridade, resultando em baixo poder aquisitivo, cuja renda familiar média mensal é de, no máximo, R\$ 927,00 (novecentos e vinte e sete reais) (BRASIL, 2007).

As pesquisas apresentaram ainda uma comparação entre as condições socioeconômicas dos estudantes de graduação das IFES e a realidade da população brasileira, com base nas comprovações feitas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), verificando o seguinte:

⁵ O critério ANEP/BRASIL é um critério de classificação econômica que estima o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de classes sociais. Passa a ser adotando o termo nível socioeconômico que mede o poder de compra dos indivíduos e pode ser aplicado nas pesquisas de mercado.

a) Em cada três brasileiros, um não tem renda suficiente para suprir suas necessidades básicas; b) Há 41,9 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza; c) 14% da população encontra-se desempregada, principalmente jovens, idosos e mulheres; d) Os brasileiros tidos como pobres apresentam baixa qualificação, decorrente da baixa escolaridade; e) O País apresenta uma das maiores concentrações de renda do mundo, superando o Peru, Panamá e, até mesmo, Botsuana, no sul da África. Os dez por cento mais ricos da população têm uma renda quase trinta vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres, enquanto que, na maior parte dos países, os mais ricos percebem em média, dez vezes mais que os mais pobres (BRASIL, 2007, p. 09).

A fim de mostrar esta realidade no Baixo Vale do Jequitinhonha, contexto em que se localiza o IFNMG Almenara, este trabalho trouxe no subtópico 3.6 uma caracterização da região, revelando que os resultados do diagnóstico feito pelo FONAPRACE apontam para a importância da assistência estudantil nesta localidade.

A segunda etapa do ciclo de políticas públicas é a definição da agenda, descrita a seguir. Depois de identificar os problemas, mostrando a situação vivida por parte da população brasileira em termos de ensino, a próxima fase é definir prioridades.

b) Definição da agenda

Secchi (2014) afirma, em seus estudos, que “a agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes” (SECCHI, 2014, p. 36). Para o autor, ela pode ser construída em um planejamento orçamentário, em um estatuto partidário ou ainda em um programa de governo.

Três tipos de agendas são descritas por Secchi (2014): agenda política (ou sistêmica); agenda formal (ou institucional); e a agenda da mídia.

A agenda política é composta por um resumo das questões que a comunidade acredita que precisa de uma intervenção pública; a agenda formal compreende as dificuldades que o governo já decidiu enfrentar; e a agenda da mídia são os assuntos retratados nos meios de comunicação, que podem influenciar fortemente as demais agendas.

São listadas prioridades de atuação e é necessário que os atores reconheçam que uma situação mereça intervenção, que as ações sejam imprescindíveis e que o problema seja de responsabilidade pública.

Diante do exposto, a proposta do Plano Nacional de Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES entrou na agenda formal, compreendendo os problemas que o governo decidiu enfrentar e, a partir do diagnóstico realizado, procurou diretrizes norteadoras para a definição dos programas e projetos que deveria estabelecer.

As pesquisas feitas pelo FONAPRACE permitiram concluir que a capacidade instalada de atendimento das IFES públicas à demanda social era insuficiente para responder a realidade apresentada, e priorizaram na agenda “ampliação de recursos e programas para atendimento a necessidades básicas, como moradia, alimentação e bolsas” (BRASIL, 2007, p. 16).

Houve ainda uma preocupação com a formação cidadã do discente. Então, passaram a compor na lista de prioridades algumas estratégias de inserção social por intermédio de uma formação ética, cidadã, que fosse além da manutenção e sobrevivência dos estudantes em condições de risco socioeconômico.

Após definida a agenda, a etapa seguinte é a formulação da política.

c) **Formulação da política**

Para Brancalion *et al.* (2015), na etapa de formulação, desponta um rol de escolhas que possam solucionar problemas. Tais escolhas, após serem identificadas, passam por uma avaliação preliminar de análise de viabilidade.

Na percepção de Secchi (2014), na fase de formulação da política, é possível valer-se de alguns elementos que induzem a um determinado comportamento. O autor destaca quatro:

1º. Premiação: influenciar comportamento com estímulos positivos. 2º. Coerção: influenciar comportamento com estímulos negativos. 3º. Conscientização: influenciar comportamento por meio da construção e apelo ao senso de dever moral e 4º. Soluções técnicas: não influenciar comportamento diretamente. Mas sim aplicar soluções práticas que venham a influenciar comportamento de forma direta (SECCHI, 2014, p. 39).

Esses elementos podem influenciar os custos de elaboração da política e os tempos relacionados aos efeitos sobre os comportamentos.

A formulação da política engloba conhecimentos técnicos, recursos de poder e interesses de atores, que vão defender as propostas que lhes apresentarem mais favoráveis. Escolhe-se, então, dentre as recomendadas, a ação mais adequada quando há uma formalização da decisão através de normas jurídicas pela autoridade competente.

A política de Assistência Estudantil foi estabelecida como

Um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2007, p. 01).

A proposta foi elaborada por uma comissão composta por representantes das regionais no FONAPRACE, considerando o resultado das pesquisas e a diversidade dos encaminhamentos de situações comuns entre as IFES. Optou-se por não detalhar as ações a serem desenvolvidas, respeitando-se, assim, a dinâmica e autonomia de cada universidade no atendimento às demandas sociais.

Ao formular sua política, o IFNMG reconheceu as especificidades da Rede Federal de Educação e as particularidades dos Institutos Federais de Educação, principalmente no que se refere ao público atendido, por meio da diversidade de modalidades de cursos ofertados à sociedade e aos territórios de sua abrangência. Esse fato permitiu que, embora as ações sejam destinadas aos discentes de cursos superiores de instituições federais de ensino, puderam ser estendidas ao ensino médio dos Institutos Federais.

Formulada a política, a etapa seguinte é a tomada de decisão.

d) Tomada de decisão

Após análise de políticas e técnicas, esta fase é o momento de decidir por uma ação (ou não ação) para reverter um problema. Comumente, categoriza-se a tomada de decisão em três modelos principais: modelo de decisão racional; modelo de decisão incremental e modelo de decisão da lata de lixo. O modelo de decisão racional parte da premissa de que os efeitos das políticas públicas podem ser conhecidos com antecedência. Entende-se que a decisão é fruto de uma atividade puramente racional, na perspectiva de se obter um modo mais eficiente para alcançar os objetivos. No modelo de decisão incremental, reconhecem-se as limitações dos atores que tomam as decisões. Essas limitações estão relacionadas a aspectos cognitivos e informativos que podem gerar conflitos, a opção são por decisões tomadas por negociações derivadas de comparações também limitadas, que normalmente, resultarão apenas em mudanças incrementais no *status quo*. O modelo da lata de lixo também conhecido como fluxo múltiplo, é usado quando a política pública depende de problemas, soluções e condições favoráveis. A tomada de decisão neste ponto está condicionada a satisfazer qualquer meta definida por um grupo de definidores de políticas no momento da decisão (SECCHI, 2014).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil está baseado no modelo de decisão racional. Após diagnóstico e identificação do problema público, as informações foram tratadas com objetividade e lógica, não considerando as relações de poder, mas sim os benefícios para a sociedade. Inicialmente foram estabelecidos os objetivos, depois foram

exploradas e definidas as estratégias para alcançar esses objetivos, traçando metas e estimando-se quantidade de recursos necessários.

A meta inicial estabelecia, além da implantação do Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais no ano 2007, a destinação de, no mínimo, 10% na matriz orçamentária anual do MEC, como recurso extraorçamentário proposto às IFES para os programas de permanência destinados aos estudantes provenientes das categorias C, D e E, que correspondia, na ocasião, a 43% dos estudantes regularmente matriculados.

Após a tomada de decisão, parte-se para a implementação da política, como se vê a seguir.

e) Implementação

Esta etapa contempla a consecução de objetivos estabelecidos nas fases das decisões anteriores sobre políticas públicas. Trata-se da conversão das decisões em ações. Visa fazer sair do papel o conjunto de determinações e ações que foram formuladas nas etapas anteriores e colocar para funcionar efetivamente.

Secchi (2014, p. 58-59) afirma que o momento da implementação acontece quando as funções administrativas, como coordenações de ações e lideranças são colocadas à prova. O autor expõe ainda alguns exemplos de instrumentos de implementação de política pública: regulamentação, legalização, impostos, subsídios, prestação de serviço público, transferências de renda, campanhas e concursos.

Para Brancalion *et al.* (2015), é relevante analisar o contexto em que uma política está sendo implementada. Isso implicará a eficácia de seus resultados. Os autores destacam quatro principais situações, embora acreditem que diversos fatores possam ser importantes: grau de estabilidade política (quando há um apoio político relativamente forte aos produtos do programa que serão produzidos); grau em que os ambientes político e econômico externos estão mudando (as mudanças no ambiente externo podem direcionar as perspectivas de implementação da política pública. O ambiente externo pode estar sendo alterado de forma rápida ou lenta); abertura do processo de políticas públicas (quando o processo é influenciado por uma série de atores e não apenas por uma pequena elite); e grau de descentralização do setor público (delegação de autoridade e de recursos para os outros níveis de governo).

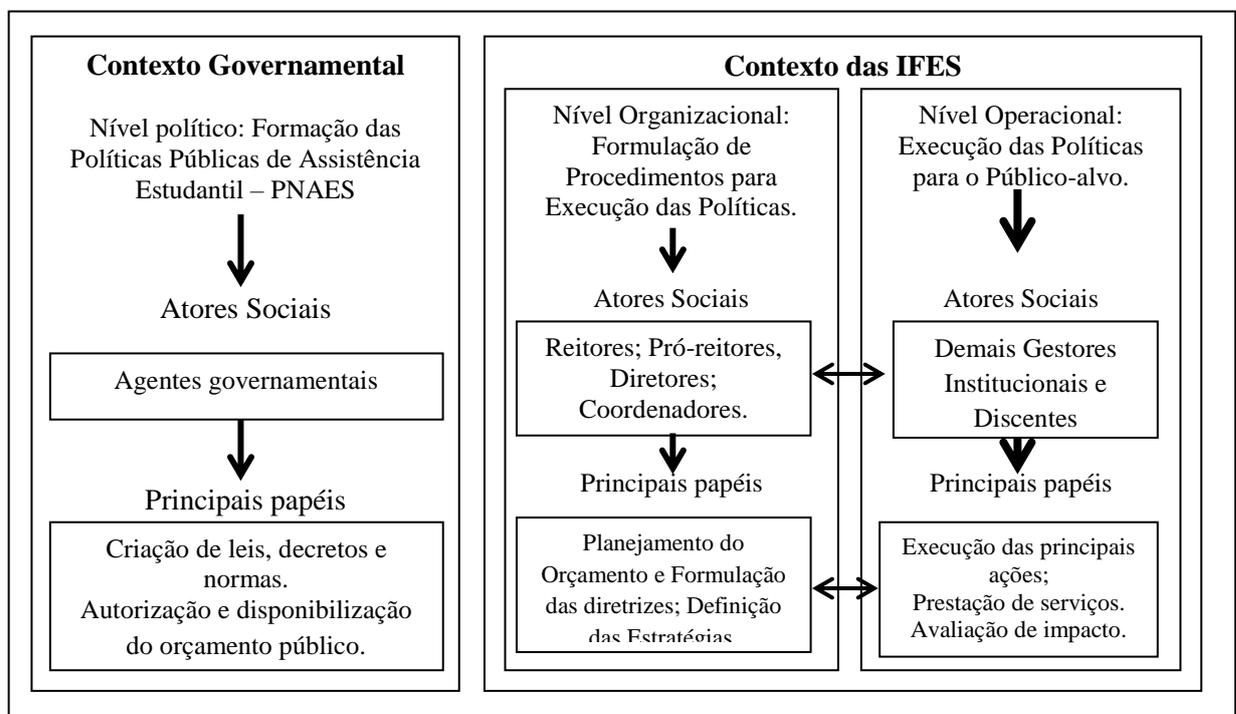
Torna-se proeminente destacar que Secchi (2014) explicitou em seus estudos dois modelos de implementação de políticas públicas, retiradas da obra de Sabatier (1986): (a) *top-*

down e (b) *bottom-up*. O primeiro está relacionado a uma abordagem funcionalista e tecnicista, que entende que a política deve ser formulada na esfera pública e que a implementação é um esforço administrativo banal. O segundo modelo, o *bottom-up* enfatiza maior atuação de burocratas e redes de atores, tanto na concepção, como na execução das políticas. Nessa perspectiva haveria maior liberdade por parte daqueles que implementam a política para realizar os ajustes necessários para o alcance das metas delineadas. Dessa forma, haveria uma maior discricionariedade de gestores e burocratas no trâmite da política.

Na prática de implementação da assistência estudantil brasileira, o governo repassa os recursos orçamentários para que as instituições federais façam a gestão do custeio dos auxílios, dos restaurantes e das moradias estudantis (ações implementadas localmente). Desse modo, de acordo com o modelo *bottom-up*, há uma maior atuação da rede de atores. Entretanto, haverá um distanciamento entre o formulador e o executor das políticas de assistência, exigindo a criação de estratégias na interação dos entes envolvidos.

Lima e Davel (2016) exemplificam a estratégia de implementação que pode ser observada na Figura 3.

Figura 3: Sistema de Implementação das Políticas de Assistência Estudantil



De acordo com Lima e Davel (2016)

Fonte: Lima; Davel, 2016. p.11.

As ações estratégicas na interação entre os atores com o ambiente têm-se a seguinte composição da assistência estudantil nas IFES: no nível de político, o contexto da própria política, mais especificamente o PNAES; no organizacional, os gestores desse nível que planejam a direção da implementação das políticas (reitores, pró-reitores, diretores e/ou coordenadores); e na linha de frente, demais gestores que estão operacionalizando a implementação das ações (servidores, tais como: administradores, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, assistentes em administração, auxiliar de alunos, técnicos em assuntos educacionais, pedagogos, docentes e outros) e os discentes que são os principais públicos-alvo (LIMA; DAVEL, 2016, p.11).

Para que as políticas sejam executadas de forma efetiva, o PNAES criou áreas estratégicas, conforme apresentado pelo Quadro 1.

Quadro 1: Áreas Estratégicas do PNAES

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	<ul style="list-style-type: none"> - Moradia - Alimentação - Saúde (física e mental) - Transporte - Creche - Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Ensino - Pesquisa - Extensão
Desempenho Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas - Estágios remunerados - Ensino de Línguas - Inclusão Digital - Fomento à participação político-acadêmica - Acompanhamento psicopedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão; - Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais.
Cultura, Lazer e Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil
Assuntos da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação profissional sobre mercado de trabalho, - Prevenção a fatores de risco - Meio ambiente - Política, Ética e Cidadania, Saúde, Sexualidade e Dependência química 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis. - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil

Fonte: BRASIL, 2007.p. 22

No IFNMG, a Política de Assistência Estudantil é norteada pelos seguintes princípios:

I. Democratização e humanização das condições objetivas de permanência e êxito dos discentes matriculados no IFNMG;

- II. Priorização da assistência aos discentes, com proposição de ações e programas inclusivos, contemplando suas especificidades individuais e coletivas, com enfrentamento das desigualdades sociais diagnosticadas;
- III. Respeito à diversidade e à pluralidade, com efetivação da equidade em todo o percurso educativo dos discentes regularmente matriculados;
- IV. Fomento à gestão democrática da política de Assistência Estudantil, com ampla divulgação e debates junto à comunidade acadêmica para aprimoramento das ações e programas elencados, à luz da PNAES;
- V. Combate às diversas formas de preconceito e defesa em prol da justiça social;
- VI. Primazia pela qualidade e aprimoramento dos serviços prestados à comunidade;
- VII. Reconhecimento e respeito às particularidades locais e regionais dos diversos campi do IFNMG;
- VIII. Reconhecimento e valorização da integração entre os componentes do tripé ensino, pesquisa e extensão;
- IX. Publicidade e transparência na divulgação dos recursos financeiros, serviços, ações, projetos e programas, bem como nos critérios para acesso e permanência dos benefícios inerentes à política de Assistência Estudantil (IFNMG, 2017).

E possui os seguintes objetivos:

- I. Contribuir com a promoção do acesso, permanência e êxito dos discentes à educação pública, gratuita e de qualidade na perspectiva da inclusão social, assegurando a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;
- II. Combater desigualdades sociais com a proposição efetiva de ações, projetos e programas;
- III. Oferecer acompanhamento social, apoio psicológico, pedagógico, e demais atendimentos especializados, de forma humanizada aos discentes;
- IV. Contribuir para a redução dos índices de evasão e de retenção escolar, mediante diagnóstico e proposição de ações específicas;
- V. Assegurar aos discentes igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades escolares;
- VI. Proporcionar aos discentes com necessidades específicas condições necessárias para seu desenvolvimento escolar, conforme legislação vigente;

VII. Ampliar a formação integral dos discentes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios culturais, esportivos, artísticos, políticos, científicos e tecnológicos;

VIII. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação;

IX. Assegurar a prestação de serviços com equidade;

X. Buscar continuamente, a progressiva implantação de restaurantes, moradias estudantis, respeitando as especificidades e necessidades de cada Campus, bem como outras ações e serviços que proporcionem a melhoria da vida escolar/acadêmica (IFNMG, 2017).

Após a implementação, a próxima etapa do ciclo é a avaliação.

f) Avaliação

Etapa de acompanhamento e supervisão da execução das ações, visando a fornecer informações importantes, que servirão de base para possíveis correções ou fortalecimento da política. Os estudiosos entendem que esta fase é um instrumento de gestão, aplicado durante toda a implementação, e não apenas em uma etapa específica do ciclo.

Na definição de Costa e Castanhar (2003, p. 972), a avaliação de políticas “trata-se do exame sistemático e objetivo, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos”. Para os autores, avaliar tem como ponto primordial orientar os tomadores de decisão quanto à continuidade, possíveis correções ou até mesmo interrupção de uma determinada política.

A partir da dinamização e da ampliação das ações sociais no Brasil, ocorridas após a promulgação da Constituição de 1988, houve um aumento dos esforços de monitoramento e avaliação das políticas públicas; entretanto, existe uma grande dificuldade em propor sistemas eficientes que acompanhem as atuações e programas governamentais. É pouco usual encontrar, com os gestores públicos, sistemas de monitoramento que permitem acompanhar, por meio de indicadores, as fases que vão desde a alocação dos recursos até o resultado efetivo da ação junto aos beneficiários (JANNUZZI, 2011).

Essas dificuldades no monitoramento e na avaliação de programas no Brasil – e as frustrações decorrentes disso – são consequências, em boa medida, de desenvolvê-los seguindo modelos e prescrições muito particulares e padronizados, sem a devida “customização” que deveriam ter em função do estágio de maturidade dos programas – ou do momento do “ciclo de vida” em que eles se encontram -, ou ainda de conduzi-los sem uma análise prévia do grau de avaliabilidade dos programas e sem a compreensão de que essas atividades se integram a processos mais amplos, e igualmente importantes, da gestão de programas (JANUZZI, 2011, p. 254).

A apreciação de uma política pública envolve a descrição de critérios indicadores e padrões. A escolha destes critérios indicadores e padrões depende do que se deseja privilegiar nesta fase.

A proposta do PNAES prevê o acompanhamento das suas atividades através da avaliação do programa que deve ser realizada, de forma permanente, pelas instituições de ensino com a participação dos discentes e pró-reitores.

As avaliações institucionais deverão contemplar, entre outros, os seguintes pontos:

- Relação oferta/demanda;
- Desempenho acadêmico do estudante e;
- Mecanismo de avaliação continuada da assistência estudantil;

Para isso, as Instituições deverão:

- Estabelecer indicadores para pontuar a oferta dos serviços em relação ao atendimento à demanda;
- Avaliar a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário da assistência, estabelecendo uma rede de informações entre Pró-reitorias, departamentos de administração acadêmica e colegiados de cursos;
- Identificar a dinâmica do uso de serviços de complementação da vida acadêmica pelos estudantes usuários dos programas e projetos (bibliotecas, videotecas, eventos culturais e apresentação de projetos de pesquisa e extensão) (BRASIL, 2007).

Secchi (2014) nos apresenta os principais critérios utilizados: economicidade (nível de utilização de recursos); eficiência econômica (relação entre recursos utilizados e produtividade); eficiência administrativa (nível de adequação da execução dos métodos pré-estabelecidos); eficácia (alcance de metas e objetivos pré-estabelecidos) e; equidade (homogeneidade na distribuição de benefícios entre os destinatários da política).

Segundo Costa e Castanhar (2003, p. 973), o manual da UNICEF⁶ acrescenta, além dos acima citados, outros critérios de avaliação:

- Eficiência: é a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa;
- Eficácia: medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas;
- Impacto (ou efetividade): indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais;
- Sustentabilidade: mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social, após o seu término;
- Análise custo-efetividade: similar à ideia de custo de oportunidade e ao conceito de pertinência; é feita a comparação de formas alternativas da ação social para a obtenção de determinados impactos, para ser selecionada aquela atividade/projeto que atenda os objetivos com o menor custo;
- Satisfação do beneficiário: avalia a atitude do usuário em relação à qualidade do atendimento que está obtendo do programa.

A avaliação pode aumentar a percepção que os autores têm sobre a política pública, a fim de melhorá-la. Para Secchi (2014, p. 51), “a produção e a manutenção constantes de dados atualizados para as tarefas de avaliação requerem esforços organizativos, materiais e humanos”. Caso faltem estes recursos, as avaliações mostrarão apenas alguns indicadores básicos, não apresentando aspectos qualitativos dos resultados produzidos.

Jannuzzi (2005) cita a importância da escolha de indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Para o autor:

Os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente (JANUZZI, 2005, p. 138).

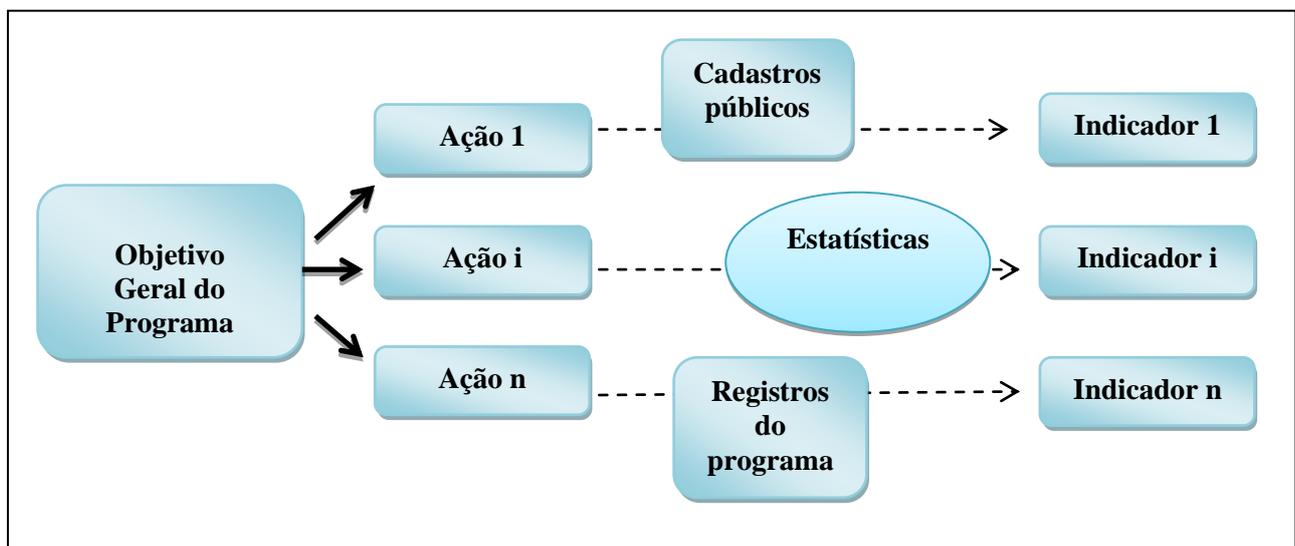
O sistema de indicadores sociais tem início na exposição da demanda de interesse do programa público. Após a definição do objetivo programático, descrevem-se as dimensões, os componentes ou as ações operacionais vinculadas. Buscam-se depois, dados administrativos (gerados no âmbito dos programas ou em outros cadastros oficiais) e estatísticas públicas, que

⁶Manual de processos de monitoramento e avaliação organizado pela UNICEF para auxiliar na gestão das políticas públicas. Disponível em: <http://www.unicef.org/reseval/index.html>.

reorganizados na forma de taxas, proporções, índices, transformam-se em indicadores sociais que acompanharão o uso dos recursos e o cumprimento de metas dos desdobramentos sociais mais abrangentes.

Este processo pode ser observado na Figura 3, que aponta ainda uma relação direta dos indicadores sociais com o objetivo original do programa, construído pelas ações e viabilizado pelos dados administrativos, além de estatísticas públicas.

Figura 4: Construção de sistema de indicadores para ciclo de políticas públicas



Fonte: Jannuzzi, 2005. p. 139. (Adaptado).

O PNAES estabeleceu os indicadores⁷ a seguir, que possuem uma relação direta com os objetivos do programa:

a) Migração/ Moradia

Este indicador está relacionado à distância entre a moradia do discente e seu local de estudo. As pesquisas realizadas pelo FONAPRACE mostram índices altos de estudantes que precisam deixar suas casas ou que percorrem longos trajetos diariamente para estudar. A variável local de moradia antes do ingresso do estudante na universidade torna-se um importante indicador de sua qualidade e condição de vida.

⁷ Estes indicadores fazem parte do Plano Nacional de Assistência Estudantil, aprovado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em julho de 2007.

b) Alimentação

Este indicador reflete a realidade de uma parte considerável dos discentes, principalmente de baixa renda, que necessitam de apoio para garantir sua alimentação e permanecer nos estudos. Uma das ações nesse aspecto foi a criação dos restaurantes universitários. O restaurante universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa e de convivência universitária.

c) Manutenção e Trabalho

Este indicador representa grande demanda social, pois trabalhar e estudar são as condições que se constatam em todas as categorias socioeconômicas.

A tendência para a busca da automanutenção apresentada pelos estudantes, aliada à baixa oferta de programas acadêmicos remunerados, aponta para a necessidade de sua ampliação, estimulando-se a inserção dos estudantes de baixa renda nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitado o desempenho acadêmico.

d) Meios de Transporte

Assim como moradia/migração, este indicador está relacionado à distância entre a moradia do discente e seu local de estudo. Destaca-se que em alguns centros urbanos a despesa com transporte consome um percentual considerável da renda familiar.

e) Saúde

Este indicador mostra, segundo as pesquisas do FONAPRACE, que os estudantes das categorias de maior vulnerabilidade social são os que mais frequentam os serviços públicos de saúde e demandam por tratamentos de saúde específicos. Os dados revelam a necessidade de equipes multidisciplinares e interdisciplinares para este tipo de atendimento.

f) Acesso à Biblioteca

Os discentes que se enquadram na categoria de vulnerabilidade socioeconômica procuram nas bibliotecas uma forma de obter informações confiáveis. Este indicador aponta que é fundamental o estabelecimento de uma política de investimentos nas bibliotecas universitárias, com ampliação do acervo, da capacidade e dos horários de atendimento, além da viabilização de novas tecnologias de acesso à informação.

g) Acesso a Cultura, Esporte e Lazer

Foi identificado pelo PNAES que os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possuem pouco ou nenhum acesso à cultura, esporte ou lazer. Assim sendo, este indicador reflete a necessidade de ampliação dos programas culturais, esportivos e de lazer, promovidos pelas IFES para a comunidade interna/externa, estimulando a participação dos estudantes nesses programas (BRASIL, 2007).

h) Conhecimento Básico de Informática

O acesso à internet está diretamente relacionado à posse do equipamento. Os dados apontam para a necessidade de desenvolver políticas e ações de inclusão digital nas IFES, principalmente, junto aos estudantes da categoria C, D e E. Conforme as pesquisas do FONAPRACE, 43,1% raramente utilizam a Internet, e 10,1% nunca utilizaram (BRASIL, 2007).

i) Domínio de língua estrangeira

Os estudantes das categorias C, D e E são os que têm menor domínio de língua estrangeira. Este indicador ressalta a necessidade das IFES implementarem e intensificarem programas que ampliem a oferta de cursos de línguas estrangeiras, principalmente, para que os estudantes de baixa condição socioeconômica tenham acesso a estes cursos e por consequência o domínio da língua.

j) Movimentos Sociais

A participação em movimentos sociais é um elo entre os discentes e a comunidade externa, demonstrando engajamento e interação com os problemas que afligem a sociedade. Neste sentido, a ampliação de projetos que estimulem por intermédio de várias estratégias, dentre elas o pagamento de bolsas para os estudantes de origem popular, o retorno a suas comunidades, objetivando trocas de vivência e saberes, oportunizará o contato com lideranças e maior participação nos movimentos sociais (BRASIL, 2007).

Este trabalho concentrou seus esforços nesta etapa de avaliação das políticas públicas, inicialmente por julgar ser uma das mais relevantes partes do ciclo, e depois por entender que a avaliação deve estar presente em todas as outras fases.

Na avaliação, é imprescindível que todo o processo tenha um planejamento sólido que implique nas seguintes relações:

Relações causais entre atividades e produtos; produtos e resultados que permitam atingir as metas visadas; resultados que causem efeitos mais ou menos precisos e respondam pelo alcance de um objetivo específico; e efeitos que produzam o impacto pretendido pelo propósito ou missão do programa (COSTA E CASTANHAR, 2003, p. 976).

Desse modo, o resultado desse planejamento estaria evidente na Figura 5:

Figura 5: Relações causais de uma política pública

Propósito ou missão	•Impactos
Objetivos	•Efeitos
Metas	•Resultados
Atividades	•Produtos

Fonte: Costa e Castanhar, 2003.

No que se refere à aplicação de metodologias de avaliação de programas sociais, um conjunto completo utiliza metodologias que envolvam a avaliação de resultados e a avaliação de processos.

- a) **Avaliação de resultados:** Neste caso, verificam-se os impactos da política junto à população-alvo como um todo e junto aos usuários do programa. No primeiro caso, devem ser levantados dois tipos de indicadores de resultado, com pesquisas de campo ou o auxílio de bases de dados e/ou cadastros já existentes, o nível de cobertura geral e o nível de cobertura específico (região, faixa etária, sexo, etc.). No segundo caso, utilizam-se indicadores para medir os benefícios que consideram os objetivos de cada política.
- b) **Avaliação de processos:** Neste caso, avalia-se o que faz parte da política pública e se o que foi planejado está sendo realizado, se está alcançando o público para o qual foi concebido e se os benefícios estão sendo distribuídos na intensidade prevista.

Para fins desta pesquisa, que tem como objetivo geral avaliar as influências determinantes da evasão escolar dos alunos que são contemplados pelo programa de assistência estudantil, a avaliação de resultados é considerada a mais adequada, uma vez que esta verifica junto aos usuários do programa, por meio de indicadores de aferição de benefícios, que levam em consideração os objetivos específicos da política em questão, as taxas de evasão escolar, coeficientes de escolarização, graus de escolaridade, taxas de analfabetismo, dentre outros.

Ao retomar os indicadores sociais, no processo de avaliação, estes podem ser classificados de acordo as aplicações a que se destinam e, por isso, há indicadores próprios destinados à área social educação.

Na visão de Jannuzzi (2002), a diferenciação dos indicadores quanto à natureza do ente indicado é muito importante para a análise e formulação de políticas públicas destinadas a áreas sociais. O autor apresenta três tipos de classificação:

- a) **Indicador-insumo (recurso):** disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou equipamentos alocados para um processo ou programa que afeta uma das dimensões da realidade social. Nesta pesquisa, o indicador-insumo é o investimento monetário *per capita* dos auxílios que compõem o Programa de Assistência Estudantil – PNAES.
- b) **Indicador-produto (realidade empírica):** vinculados às dimensões empíricas da realidade social, referidos às variáveis resultantes de processos sociais complexos. Neste estudo, o indicador-produto é a proporção de estudantes evadidos.
- c) **Indicador-processo (processo):** traduz, em medidas quantitativas, o esforço operacional de alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros (indicador-insumo) para obtenção de melhorias efetivas de bem-estar. No construto, o indicador-processo é o quantitativo de estudantes beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil – PNAES.

Jannuzzi (2002) traz ainda outras classificações de indicadores sociais como diferenciação entre indicadores de estoque (medida de uma determinada dimensão social em um momento específico) e indicadores de *performance* (mudanças entre dois momentos distintos); indicadores para avaliação da eficiência dos meios e recursos empregados, indicadores para avaliação da eficácia no cumprimento das metas e indicadores para avaliação da efetividade social do programa. Contudo, como o próprio autor alerta, “a escolha de indicadores sociais para avaliação de políticas depende, ademais de suas propriedades, da finalidade a que se destinam” (JANNUZZI, 2002, p. 5). Este trabalho, então, adota a classificação dos indicadores quanto à natureza do ente indicado.

A seção a seguir destina-se a destacar as políticas públicas de educação.

2.2. Políticas Públicas de Educação

Historicamente, o Brasil está estruturado em um abismo de grande desigualdade social e econômica, que só é minimizada pela articulação das políticas públicas para melhor distribuição de renda. Essas políticas públicas, que vêm sendo pensadas de acordo com alguns critérios, conforme elucidado na seção anterior, são definidas como um conjunto de ações estratégicas que têm como objetivo promover o desenvolvimento de modelos econômicos e sociais nas diversas áreas, na qual as características são resultantes das forças endógenas da

própria sociedade. Elas são compreendidas ainda como um fato baseado em aspectos históricos e sociais que demonstram os interesses de vários atores sociais e que refletem os valores presentes na sociedade (SOUZA, 2013).

Segundo Carvalho (2013, p. 20), “política pública é a implantação de um projeto de governo pelo Estado, por meio de ações direcionadas a setores específicos da sociedade”.

Quando se trata de questões sociais, a Constituição Federal de 1988 traz em seu título VIII direitos relacionados à ordem social, e o capítulo III aborda especificamente os direitos voltados para a educação, objeto deste estudo. No Art. 206 está previsto que o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; na gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; na valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; na gestão democrática do ensino público, na forma da lei; na garantia de padrão de qualidade; e no piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988).

Quando se trata das políticas públicas voltadas para educação, Colares (2005) relata que as ações para esta área fazem parte das chamadas políticas públicas sociais, que são elaboradas e implementadas pelos governos nacionais, com o intuito de diminuir as desigualdades de renda e oportunizar à parcela da sociedade que é classificada em situação de vulnerabilidade social e econômica.

“A política educacional, estando vinculada a interesses políticos, expressa os diferentes graus de entendimento do papel do poder público diante das efetivas demandas sociais, tanto nas questões de financiamento como na forma de gestão” (COLARES, 2016, p. 16).

Na visão de Paro,

A educação se revela como elemento de transformação social, por um lado no caráter pedagógico que assume a luta política da classe trabalhadora em seu esforço revolucionário com vistas à desarticulação do poder da classe burguesa e à construção do novo bloco histórico, por meio da qual a classe que aspira à direção da sociedade procura convencer os diversos grupos sociais da universalidade e validade social de seus propósitos (PARO, 2012, p. 135).

Salienta-se que ao propor a democratização da educação e o direito à educação de qualidade, o Estado deve garantir também a permanência do estudante no âmbito educacional.

As políticas públicas educacionais apenas serão efetivas se, além de assegurar o acesso e a qualidade, promover ainda a permanência do educando.

Frente a isso, quando a economia mundial capitalista entra em crise no pós-guerra, fazendo emergir altas taxas de inflação ajustada com baixas taxas de crescimento, mudanças significativas foram realizadas no cenário global. A partir daí as ideias neoliberais passaram a criticar o intervencionismo e pregar a atuação mínima do Estado nas políticas sociais (ANDRADE, 2011). Para retomar o crescimento econômico o Estado foi reestruturado por meio de reformas apoiadas no discurso de modernização e racionalização das práticas governamentais.

No Brasil, a administração pública também passou pela reestruturação, onde se criaram modelos e paradigmas (ROCHA, 2001). Na década de 80, foi implantada a reforma gerencial do Estado, conhecida como reforma da gestão pública que se inspirava nas estratégias de gestão das empresas privadas, sendo nomeada de nova gestão pública (BRESSER-PEREIRA, 2017).

A nova gestão pública tinha como principal característica a orientação para resultados, foco no cliente e flexibilização da gestão, na busca pela eficiência (FERLIE *et al.*, 1999), englobando também as relações sociais que foram mercantilizadas, dando prioridade ao livre jogo de mercado. No rol das relações sociais, o sistema educacional brasileiro também passou por reformas, e durante os dois mandatos do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve uma diminuição de investimentos públicos para esse setor e simultaneamente, incentivo empresarial aos níveis superiores de educação (ANDRADE, 2011).

Em 2007, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Estado retoma as bases da política intervencionista e implementa o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, voltado para a educação superior. O projeto contempla cerca de quatro dezenas de medidas, entre elas o Decreto nº. 6.096 que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Este decreto tinha como foco as Instituições Federais de Ensino Superior, que historicamente não estavam incluídas na pauta de prioridades do governo.

O REUNI tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, e para atingi-lo o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.

Para garantir que o estudante que teve acesso ao ensino pela reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior tenha sucesso na conclusão de seus estudos, o governo implantou, em 2010, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (BRASIL, 2017).

A seguir, estão listados alguns estudos recentes sobre o assunto com o intuito de conhecer a abordagem dos autores.

2.3. Estudos recentes relacionados ao PNAES – Programa de Assistência Estudantil

Com o intuito de tomar conhecimento sobre o que alguns pesquisadores estão abordando a respeito dos temas tratados neste estudo, foi realizada uma busca por produções acadêmicas concernentes ao Programa de Assistência Estudantil - PNAES, em artigos, dissertações e teses, delimitados entre os anos de 2012 e 2016, período que compreende a coleta de dados para avaliação da política por resultados do IFNMG Campus Almenara e estudos compreendidos nos anos de 2017 e 2018, anos de construção desta pesquisa.

A seleção ocorreu no portal de periódicos da Capes, *Scielo* e Repositórios Institucionais das universidades e Institutos Federais, utilizando os termos “Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil”. A partir daí, selecionaram-se quatro dissertações e sete artigos para construção desta seção.

De acordo com Betzek (2015), em sua dissertação intitulada Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na UTFPR Campus Medianeira, PNAES configura uma política de enfrentamento da evasão escolar e, num período de cinco anos, desde sua implementação, quase que quintuplicou os valores investidos. Segundo a autora, em 2008, foram investidos R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) no programa; em 2009, este valor subiu para R\$ 203.000.000,00 (duzentos e três milhões de reais); em 2010, foram investidos R\$ 304.000.000,00 (trezentos e quatro milhões), e em 2011, destinados R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões) ao programa, chegando este valor a R\$ 590.000.000,00 (quinhentos e noventa milhões) no ano de 2013.

Betzek (2015, p. 81) destaca ainda que a assistência estudantil está prevista em leis e é estratégica para permitir que jovens, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tenham a oportunidade de se ingressar em um curso superior.

Segundo Brito e Barbosa (2017, p. 134), no artigo intitulado Programa de auxílio moradia em uma unidade acadêmica de uma universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES “deve considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras”. E de acordo com as pesquisas apresentadas pelos autores, na percepção dos discentes sobre a relevância do programa sobre a igualdade de oportunidades nas atividades acadêmicas, 50% consideram muito relevantes e 40% consideram relevantes. Quanto à percepção da redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas, durante o processo de análise, observa-se que cerca de 94% dos (as) entrevistados (as) se posicionaram como relevante ou muito relevante. Quanto à percepção da permanência de estudos dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, observa-se que para 95% dos (as) discentes o programa é significativo (muito relevante ou relevante) para a sua permanência no curso.

Para Carvalho (2013), em sua dissertação Avaliação da eficácia da política pública de assistência estudantil na Universidade de Lavras, ainda não existe um critério único adotado pelas Instituições Federais de Ensino brasileiras para avaliação socioeconômica de seus estudantes ou mesmo clareza sobre a definição dessa vulnerabilidade. A autora traz então que o FONAPRACE⁸ tem se preocupado com esta questão e tentado elaborar uma definição. O Ministério da Educação tem adotado o critério de renda *per capita* bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo como critério de elegibilidade, a exemplo do Programa de Cotas (BRASIL, 2012) e do Programa de Bolsa Permanência (BRASIL, 2013).

Destaca-se que “a categorização de vulnerabilidade socioeconômica para elegibilidade dos usuários às políticas de assistência estudantil é condição central para o acompanhamento dos resultados dessas políticas” (CARVALHO, 2013, p.75).

Na visão de Terra (2015), na dissertação Implementação da política de assistência estudantil: um estudo de três instituições federais de ensino superior localizadas no Sul de Minas Gerais, para ser beneficiário dos PNAES, os estudantes são previamente avaliados de acordo com sua situação de vulnerabilidade socioeconômica, segundo critérios adotados pelas Instituições Federais de Ensino Superior. De acordo com o autor, esses critérios são baseados no documento do FONAPRACE, elaborado em 1993.

Este documento orienta que:

⁸Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.

A avaliação socioeconômica seja feita por meio da combinação de variáveis econômicas e sociais para determinação do grau de dificuldade e a influência de meios para manutenção dos universitários, candidatos ao benefício. Em síntese, os itens que pesam nas condições socioeconômicas dos estudantes são: composição familiar; renda dos familiares; situação de saúde dos membros da família; situação de escolaridade dos dependentes; grau de instrução e ocupação dos pais; bens patrimoniais da família; curso do aluno; moradia do aluno; e meios de transporte dos alunos (TERRA, 2015. p.93).

Ainda sobre os estudos recentes relacionados ao PNAES, Queiroz (2015, p.101) afirma na sua dissertação intitulada O programa de assistência e apoio aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica do IFNMG – Campus Almenara: um estudo sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio que “os recursos disponibilizados para a operacionalização da Política de Assistência Estudantil são definidos tomando como parâmetro o valor liberado no ano anterior, corrigido de acordo com a inflação e acrescido do número de novas matrículas”. Segundo a autora:

Os recursos recebidos não guardam relação com o número de alunos vulneráveis da instituição, tampouco com a satisfação de suas necessidades básicas, e sim com a disponibilidade orçamentária do Estado, marca da política neoliberal. Percebe-se, assim, que a Política de Assistência Estudantil é gestada a partir de um montante predeterminado pelo governo federal, de um “bolo” que, apesar de pequeno, precisa ser repartido entre uma numerosa população, nesse caso, a rede federal de educação. E, apesar de considerar para a distribuição de recursos o número total de alunos, bem como o IDH da cidade sede na qual está localizada cada instituição, o valor recebido não reflete a realidade (QUEIROZ, 2015, p.102).

O PNAES se apoia em princípios legais para realização de suas práticas. Tais princípios, além de estarem presentes na Constituição Federal de 1988, também se encontram na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 20/12/96, que contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca: “Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Outro princípio legal para embasamento do PNAES é a Lei 10.861, de 14 de Abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e afirma que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais, e em caráter obrigatório, a responsabilidade social da instituição com relação à inclusão social e às políticas de atendimento a estudantes e egressos (BRASIL, 2007).

O quadro 2 a seguir apresenta algumas abordagens dos trabalhos recentes selecionados sobre o PNAES:

Quadro 2: Estudos relacionados ao PNAES

TIPO DE TRABALHO/ ANO/AUTOR	OBJETIVO	VARIÁVEL DEPENDENTE	VARIÁVEL INDEPENDENTE	RESULTADOS DA PESQUISA	MÉTODO DE COLETA DE DADOS
Dissertação/2013 (CARVALHO, 2013)	Avaliar as políticas de assistência estudantil.	Permanência no ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Coeficiente de rendimento acadêmico; <ul style="list-style-type: none"> • Evasão por curso; • Proporção de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica; <ul style="list-style-type: none"> • Relação candidato/vaga. 	A política de assistência estudantil tem alcançado os objetivos propostos. Entretanto, verifica-se um alto índice de evasão nos cursos noturnos com significativa proporção de estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica.	<ul style="list-style-type: none"> • Documental; • Investigação de dados coletados junto à instituição de ensino pesquisada.
Dissertação/2015 (TERRA, 2015)	Compreender a implementação da política de assistência.	Permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	<ul style="list-style-type: none"> • Renda <i>per capita</i> do grupo familiar; <ul style="list-style-type: none"> • Bens imóveis da família; • Status ocupacional dos responsáveis pelo estudante; • Situação de moradia do estudante e da família; <ul style="list-style-type: none"> • Composição familiar; • Situação de trabalho do estudante. 	A efetividade do PNAES se confirma com o atendimento aos estudantes menos favorecidos financeiramente, minimizando os fatores que levam à evasão, assegurando as condições básicas para que esses possam ter rendimento acadêmico satisfatório.	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas semiestruturadas.
Dissertação/2015 (QUEIROZ, 2015)	Problematizar de que forma a permanência dos estudantes tem sido assegurada pelo PNAES, identificar os desafios e as contribuições deste para a permanência dos alunos da educação profissional técnica de nível médio.	Conclusão do curso pelos alunos com vulnerabilidade socioeconômica	<ul style="list-style-type: none"> • Valor recebido do auxílio; • Tipo de auxílio recebido; <ul style="list-style-type: none"> • Renda familiar; 	Nem todos os alunos vulneráveis são contemplados pela Política de Assistência Estudantil, e aqueles que são não têm suas necessidades básicas satisfeitas na íntegra. Por conseguinte, os alunos buscam outras estratégias para a garantia da permanência	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa bibliográfica; • Pesquisa documental; • Entrevista semiestruturada.

TIPO DE TRABALHO/ ANO/AUTOR	OBJETIVO	VARIÁVEL DEPENDENTE	VARIÁVEL INDEPENDENTE	RESULTADOS DA PESQUISA	MÉTODO DE COLETA DE DADOS
Dissertação/2015 (BETZEK, 2015)	Analisar a política de assistência estudantil e sua materialização, abrangência e efetividade.	Permanência e êxito do estudante no ensino.	<ul style="list-style-type: none"> • Evasão; • Perda do benefício. 	As medidas do PNAES colaboram com a democratização da permanência dos estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis no ensino.	<ul style="list-style-type: none"> • Bibliográfica e documental.
Artigo/2015 (ROSA; AMORIM E MACEDO, 2015)	Apresentar o Instituto Federal do Tocantins enfatizando a idiosincrasia de sua constituição com recorte para o atendimento assistencial aos alunos do campus Palmas.	Permanência e êxito no ensino.	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de acesso aos benefícios; • Evasão escolar; • Repetência; • Faltas injustiçadas; 	Os dados referentes à criação dos institutos federais de educação e, particularmente, do IFTO, comprovam a ampliação de vagas na educação profissional. Visando a atender a este preceito, o exercício profissional na área educacional tem como ponto focal o desenvolvimento e execução de programas e projetos que promovam o acesso, a permanência e o melhor aproveitamento escolar dos estudantes, buscando alternativas para os desafios impostos pela dinâmica da ordem do capital que interfere no acesso e qualidade da política educacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Bibliográfica e documental. • Observação participante.
Artigo/2016 (VELOSO E SILVA, 2016)	Avaliar os reflexos do Reuni e do SisU na permanência do estudante nas instituições de ensino.	Permanência no ensino.	<ul style="list-style-type: none"> • Matriculados; • Matrícula trancada; • Transferência; • Falecidos; • Escolha do curso apenas pela nota; • Identificação com o curso; 	Os indicadores apontam que os referidos programas aumentaram as possibilidades de acesso às instituições de ensino, refletindo em vagas e no ingresso, mas não repercutem na permanência do estudante no curso.	<ul style="list-style-type: none"> • Dados quantitativos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
Artigo/2017 (BRITO E BARBOSA, 2017)	Analisar o Programa de Assistência Estudantil a partir da Percepção dos discentes.	Grau de satisfação e relevância do auxílio.	<ul style="list-style-type: none"> • Evasão escolar; • Promoção da inclusão social; • Aumento da permanência do discente na instituição. 	O estudo concluiu que o programa analisado contribui para minimizar as desigualdades socioeconômicas, tendo em vista as iniciativas voltadas para a democratização do acesso e a formação para a cidadania, bem como a permanência no curso.	<ul style="list-style-type: none"> • Questionário.

TIPO DE TRABALHO/ ANO/AUTOR	OBJETIVO	VARIÁVEL DEPENDENTE	VARIÁVEL INDEPENDENTE	RESULTADOS DA PESQUISA	MÉTODO DE COLETA DE DADOS
Artigo/2017 (ANDRADE E TEIXEIRA, 2017)	Relacionar a intenção de permanência, o desempenho acadêmico e a percepção de desenvolvimento psicossocial com as áreas do PNAES.	Intenção de permanência no curso.	<ul style="list-style-type: none"> • Evasão escolar; • Desempenho acadêmico; • Percepção de desenvolvimento psicossocial; 	Resultados indicaram correlações baixas ou inexistentes das variáveis alvo com as áreas do PNAES. Destacou-se o desenvolvimento psicossocial relacionado a todas as variáveis analisadas. Implicações dos resultados para o aprimoramento das políticas e das ações de apoio ao êxito acadêmico são discutidas.	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo focal; • Questionário <i>online</i>;
Artigo/ 2018 (RECKTENVALD; MATTEI E PEREIRA, 2018)	Analisar de forma compreensiva o PNAES, trazendo à tona diferentes olhares epistemológicos.	Acesso e permanência no ensino.	<ul style="list-style-type: none"> • Evasão; Acesso a vagas distantes do local de origem dos candidatos.	O estudo considera a necessidade da epistemologia dialética para o aperfeiçoamento do PNAES, mesmo tendo constatado que, na atual conjuntura, há maior identificação com a epistemologia da complexidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Bibliográfica e documental

Elaboração própria com base em pesquisas recentes sobre o PNAES. .

Após a criação do PNAES, alguns fatores ganharam destaque como motivadores da investigação sobre a permanência do estudante no ensino. Os questionamentos são, em sua maioria, sobre a eficácia do programa e se tal permanência está relacionada apenas a fatores econômicos. Diante disso, os pesquisadores foram levados a explorarem vários cenários. Dentre eles, citam-se os motivos da evasão escolar, que englobam abandono por não conseguir conciliar trabalho com os estudos, fatores socioeconômicos como dificuldades financeiras, falta de interesse no curso e até a distância da residência do local da instituição de estudo.

A presente pesquisa buscou realizar um levantamento de estudos recentes sobre a evasão escolar no IFNMG, conforme se observa a seguir, como o intuito de compreender o que outros pesquisadores estão abordando atualmente sobre este tema.

2.4. Estudos relacionados à evasão escolar no IFNMG

Visando a tomar conhecimento sobre o que outros pesquisadores estão abordando sobre os temas tratados neste estudo, esta seção demonstra uma busca por produções acadêmicas sobre evasão escolar no IFNMG. A investigação ocorreu por meio de pesquisas em artigos, dissertações e teses, delimitados entre os anos de 2012 a 2016, período que compreende a coleta de dados para avaliação da política por resultados do IFNMG Campus Almenara e estudos compreendidos nos anos de 2017 e 2018, período de construção desta pesquisa.

A seleção ocorreu no portal de periódicos da Capes, Scielo e Repositórios Institucionais das universidades e Institutos Federais, utilizando-se os termos “Evasão escolar no IFNMG”. A partir daí, selecionaram-se três dissertações e quatro artigos para construção desta seção. Dessa maneira, são apresentadas a seguir discussões de alguns dos resultados dessas pesquisas, considerados relevantes e relacionados com o objeto do presente estudo.

Em sua pesquisa sobre evasão escolar Jardim (2015) cita, em sua dissertação intitulada *Análise dos motivos que levaram à evasão discente dos cursos Profucionário do polo sede de Teófilo Otoni/MG, da rede E-tec Brasil, do IFNMG, a Associação Brasileira de Ensino à Distância para descrever um fato importante:*

O problema da falta de tempo do aluno, aliada à necessidade de mais atenção para a solução de dúvidas, por exemplo, se sobrepõem a um motivo clássico para a evasão, a falta de dinheiro para a continuidade do curso. A questão que mais chama a atenção, entretanto, é a clara constatação da evasão precoce. A quase totalidade dos alunos que deixam o curso o faz logo no início, o que sugere mais atenção das instituições para esse relacionamento inicial com o estudante (JARDIM, 2015, p. 69).

Nesse exposto, percebe-se que, de acordo com os achados da autora, a falta de recursos financeiros é um motivo clássico para o estudante evadir-se de um curso; entretanto, a falta de tempo do aluno e a falta de esclarecimentos têm superado o clássico.

Nos estudos de Magalhães (2015), em sua dissertação, *Trajetória escolar: memórias, razões e intervenientes – O curso PROEJA no IFNMG Campus Januária: um estudo de caso*, objetiva compreender, através de uma análise sociológica, os motivos pelos quais um grupo de entrevistados desistiu da escola. As conclusões apontadas pela maioria são

[...] a saída da escola se deu ainda na adolescência, para resolver, naquela ocasião, um problema imediato. A carência, a fome, ocasionada pela ausência de recursos financeiros e, portanto, a necessidade de trabalhar para ganhar algum dinheiro, a falta de escolas na zona rural próximas às suas residências, e a constituição de uma nova família estão entre as principais razões de abandono escolar apontadas pelo grupo pesquisado. Esses motivos figuram ainda hoje em problemas sociais complexos e de grande vulto e que, possivelmente não seriam resolvidos com tamanho sacrifício juvenil (MAGALHÃES, 2015, p. 73).

Para Silva e Dore (2016), no artigo A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional no IFNMG-Minas Gerais, pode-se relacionar a evasão a aspectos individuais dos estudantes ou a aspectos da instituição. Conforme as autoras, os motivos individuais para a desistência escolar vão desde fatores econômicos e psicossociais, como a necessidade de trabalhar, até a falta de interesse pelo curso. Já os motivos ligados à instituição envolvem o projeto político pedagógico, a formação e atitudes dos professores, o atendimento educacional especializado, dentre outros.

Nas pesquisas de Fernandes e Bosco (2016), no artigo Estudos dos fatores de evasão escolar do curso técnico em Enfermagem do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, os fatores “relação com o trabalho”, “mobilidade” e “dificuldade de transporte” aparecem como questões que mais motivaram a evasão escolar dos alunos, pois

Considerando que a evasão é a culminância de um processo multicausal, percebe-se que a necessidade de trabalhar, na medida em que demanda tempo do aluno (tempo este que poderia ser aproveitado em atividades escolares), associada à dificuldade em conciliar trabalho e estudo (consequência também do menor tempo disponível), configuram-se em fatores importantes na decisão pela evasão (FERNANDES E BOSCO, 2015, p. 30).

As abordagens desses autores refletem informações discutidas por esta pesquisa no referencial teórico, o que pode ser observado, por exemplo, na preocupação da proposta do PNAES em apresentar indicadores sociais que justifiquem a necessidade da implantação da assistência estudantil nas IFES. No quadro, as variáveis independentes que influenciam a evasão escolar não estão ligadas apenas a condições financeiras, mas também a condicionantes relacionadas ao contexto social e cognitivo dos discentes. Esse fato leva a ponderar que essa política assistencial vai além de disponibilização de recursos, mas, se for aplicada de forma efetiva, pode alterar realidades locais.

O quadro 3 a seguir apresenta uma caracterização dos trabalhos recentes selecionados sobre evasão escolar no IFNMG.

Quadro 3: Estudos relacionados à evasão escolar no IFNMG

TIPO DE TRABALHO/ ANO/AUTOR	OBJETIVO	VARIÁVEL DEPENDENTE	VARIÁVEL INDEPENDENTE	RESULTADOS DA PESQUISA	MÉTODO DE COLETA DE DADOS
Dissertação/2015 (SÁ JARDIM, 2015)	Analisar a evasão dos cursos a distância do Profucionário, ministrados no Polo Sede de Teófilo Otoni do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, no âmbito da Rede e-Tec Brasil.	Evasão escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Decepção com o método EaD; • Falta de tempo; • Curso difícil; • Material/recursos escassos; • Problemas com localização/atividades presenciais. 	A pesquisa revelou que foram os aspectos exógenos os maiores causadores da evasão nos cursos, com predominância da falta de tempo dos alunos para estudar, fazer as atividades e participar do curso, a sobrecarga e acúmulo de atividades no trabalho, carga horária de trabalho intensa, dificuldade em conciliar encontros presenciais com os sábados letivos do calendário escolar e dificuldades em acompanhar o desenvolvimento do curso.	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento bibliográfico; • Pesquisa documental; • Entrevistas com tutores, coordenadores e alunos.
Dissertação/2015 (MAGALHÃES, 2015)	Analisar as trajetórias escolares dos alunos do curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio – PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos - do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG Campus Januária, de modo a problematizar as razões da saída da escola e o retorno a ela na idade adulta, bem como averiguar qual o espaço ocupado pelo programa e o significado que essa formação representa na vida dos alunos. pesquisados.	Evasão escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de trabalhar; • Falta de escolas próximas as suas residências; • Constituição de uma nova família. 	<p>Constatou-se que os alunos acessam o curso visando concluir o ensino médio e o avaliam como oportunidade estratégica de crescimento pessoal e profissional. Além da propensão familiar e dos condicionantes sociais, as narrativas incitaram reflexões em torno da experiência profissional x inserção social e trabalho x diploma.</p> <p>Questões de gênero, indicadores de subversão e as novas relações sociais construídas a partir do ingresso no curso surgiram como intervenientes na construção do percurso escolar dos alunos pesquisados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental; • Observação de campo; • Entrevistas;

TIPO DE TRABALHO/ ANO/AUTOR	OBJETIVO	VARIÁVEL DEPENDENTE	VARIÁVEL INDEPENDENTE	RESULTADOS DA PESQUISA	MÉTODO DE COLETA DE DADOS
Dissertação/2015 (BATISTA, 2015)	Investigar a relação entre a dinâmica familiar e a trajetória escolar de alunos provenientes de famílias de assentados da Reforma Agrária.	Evasão escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em adaptar-se ao modelo de ensino integrado ao Médio; • O conhecimento limitado dos componentes curriculares do ensino básico; • Dificuldade de acesso e permanência na instituição e na cidade; • Estrutura física deficitária 	O cotidiano escolar é marcado pelo constrangimento e pela violência simbólica que se evidenciam sobretudo através de imagens pejorativas e pela desvalorização do mundo rural no espaço urbano. Estes elementos são significativos quando observamos o alto índice de reprovação e abandono por parte do público que frequentam tais espaços. .	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa bibliográfica; • Pesquisa documental; • Observação participante;
Artigo/2013 (ALKIMIN; AMARAL; LEITE, 2013)	Tecer panorama geral da evasão escolar no curso de Licenciatura em Matemática do IFNMG Campus Januária entre 2009 e 2012, baseado no cálculo dos índices de evasão e no levantamento dos principais motivos que influenciaram a evasão de estudantes.	Evasão escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Razões socioeconômicas; • Falha na tomada de decisão de escolha do curso; • Descontentamento com o curso e com a profissão; • Problemas pessoais. 	Os resultados revelam a necessidade de melhorias na Educação Básica com o objetivo de contribuir para amenizar o alto índice de repetência, necessidade de investimento em orientações vocacionais para alunos do Ensino Médio e ainda a necessidade de investimento em políticas públicas voltadas para melhorias na carreira docente, que possam atrair os jovens para o exercício desta profissão.	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa documental junto a Secretaria de Registros Acadêmicos da Instituição. • Entrevistas.
Artigo/2014 (ALMEIDA; SANTOS; ALMEIDA JÚNIOR; ALMEIDA, 2014)	Verificar se existe diferença significativa entre a proporção de evasão escolar na modalidade subsequente em relação a modalidade concomitante dos cursos técnicos do IFNMG Campus Montes Claros.	Evasão escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Distância da residência da instituição de ensino; • Razões socioeconômicas; • Falta de identificação com o curso; 	A evasão escolar é considerada um fenômeno complexo e multicausal. Entender os fatores que influenciam esse processo é importante para o aprimoramento das políticas públicas em educação e para um melhor resultado no atendimento à população.	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa documental;

TIPO DE TRABALHO/ ANO/AUTOR	OBJETIVO	VARIÁVEL DEPENDENTE	VARIÁVEL INDEPENDENTE	RESULTADOS DA PESQUISA	MÉTODO DE COLETA DE DADOS
Artigo/2016 (SILVA, DORE, 2016)	Analisar os fatores associados à evasão de estudante com deficiência na educação profissional técnica de nível médio, bem como fatores que contribuem para a sua permanência e certificação.	Evasão escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de trabalhar; • Conciliar estudo e trabalho; • Distância entre a residência e local de estudo. 	Os resultados mostram que os fatores associados ao abandono escolar de alunos com deficiência apresentam aspectos similares aos dos alunos evadidos em geral. Abrangem, por exemplo, a dificuldade de conciliar estudo e trabalho. Há, contudo, aspectos que dizem respeito apenas aos alunos com deficiência, tais como a acessibilidade, a ausência do atendimento educacional especializado, inclusive domiciliar e hospitalar.	<ul style="list-style-type: none"> • Questionário descritivo;
Artigo/2016 (FERNANDES; BOSCO, 2016)	Analisar a evasão escolar – e os seus fatores associados – do curso Técnico em Enfermagem do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais / <i>Campus</i> Januária, e a percepção dos profissionais da Instituição sobre os casos de evasão.	Evasão escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de trabalhar; • Falta de identificação com o curso; • Dificuldade com o curso; • Dificuldade de transporte; • Fatores familiares; • Mercado de trabalho não é atrativo; • Condição financeira desfavorável; • Problemas pessoais. 	Considerando que a evasão é a culminância de um processo multicausal, percebe-se que a necessidade de trabalhar, na medida em que demanda tempo do aluno (tempo este que poderia ser aproveitado em atividades escolares), associada à dificuldade em conciliar trabalho e estudo (consequência também do menor tempo disponível), configuram-se em fatores importantes na decisão pela evasão.	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa do Observatório da Educação “Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais”. • Entrevista semiestruturada;

Elaboração própria com base em pesquisas recentes sobre evasão escolar no IFNMG.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Quanto aos fins

Quanto aos fins, o trabalho assumiu a natureza de pesquisa descritiva, delineando as características dos estudantes do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG, Campus Almenara.

De acordo com Gil (2008), dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental dentre outras.

3.2. Quanto aos meios

A presente pesquisa utilizou quanto aos meios a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica permitiu ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2008), por meio de livros, dissertações, teses, revistas e artigos; enquanto pesquisa documental cuidou da fonte de coleta de dados secundários por meio de documentos (LAKATOS; MARCONI, 2003).

3.3. Quanto à coleta de dados

Foram selecionados os estudantes que ingressaram no IFNMG Campus Almenara por processo seletivo e vestibular e concorreram aos editais de assistência estudantil, sendo considerados em situação de vulnerabilidade e que se classificam nas seguintes categorias: oriundos da Rede Pública de Ensino, respeitando a proporção mínima de autodeclarados pretos, pardos e indígenas e as vagas reservadas para pessoas com deficiência (PcD). Esta seleção aconteceu pela análise do questionário socioeconômico, entre os anos de 2012 a 2016, período em que todos os três principais programas que compuseram a reforma do ensino superior, REUNI, PNAES E SISU foram efetivados na instituição e que foram implantados os programas da assistência estudantil.

Foram coletados os seguintes dados secundários:

- a) Total de matriculados na instituição.
- b) Total de matrículas por grupo de vulneráveis.

- c) Beneficiários de Programas sociais.
- d) Local de moradia.
- e) Renda *per capita* da família.
- f) Tipos de auxílio por curso: verificar os tipos de auxílios concedidos e os beneficiários dos auxílios, por curso.
- g) Recursos destinados à assistência estudantil.

A escolha pelos dados secundários listados foi baseada no documento da FONAPRACE de 1993 que classifica os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica a partir dos critérios: composição familiar; renda dos familiares; situação de saúde dos membros da família; situação de escolaridade dos dependentes; grau de instrução e ocupação dos pais; bens patrimoniais da família; curso do aluno; moradia do aluno; e meios de transporte dos alunos para fins de avaliação dos candidatos aos benefícios do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Além disso, tais critérios também são utilizados pelo IFNMG Campus Almenara para selecionar seus estudantes beneficiários.

O levantamento de dados foi realizado através da pesquisa documental, utilizando-se de consultas aos Relatórios de Gestão do Exercício do IFNMG⁹ de 2012 a 2016, Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFNMG¹⁰, Resultados da Assistência Estudantil do IFNMG Campus Almenara sobre vulnerabilidade socioeconômica, Relatórios da Secretaria do Campus Almenara e Relatórios do Departamento de Administração e Planejamento - DAP do Campus Almenara.

3.4. Quanto ao tratamento dos dados

Após a coleta de dados que buscou variáveis qualitativas sobre estudantes oriundos de qual localidade e se são beneficiários de programas sociais do governo e variáveis quantitativas como renda, estes foram organizados com intuito de descrever e sistematizar as informações por meio de tabelas, gráficos, avaliando se as políticas de permanência estão

⁹ Relatórios de Gestão do exercício do IFNMG, apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 (alterada pela IN/ TCU nº 72/2013), da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

¹⁰ O Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFNMG está em pauta desde o ano de 2015, a partir do recebimento da Nota Informativa nº138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC de 15 de julho de 2015, que tinha como referência a Nota Técnica nº282/SETEC/MEC, de 09 de julho de 2015. A Nota Informativa citada teve como objetivo informar e orientar as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes.

sendo efetivas na promoção de possibilidades ao estudante do ensino médio integrado ao técnico realizar seus cursos.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 108) “o papel do método estatístico é, antes de tudo, fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado”. As autoras afirmam ainda que “a estatística pode ser considerada mais do que apenas um meio de descrição racional; é, também, um método de experimentação e prova, pois é método de análise” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 108).

Com o objetivo de analisar a relação entre a evasão escolar e o Programa de Assistência Estudantil - PNAES no Campus Almenara, foi utilizado neste trabalho o modelo de dados em painel, para o qual características dos alunos da unidade Campus Almenara são acompanhadas ao longo do tempo, de modo a verificar sua relação com a evasão escolar. Este modelo de dados em painel possui algumas vantagens, conforme apontadas por Gujarati e Porter (2011, p. 588):

- As técnicas de estimação dos dados em painel podem levar em consideração a heterogeneidade explicitamente, permitindo variáveis específicas ao sujeito.
- Os dados em painel oferecem dados mais informativos, maior variabilidade, menos colinearidade entre variáveis, mais graus de liberdade e mais eficiência.
- Os dados em painel são mais adequados para examinar a dinâmica da mudança.

O modelo de dados em painel é assim descrito:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_{1x_i} + \epsilon_i$$

Em que:

Y_i : Valor observado para a variável dependente Y no i -ésimo nível da variável independente X ;

β_0 : Constante de regressão - Representa o intercepto da reta com o eixo dos Y ;

β_1 : Coeficiente de regressão - Representa a variação de Y em função da variação de uma unidade da variável X ;

x_i : i -ésimo nível da variável independente $X(i = 1, 2, \dots, n)$;

ϵ_i : É o erro que está associado à distância entre o valor observado Y_i e o correspondente ponto na curva, do modelo proposto, para o mesmo nível i de X .

Foram apresentadas as estimações por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), que consistem em adotar os estimadores que minimizam a soma dos quadrados dos desvios entre

valores estimados e valores observados na amostra (HOFFMANN, 2016). Entretanto, é importante destacar que a adoção dos estimadores MQO pode produzir inconsistências e ineficiências. Isso ocorre devido ao problema da simultaneidade. “Se não há equações simultâneas ou problema de simultaneidade, os estimadores MQO produzem estimadores consistentes e eficientes. Por outro lado, se há simultaneidade, os estimadores MQO não são sequer consistentes” (GUJARATI; PORTER, 2011, p.697).

Assim, tem-se que:

$$\varepsilon_i = Y_i - \beta_0 - \beta_1 x_i$$

Elevando ambos os membros ao quadrado,

$$\varepsilon_i^2 = [Y_i - \beta_0 - \beta_1 x_i]^2$$

Aplicando o somatório,

$$\sum_{i=1}^n \varepsilon_i^2 = \sum_{i=1}^n [Y_i - \beta_0 - \beta_1 x_i]^2$$

Por meio da obtenção de estimadores de β_0 e β_1 , que minimizem o valor obtido na expressão anterior, é possível alcançar a minimização da soma de quadrados dos erros. Derivando, então, a expressão anterior em relação a β_0 e β_1 , temos:

$$\bar{\beta}_0 = \bar{Y} - \bar{\beta}_1 \bar{X}$$

Uma vez obtidas estas estimativas, podemos escrever a equação estimada:

$$\bar{Y}_i = \bar{\beta}_0 + \bar{\beta}_1 X_i$$

Consoante Montenegro, Diniz e Simões (2016, p.9), “no modelo de dados em painel pode ocorrer problemas relacionados ao enviesamento de seleção, isto é, erros resultantes da seleção dos dados que não formem uma amostra aleatória. Dessa forma, questões como a

autosseletividade (amostras truncadas) e ausência de resposta ou atrito podem ser consideradas, o que podem ser considerados de efeitos não observados”.

Para a modelagem dos efeitos não observados existem duas possibilidades: os efeitos fixos e os efeitos aleatórios.

O termo efeitos fixos “deve-se ao fato de que, embora o intercepto (o ponto em que a reta regressora corta o eixo dos y, quando $x=0$) possa diferir entre os indivíduos, o intercepto de cada indivíduo não varia com o tempo; ele é invariante no tempo” (GUJARATI; PORTER, 2011, p.592). Quanto ao modelo de efeitos aleatórios, pressupõe-se que o intercepto (aleatório) de uma unidade individual não está correlacionado com as variáveis explicativas (GUJARATI E PORTER, 2011).

Ao se realizar a modelagem nos dados em painel e comparar os resultados do efeito fixo e as regressões de efeito aleatório, perceberá que há diferenças substanciais entre os dois. A questão importante agora é: que resultados são confiáveis? Em outras palavras, qual deveria ser a escolha entre os dois modelos? A função do *teste de Hausman* é elucidar a questão. A hipótese nula subjacente ao teste de Hausman é que os estimadores do modelo de efeito fixo e do modelo de componentes dos erros não diferem substancialmente. O teste estatístico desenvolvido por Hausman tem uma distribuição assintótica. Se a hipótese nula for rejeitada, a conclusão é que o MCE não é adequado, porque os efeitos aleatórios provavelmente estão correlacionados com um ou mais regressores. Nesse caso, o modelo de efeitos fixos é preferível aos de efeitos aleatórios (GUJARATI E PORTER, 2011).

3.5. Bases de dados e indicadores

As bases de dados e indicadores da presente pesquisa apresentam dados secundários colhidos na análise dos questionários socioeconômicos preenchidos pelos estudantes na concorrência dos auxílios-permanência, entre os anos de 2012 e 2016, no IFNMG Campus Almenara, sendo descritos no Quadro 4 a seguir:

Quadro 4: Variáveis utilizadas nos modelos lineares de painel estimados

TIPO DE VARIÁVEL	INDICADOR	DESCRIÇÃO
Dependente	Evasão escolar	<p>É um indicador de rendimento e eficiência que sinaliza o desempenho das instituições e dos sistemas de ensino relacionado à permanência dos estudantes em seus cursos. Os evadidos são “alunos que, estando matriculados na série <i>s</i> no ano <i>m</i>, não se encontram na matrícula da série <i>s</i> ou <i>s+1</i> no ano <i>m+1</i>” (BRASIL, 2004, p. 19).</p> <p>A forma de obtenção da evasão, segundo Silva Filho <i>et al.</i> (2007) e Silva Filho e Lobo (2012), pode ser encontrada com a concepção de permanência dos discentes, descrita na fórmula:</p> $P = \frac{M_n - IG_n}{M_{n-1} - E_{g_{n-1}}}$ <p>Onde: P = permanência; M_n = matrículas em determinado ano; IG_n = quantidade de novos ingressantes no ano n; M_{n-1} = quantidade de matrículas no ano imediatamente anterior a n; E_{g-1} = quantidade de concluintes no ano imediatamente anterior a n.</p> <p>Com isso, a evasão é obtida a partir do complemento da taxa de permanência:</p> $E = (1 - P) \times 100$
Explicativa	Beneficiário de programas sociais	Indicador que verifica o quantitativo de estudantes que se classificam em situação de vulnerabilidade socioeconômica que são beneficiários de Programas sociais, tais como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social. Assume valor 1 se o aluno é beneficiário, e 0 se o aluno não é beneficiário.
Explicativa	Local de moradia	Indicador que verifica o quantitativo de estudantes oriundos da cidade de Almenara, da zona rural de Almenara ou de cidades vizinhas, uma vez que o IFNMG Campus Almenara atende a 16 municípios. Assume valor 1 se o aluno não reside em Almenara, e 0, se o aluno reside em Almenara
Explicativa	Renda <i>per capita</i> da família inferior a um salário.	Indicador que verifica a renda <i>per capita</i> por família dos estudantes classificados em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Assume valor 1 se a renda familiar <i>per capita</i> é inferior a um salário

		mínimo, e 0 se for superior a um salário mínimo
Explicativa	Recursos destinados à assistência estudantil.	Indicador que verifica a quantidade de auxílios e sua proporção para o número de estudantes que o solicita. Assume valor 1 se recebe recurso, e 0 caso contrário.

Elaboração própria com base nos questionários socioeconômicos do IFNMG Campus Almenara.

3.6. Quanto ao cenário e objeto da pesquisa

O cenário da pesquisa é o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG – Campus Almenara, localizado na Rodovia BR 367, Km 07 S/N, Rodovia Almenara/Itaobim, Almenara-MG. O Campus atende a toda a região do Baixo Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais que engloba uma área de 15.504,40 Km² e é composto por 16 municípios: Felisburgo, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Santo Antônio do Jacinto, Almenara, Bandeira, Divisópolis, Jacinto, Jequitinhonha, Salto da Divisa e Santa Maria do Salto.

Foi adotado o estudo de caso que vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores por servir a pesquisas com diferentes propósitos. De acordo com Yin (2005, p. 32), “o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência”.

É imprescindível destacar que, no estudo de caso, os resultados são válidos só para o caso que se estuda. Assim, não se pode generalizar o resultado atingido. Entretanto, as pesquisas podem “fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas” (TRIVINOS, 1987, p. 111).

Para entender este cenário, apresentam-se abaixo as características regionais e o histórico da criação dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia e sua importância no contexto regional.

3.6.1. O Vale do Jequitinhonha

Ao longo dos anos, devido a sua herança histórica e sua localização geográfica, o Vale do Jequitinhonha foi evidenciado no cenário nacional por seus baixos índices de

desenvolvimento econômico e social e pelos problemas locais que afligem a região. Todavia, a região não está pautada apenas em questões de baixo desempenho e por isso vem ganhando destaque também pelas riquezas naturais e pelas manifestações culturais de seus moradores. Como aponta Nascimento (2009, p. 09), “tal área poderia ser caracterizada em função dos seus extremos, que interagem entre si, num processo dialético configurando a realidade vivenciada por seus moradores”.

Estes contrastes caracterizam tal território, mostrando que grande parte de sua população vive em extrema pobreza e seu meio ambiente vem sistematicamente sendo agredido pelas atividades mineradoras, de carvoaria e pelo uso indiscriminado do fogo pela agricultura familiar. Contudo, mostram também um subsolo dotado de riquezas, promissor em recursos minerais, um patrimônio histórico-cultural, referência para Minas Gerais e para o Brasil, e um artesanato diversificado e diversos atrativos turísticos. (Portal Polo do Jequitinhonha)

Área situada no nordeste do estado de Minas Gerais e extremo sul da Bahia, banhada pelo Rio Jequitinhonha, o Vale do Jequitinhonha está organizado nas microrregiões geográficas conhecidas como Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. O Alto Jequitinhonha compreende as microrregiões de Diamantina e Capelinha, que possuem melhores indicadores sociais. O Médio Jequitinhonha situa-se na parte média do Vale abrangendo as regiões de Pedra Azul e Araçuaí. E o Baixo Jequitinhonha localizado na divisa com o Sul da Bahia, compreende a microrregião de Almenara. Vários diagnósticos convergem em assinalar que as restrições hídricas e as secas periódicas são fatores cruciais para o baixo desempenho da agropecuária, que, mesmo assim, ainda responde por 30% do PIB regional. (Portal Polo do Jequitinhonha)

Baseado nessas considerações e voltando a atenção a para gestão de instituições públicas e, mais especificamente, gestão de instituições públicas federais de ensino, pondera-se que em questões de políticas públicas, o Vale do Jequitinhonha, assim como uma parte expressiva do país, foi por muitos negligenciado. Isso pode ser observado ao se comparar a quantidade de instituições federais de ensino do estado de Minas Gerais e sua distribuição pelo mesmo.

Minas Gerais possui hoje o quantitativo de 11 (onze) universidades federais sendo 01 (uma) na capital e 10 em cidades do interior, com grande concentração geográfico-espacial, estando 3/4 das universidades federais mineiras localizadas na região de Belo Horizonte, sul do estado e triângulo mineiro, regiões que se destacam pelo forte desenvolvimento e

industrialização (BRASIL, 2017). Possui ainda cinco Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia sendo 01 (um) o que contempla o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e Mucuri (BRASIL, 2017).

Embora o país tenha passado pela reestruturação e expansão das redes federais de ensino e expansão das universidades federais, a desigualdade na distribuição dessas instituições ainda é grande.

A distribuição dos Institutos Federais, no país, pelo Ministério da Educação foi baseado no limite geográfico dos estados federados, além da diretriz de atendimento a todas as mesorregiões brasileiras, sendo o estado de Minas Gerais dividido em doze mesorregiões, subdivididas em 66 microrregiões. Nesse sentido, quatro mesorregiões do estado de Minas Gerais são da área de influência do IFNMG: Norte de Minas, Noroeste de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, compostas por quinze microrregiões.

No Vale do Jequitinhonha, destaca-se a presença do IFNMG na microrregião de Almenara, que configura como cenário de pesquisa deste trabalho e é caracterizada a seguir.

3.6.2 Microrregião de Almenara

As Microrregiões Geográficas foram instituídas pela Resolução da Presidência do IBGE nº. 11, de 5 de junho de 1990¹¹ e definidas como parte das mesorregiões que possuem particularidades, no que tange à organização do espaço.

Constituem um aglomerado de municípios vizinhos, que apresentam similaridades socioeconômicas. Tais particularidades não garantem às microrregiões autossuficiência e não significa que seus recursos sejam homogêneos, e tampouco o caráter de serem únicas, mas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas específicas¹².

Outra característica marcante da microrregião é a relação com o nível local. Ela possibilita o atendimento às populações, através da comercialização dos setores sociais básicos. Dessa forma, é possível identificar as microrregiões por seus aspectos produtivos, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais.

¹¹ IBGE. Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, v.1, 1990, p. 8.

¹² Idem

Para este trabalho, a análise é realizada na microrregião de Almenara¹³, local onde está instalado o campus avaliado.

A opção por caracterizar a microrregião justifica-se inicialmente porque o IFNMG Campus Almenara foi estruturado para atender aos 16 municípios que compõem a área. Justifica-se ainda porque um dos objetivos da instituição é contribuir para desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região onde está instalada, englobando não só a cidade de localização, mas também todo o seu entorno.

A região de Almenara é uma das microrregiões pertencentes ao Vale do Jequitinhonha. Sua população total, segundo o censo 2010 do IBGE, era de 128.228 habitantes, distribuídos em uma área de 15.439,2 Km², o que leva a uma densidade populacional de 11,64 habitantes por quilômetros quadrados.

Para caracterizar os municípios que compõem a microrregião, partiu-se inicialmente do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM).

Segundo o IPEA¹⁴ (2017), em 2012, o PNUD¹⁵ Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. Para que o cálculo fosse possível, coletaram-se informações dos Censos Demográficos realizados pelo IBGE nos anos de 1991, 2000 e 2010. Além dos censos, analisou-se ainda a malha municipal existente em 2010. O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda –, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora avaliem os mesmos fenômenos, os indicadores considerados no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios, estados e Regiões Metropolitanas em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira (IPEA, 2017). Quanto ao IDHM da microrregião de Almenara, os índices são evidenciados na Tabela 1.

¹³ Para caracterização da microrregião de Almenara, os dados foram coletados do Atlas de Desenvolvimento Humano que compila informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Fundação João Pinheiro. Portanto, os dados são baseados no censo de 2010. Existem estimativas mais recentes que descreve a região; entretanto, por apresentar divergência entre as fontes, optou-se pelo censo 2010.

¹⁴ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

¹⁵ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU e trabalha principalmente pelo combate à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano.

A Tabela 1 mostra uma comparação entre o IDHM brasileiro e os 16 municípios que pertencem à microrregião de Almenara, evidenciando que todos estão abaixo do índice nacional. Além disso, foi demonstrado que 56% dos municípios situavam na faixa do desenvolvimento médio (IDHM entre 0,600 e 0,699); entretanto, 44% dos municípios encontravam-se em situação crítica por terem um índice de baixo desenvolvimento humano.

Já no município de Almenara, onde está localizado, o IFNMG o IDHM foi de 0,642, em 2010, o que situava esse município na faixa de desenvolvimento humano médio. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi a Longevidade, com índice de 0,803, seguida de Renda, com índice de 0,636, e de Educação, com índice de 0,518.

A Tabela 2 apresenta o rendimento médio da população com idade de 18 anos ou mais ocupada na microrregião, e a renda *per capita*, de acordo com o censo 2010.

Tabela 1: IDHM – Microrregião de Almenara – 2010

ESPACIALIDADES	IDHM	IDHM RENDA	IDHM LONGEVIDADE	IDHM EDUCAÇÃO
	2010	2010	2010	2010
BRASIL	0,727	0,739	0,816	0,637
ALMENARA	0,642	0,636	0,803	0,518
BANDEIRA	0,599	0,583	0,811	0,454
DIVISÓPOLIS	0,609	0,577	0,802	0,489
FELISBURGO	0,583	0,577	0,744	0,462
JACINTO	0,622	0,595	0,807	0,496
JEQUITINHONHA	0,615	0,619	0,817	0,461
JOAÍMA	0,587	0,572	0,789	0,448
JORDÂNIA	0,628	0,613	0,797	0,506
MATA VERDE	0,581	0,581	0,749	0,45
MONTE FORMOSO	0,541	0,523	0,765	0,396
PALMÓPOLIS	0,565	0,559	0,738	0,437
RIO DO PRADO	0,605	0,573	0,807	0,479
RUBIM	0,609	0,589	0,817	0,469
SALTO DA DIVISA	0,608	0,586	0,846	0,453
SANTA MARIA DO SALTO	0,613	0,593	0,765	0,507
SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	0,574	0,575	0,772	0,427

FONTE: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2018.

Tabela 2: Renda Média e Per capita – Microrregião de Almenara (Valores em R\$)

ESPACIALIDADES	RENDIMENTO MÉDIO DOS OCUPADOS - 18 ANOS OU MAIS 2010	RENDA PER CAPITA 2010
BRASIL	1296,19	793,87
ALMENARA	708,25	419,98
BANDEIRA	448,5	302
DIVISÓPOLIS	487,15	290,45
FELISBURGO	470,07	290,8
JACINTO	522,83	325,42
JEQUITINHONHA	563,01	376,03
JOAÍMA	439,04	281,18
JORDÂNIA	658,14	362,77
MATA VERDE	538,07	298,19
MONTE FORMOSO	346,88	206,62
PALMÓPOLIS	306,24	259,75
RIO DO PRADO	483,65	283,37
RUBIM	452,18	311,79
SALTO DA DIVISA	686,13	306,04
SANTA MARIA DO SALTO	435,53	321,15
SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	376,91	286,56

FONTES: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2018

Destaca-se que apenas nos municípios de Almenara, Jordânia e Salto da Divisa, a população com 18 anos ou mais e que tem alguma ocupação possuía rendimento médio que correspondia à metade do rendimento médio em nível nacional. Comprovando que a maioria dos municípios encontrava-se com rendimento médio significativamente abaixo do índice nacional.

Quanto à renda *per capita*, enquanto o valor no Brasil era de R\$ 793,87, o município de Monte Formoso apresentava uma renda *per capita* de R\$ 206,62 confirmando a desigualdade na distribuição dos recursos pelo país. A variação entre o valor nacional e o valor do município com menor índice na microrregião é de R\$ 587,25.

No que se refere à análise de pobreza da microrregião de Almenara, , indicadores caracterizam a população quanto a esta especificidade (Tabela 3).

Tabela 3: Pobreza – Microrregião de Almenara

ESPACIALIDADES	% DE EXTREMAMENTE POBRES 2010	% DE POBRES 2010	% DE VULNERÁVEIS À POBREZA 2010
BRASIL	6,62	15,2	32,56
ALMENARA	9,33	25,31	51,87
BANDEIRA	11,24	32,77	60,13
DIVISÓPOLIS	9,9	32,95	60,84
FELISBURGO	17,6	35,86	63,93
JACINTO	11,51	28,53	56,58
JEQUITINHONHA	11,33	32,53	56,52
JOAÍMA	19,72	39,5	66,95
JORDÂNIA	8,91	27,06	58,42
MATA VERDE	8,73	34,59	61,79
MONTE FORMOSO	32,25	55,76	78,16
PALMÓPOLIS	15,3	35,57	64,73
RIO DO PRADO	16,79	35,59	64,16
RUBIM	13,67	33,72	57,12
SALTO DA DIVISA	14,12	33,32	62,78
SANTA MARIA DO SALTO	8,33	25,42	57,53
SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	23,19	35,46	65,51

FONTE: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2018

É considerada extremamente pobre a proporção de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. A Tabela 3 mostra que todos os municípios da microrregião apresentavam porcentagens de extrema pobreza, acima do índice do país. E que os municípios de Monte Formoso e Santo Antônio de Jacinto possuíam valores significativos de indivíduos que vivem em extrema pobreza, sendo 32,25% e 23,19% respectivamente.

Quanto à porcentagem de pobres, estão incluídos nesta categoria os indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais. Mais uma vez, todos os municípios da microrregião apresentavam porcentagens de extrema pobreza acima do índice do país.

No quesito “vulnerável à pobreza”, é considerada a proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais. A Tabela 3 revela que o município de Monte Formoso teve a maior porcentagem de pessoas com vulnerabilidade à

pobreza. Além disso, todos os outros municípios apresentavam valores altos, se comparados à média nacional.

Ao continuar a análise da pobreza na microrregião, a Tabela 4 mostra a renda *per capita* dos indivíduos extremamente pobres, a renda *per capita* dos pobres e a renda *per capita* dos vulneráveis à pobreza, nos quais as médias de valores dos 16 municípios transitam na média do país, havendo poucos com índices para mais ou para menos.

Tabela 4: Pobreza 2 – Microrregião de Almenara - 2010

ESPACIALIDADES	RENDA PER CAPITA DOS EXTREMAMENTE POBRES 2010	RENDA PER CAPITA DOS POBRES 2010	RENDA PER CAPITA DOS VULNERÁVEIS À POBREZA 2010
BRASIL	31,66	75,19	142,72
ALMENARA	37,43	81,76	143,09
BANDEIRA	40,4	85,51	139,12
DIVISÓPOLIS	39,08	87,3	135,14
FELISBURGO	28	66	122,54
JACINTO	30,25	76,15	136,34
JEQUITINHONHA	35,3	78,83	129,8
JOÁIMA	32,95	69,01	121,58
JORDÂNIA	43,31	84,06	141,43
MATA VERDE	35,77	90,54	136,98
MONTE FORMOSO	28,72	59,38	96,29
PALMÓPOLIS	34,64	74,57	129,44
RIO DO PRADO	31,06	73,43	131,63
RUBIM	36,5	77,71	127,18
SALTO DA DIVISA	31,85	74,87	132,17
SANTA MARIA DO SALTO	41,96	86,92	149,78
SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	31,57	58,33	124,55

FONTE: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2018

Quanto ao item desigualdade, a Tabela 5 demonstra uma comparação do percentual da renda apropriada pelos indivíduos 40% mais pobres, percentual da renda apropriada pelos 60% mais pobres, percentual da renda apropriada pelos 80% mais pobres e um percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos.

Tabela 5: Desigualdade – Microrregião de Almenara - 2010

ESPACIALIDADES	PERCENTUAL DA RENDA APROPRIADA PELOS 40% MAIS POBRES 2010	PERCENTUAL DA RENDA APROPRIADA PELOS 60% MAIS POBRES 2010	PERCENTUAL DA RENDA APROPRIADA PELOS 80% MAIS POBRES 2010	PERCENTUAL DA RENDA APROPRIADA PELOS 10% MAIS RICOS 2010
BRASIL	8,59	19,23	36,6	48,93
ALMENARA	11,04	23,32	43,37	42,51
BANDEIRA	13,08	27,68	50,06	33,66
DIVISÓPOLIS	13,57	27,6	49,96	32,76
FELISBURGO	10,29	23,53	46	36,41
JACINTO	12,44	26,49	47,91	36,27
JEQUITINHONHA	9,95	21,96	42,1	42,03
JOÁIMA	9,93	22,76	43,92	38,92
JORDÂNIA	11,93	24,03	44,99	40,24
MATA VERDE	13,25	26,81	48,18	35,4
MONTE FORMOSO	7,46	19,12	38,76	44,89
PALMÓPOLIS	12,73	27,61	51,24	29,76
RIO DO PRADO	11,48	25,72	46,92	35,66
RUBIM	11,46	25,63	48,63	34,78
SALTO DA DIVISA	11,46	24,67	45,56	38,12
SANTA MARIA DO SALTO	14,49	28,92	49,88	34,47
SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	9,56	23,54	45,02	40,59

FONTE: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2018

Na Tabela 5 é possível observar a medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Na análise, percebe-se que a renda *per capita* média dos indivíduos pertencentes aos 10% mais ricos dessa distribuição é superior à renda apropriada pelo grupo dos 80% mais pobres.

É possível ainda perceber que em alguns municípios a porcentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos era quase 7 vezes maior que a porcentagem da renda apropriada pelos 40% mais pobres, como é o caso de Monte Formoso.

O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Na Tabela 6 são apresentados os índices de pessoas vulneráveis e dependentes de idosos, vulneráveis e que gastavam mais de uma hora até o trabalho na população ocupada e a

porcentagem de vulneráveis que não estudavam, não trabalhavam e são vulneráveis na população na faixa etária entre 15 e 24 anos.

Tabela 6: Vulnerabilidade – Microrregião de Almenara - 2010

ESPACIALIDADES	% DE VULNERÁVEIS E DEPENDENTES DE IDOSOS 2010	% DE VULNERÁVEIS QUE GASTAM MAIS DE UMA HORA ATÉ O TRABALHO NA POPULAÇÃO OCUPADA 2010	% DE 15 A 24 ANOS QUE NÃO ESTUDAM, NÃO TRABALHAM E SÃO VULNERÁVEIS, NA POPULAÇÃO VULNERÁVEL DESSA FAIXA 2010	% DE VULNERÁVEIS E DEPENDENTES DE IDOSOS, NO TOTAL DE VULNERÁVEIS QUE COABITAM COM IDOSOS. 2010	% DE VULNERÁVEIS QUE GASTAM MAIS DE UMA HORA ATÉ O TRABALHO NA POPULAÇÃO OCUPADA VULNERÁVEL. 2010
BRASIL	2,42	1,42	33,34	69,08	10,33
ALMENARA	5,46	2,12	29,36	70,94	9,81
BANDEIRA	5,55	2,78	25,47	86,58	8,83
DIVISÓPOLIS	2,98	3,82	36,26	59,37	10,27
FELISBURGO	6,63	0,52	27,56	71,5	1,79
JACINTO	7,92	2,16	32,95	71,38	7,81
JEQUITINHONHA	7,16	1,95	22,07	90,48	7,88
JOAÍMA	7,93	2,46	28,28	84,42	9,04
JORDÂNIA	4,89	2,06	28,55	58,95	6,18
MATA VERDE	5,52	2,84	32,43	81,78	6,63
MONTE FORMOSO	7,57	1,62	32,5	83,6	5,71
PALMÓPOLIS	7,44	2,51	23,21	84,77	5,66
RIO DO PRADO	7,04	2,39	36,84	76,12	7,97
RUBIM	6,94	1,44	32,5	79,86	5,36
SALTO DA DIVISA	8,22	2,25	37,32	62,39	7,15
SANTA MARIA DO SALTO	6,61	2,57	24,09	83,4	6,95
SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	6,07	1,32	28,49	73,22	4,1

Fonte: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2018.

Nota-se na tabela 6 que a porcentagem de vulneráveis que são dependentes de idosos variam entre 2,98% e 8,22% entre os 16 componentes da região de Almenara, ficando acima da média do Brasil que é de 2,42%.

Para o indicador de pessoas que não estudavam, não trabalhavam e eram vulneráveis na faixa etária entre 15 e 24 anos, observa-se que a porcentagem em nível de Brasil era de 33,34%, já em alguns municípios como Jequitinhonha, Palmópolis, Santa Maria do Salto essa média era menor que a nacional.

Torna-se relevante destacar que a vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza. O que pretende evidenciar são as condições sociais de indivíduos medidas pela linha da pobreza e

que levam em consideração hábitos de consumo das pessoas e a equivalência a meio salário mínimo.

Uma das proposições defendida por alguns estudos¹⁶ é que a forma mais efetiva de garantir a médio e longo prazo a diminuição da vulnerabilidade social é por meio da promoção da escolaridade, através de educação de qualidade e valorização da cultura.

Nesse contexto, é importante ressaltar a relevância do programa de assistência estudantil para a região, face aos baixos índices de desenvolvimento humano e baixa renda familiar, visto que ele possibilita ao estudante a garantia da permanência na instituição de ensino através da transferência de renda e conseqüentemente propicia maior acesso à cultura, esportes e lazer. Com a falta dos auxílios, além de não poderem pagar pelo transporte, por alimentação escolar ou moradia próxima à escola, provavelmente teriam que desistir dos estudos para trabalhar e ajudar suas famílias.

3.6.3 Criação dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia

No ano de 1909, um decreto presidencial, assinado por Nilo Peçanha, instituiu 19 escolas de aprendizes com a finalidade de suprir a necessidade de mão de obra operária de algumas regiões do país. Inicialmente, tais escolas eram subordinadas ao Ministério dos

¹⁶ A educação é essencial para garantir que o crescimento econômico seja sustentável e não deixe ninguém para trás. Ela conduz o crescimento, aumenta a renda dos mais pobres e, se distribuída equitativamente, reduz a desigualdade. Se os dez membros mais recentes da União Europeia (UE) cumprirem as metas de acabar com o abandono escolar precoce e aumentar a participação na educação terciária até 2020, o número de pessoas sob o risco de pobreza poderia diminuir em 3,7 milhões.

A educação está claramente relacionada aos rendimentos – em 139 países, a taxa de retorno por ano adicional de educação é de 9,7%.

As taxas de desemprego são mais baixas entre os mais educados, principalmente em países mais ricos. Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas 55% dos adultos entre 25 e 64 anos com escolaridade menor do que o segundo nível da educação secundária estava trabalhando em 2013, em comparação com 73% dos adultos da mesma faixa etária que completaram esse nível educacional ou outra forma de educação não terciária, e 83% com alguma qualificação terciária. Em países mais pobres, essa relação é, muitas vezes, mais fraca entre jovens, em uma sugestão de que a oferta de trabalho qualificado é limitada e que os sistemas educacionais não estão equipando os alunos com habilidades relevantes.

Diferenças de renda, localização, grupo étnico e gênero são responsáveis por padrões de marginalização educacional nos países. A pobreza é, de longe, a maior barreira à educação. Entre jovens com idades entre 20 e 24 anos, em 101 países de renda baixa e média, os mais pobres têm, em média, cinco anos menos de escolarização do que os ricos; a lacuna é de 2,6 anos entre moradores de áreas urbanas e rurais e 1,1 entre mulheres e homens.

Essas informações foram extraídas do Relatório de monitoramento global da educação – UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2016. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002457/245745POR.pdf>

Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, e posteriormente passaram a ser supervisionadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (SILVA, 2009). Alguns anos depois, as escolas de aprendizes foram transformadas em liceus industriais e no curso da evolução da Lei de Diretrizes e Bases, que converteu o ensino profissional em nível médio, os liceus passam a se chamar escolas industriais e técnicas e, mais tarde, escolas técnicas federais configuradas como autarquias.

Já na década de 90, as escolas técnicas tornaram-se CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica - e após anos de embate sobre a reformulação das políticas federais para a educação profissional e tecnológica, ocorreu uma junção entre os CEFET, as escolas agrotécnicas federais e as escolas vinculadas às universidades federais dando início aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Na visão de Pacheco,

a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dá visibilidade a uma convergência de fatores que traduzem a compreensão do atual governo quanto ao papel da educação profissional e tecnológica no contexto social, devendo ser reconhecida como ação concreta das atuais políticas para a educação brasileira. Essa compreensão considera estratégica a educação profissional e tecnológica, não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros (PACHECO, 2010, p. 17).

Ao analisar a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, nota-se uma preocupação, quando da criação dos Institutos Federais, com a territorialidade, uma vez que no inciso I do art. 6º, apresenta-se como finalidade dos institutos colaborar para o desenvolvimento local, regional e nacional; e o parágrafo 3º do art. 2º estabelece a área de atuação territorial dessa instituição como limite de abrangência de sua autonomia para criação e extinção de cursos (BRASIL, 2008).

Nesta perspectiva, Silva afirma que

Esses dois trechos evidenciam a importância do território na concepção dos institutos federais e na definição dos limites de sua atuação, mas é preciso considerar que a noção de território é polissêmica. Pode-se, em uma primeira concepção entendê-lo como espaço geográfico cujo conceito tem como referência as mesorregiões brasileiras. Entretanto, a esse conceito deve ser incorporada a concepção de território enquanto construção sociocultural que ocorre em determinado espaço de tempo (SILVA, 2009, p.36).

E neste contexto o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG está inserido, abrangendo as mesorregiões do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri e, ainda, parte do Noroeste de Minas. Estando localizado nos seguintes municípios: Almenara, Araçuaí, Arinos, Diamantina, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Salinas, Porteirinha e Teófilo Otoni, e atendendo aos municípios vizinhos (Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018).

Segundo Paro,

a educação se revela como elemento de transformação social, por um lado no caráter pedagógico que assume a luta política da classe trabalhadora em seu esforço revolucionário com vistas à desarticulação do poder da classe burguesa e à construção do novo bloco histórico, por meio da qual a classe que aspira à direção da sociedade procura convencer os diversos grupos sociais da universalidade e validade social de seus propósitos (PARO, 2012, p. 135).

Essa visão nos remete à ideia de que, através da educação (aqui entendida como escolaridade), a comunidade compreende a ocupação do espaço em que está inserido e busca transformá-lo no intuito de promover melhorias. Paro afirma ainda que

a educação se revela como fator de transformação social, também, em seu caráter intrínseco de apropriação do saber historicamente acumulado, visto que, por meio dela, a classe revolucionária se apodera da ciência, da tecnologia, da filosofia, da arte, enfim de todas as conquistas culturais realizadas pela humanidade em seu desenvolvimento histórico e que hoje se concentram nas mãos da minoria dominante (PARO, 2012, p. 135).

Em 2010, foi implantado, no IFNMG, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, com finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, tendo como objetivos, de acordo com o artigo 2º do DECRETO Nº 7.234 de 2010: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

De acordo com o artigo 3º deste mesmo decreto, o PNAES deve ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior e contempla as seguintes ações: I - moradia estudantil; II -

alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL,2010).

A implantação efetiva das políticas de assistência estudantil no Campus Almenara aconteceu em 2012. Compreendem programas que atendem a seus discentes nas modalidades de cursos integrado, concomitante, subsequente, tecnologia, licenciatura, bacharelado e Proeja, todos na modalidade presencial, e vêm desenvolvendo ações internas para entender e tentar reverter os índices de evasão.

A sessão a seguir aborda a expansão das IFS no Brasil, o que possibilitou o estabelecimento do IFNMG no Baixo Vale do Jequitinhonha e descreve algumas mudanças locais a partir desta efetivação.

3.6.4. As mudanças locais a partir da implantação do IFNMG¹⁷ e a expansão dos IFS

O Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC, criou, no final de 2005, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, com o objetivo de ampliar a presença destas instituições em todo o território nacional.

Esse processo de expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica iniciou-se quando o governo federal revogou, por meio da Lei nº 11.195, de 18 de Novembro de 2005, a proibição de criação de novas unidades de ensino profissional federais prevista no § 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

O projeto buscou melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica – EPT - no país, e está organizada em três fases (BRASIL, 2018).

Plano de Expansão – Fase I

A prioridade inicial foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas destas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal,

¹⁷Os dados desta seção são parte integrante do Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Resoluções TCU nº 234/2010 e nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, Decisão Normativa TCU nº 161/2017, Decisão Normativa TCU nº 163/2017, Portaria CGU nº 522/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

além da instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior.

Na primeira fase do plano de expansão, o projeto previu a criação de 5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica (BRASIL, 2018).

Plano de Expansão – Fase II

Em sua segunda fase, iniciada em 2007, a SETEC/MEC estabeleceu como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais de educação tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. As instituições foram distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais (BRASIL, 2018).

Plano de Expansão – Fase III

Sua terceira fase, iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população.

Como resultado, a expansão e interiorização das instituições federais de EPT partiram, em 2006, de um total de 144 unidades. Chegaram, em 2018, a 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases (que totalizava 400 novas unidades).

Em 2018, a Rede Federal é constituída por:

- 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia,
- A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR),
- 2 centros federais de educação tecnológica (CEFET),
- 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, e
- O Colégio Pedro II, e seus respectivos *campi* (BRASIL, 2018).

Neste plano de expansão se encontra o IFNMG que atualmente atende aproximadamente 21.000 discentes, em 98 cursos, presenciais e a distância, em seus 11 *campi* e no CEAD, alcançando aproximadamente 170 municípios em sua área de abrangência (BRASIL, 2018).

A seguir, são destacadas, no quadro 5, as principais mudanças de cenários ocorridas nos exercícios de 2011 a 2017 nas regiões onde a instituição está instalada.

Quadro 5: Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios

CENÁRIO	ÁREA	INFORMAÇÕES
1	Ensino	O IFNMG vem se tornando uma instituição de ensino conhecida pelos produtos e serviços de qualidade que oferta. Tendência à verticalização do ensino: a instituição preocupa-se com essa questão e intensificou a oferta de cursos que são capazes de oportunizar a verticalização dos estudos. Expansão das políticas de inclusão: adesão ao sistema de reserva de vagas para egressos de escolas públicas e para pessoas com deficiência
2	Educação à distância	- Seguindo a lógica de 2016, a nova ação do Ministério da Educação criou o MedioTec como proposta de fortalecimento das políticas de educação profissional mediante a convergência das ações de fomento e execução, de produção pedagógica e de assistência técnica, para a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade a distância pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com as Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação, buscando parceria com o setor produtivo. - Avanço na oferta de cursos de graduação em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, por intermédio da abertura de cinco cursos de graduação, sendo quatro licenciaturas e um bacharelado em Administração Pública. As licenciaturas são: Ciências Biológicas, Computação, Pedagogia e Letras/ Libras. - Significativa oferta de pós-graduações em parceria com a Universidade Aberta do Brasil. São as seguintes especializações: Ensino da Sociologia para o Ensino Médio, Ensino da Filosofia para o Ensino Médio, Ensino da Matemática para o Ensino Médio, Especialização em Gestão em Saúde, Especialização em Gestão Pública, Especialização em Gestão Pública Municipal e Informática na Educação. - Ofertas de cursos de formação inicial e continuada e de cursos em nível técnico e em nível de pós-graduação com esforço próprio.
3	Extensão	A resistência das diversas instituições/comunidade na direção de não acolher projetos e eventos não concebidos com os próprios afetados instituiu um cenário onde o fazer institucional no geral e a atuação da Extensão no particular estejam sustentadas em demandas originadas pela própria comunidade/instituição.
4	Assuntos estudantis e comunitários	A Política de Assistência Estudantil do IFNMG foi aprovada pelo Conselho Superior em 25 de fevereiro de 2011. No entanto, com a criação da Diretoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (DAEC), em outubro de 2017, ocorreu um redimensionamento de ações que configuraram novas discussões, ações sistêmicas e metodologias. Portanto, em 14 dezembro de 2017, foram revogados o plano de definição da Política de Assistência Estudantil e o Regulamento da Assistência Estudantil do IFNMG e foi, ainda, aprovado o Regulamento da Política da Assistência Estudantil do

		IFNMG, que abarca programas que atendem seus discentes nas modalidades integrado, concomitante, subsequente, tecnologia, licenciatura, bacharelado e Proeja. Todos os cursos na modalidade presencial. Assim, a DAEC possui a importante e reivindicada missão de gerir, promover e desenvolver programas, projetos e atividades relacionadas à assistência ao educando, às ações inclusivas e à comunidade interna.
5	Pesquisa	Exigência do mercado por profissionais com maior qualificação, o que requer que as pesquisas desenvolvidas pela instituição estejam mais conectadas com a realidade local/regional.

Fonte: IFNMG: 2018

Ainda sobre o cenário dos últimos exercícios, o IFNMG teve seu primeiro curso de mestrado aprovado pela Capes, o curso de pós-graduação *stricto sensu* em Nutrição e Reprodução Animal do programa de pós-graduação em Medicina Veterinária, já iniciado em 16/08/2017. Recebeu, do MEC, nota 4, em sua primeira avaliação, nos cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Campus Almenara; Administração, Campi Araçuaí e Arinos; Ciência da Computação e Engenharia Química, Campus Montes Claros. Também terá dez cursos superiores estrelando o Guia do Estudante, em 2018, publicação que destaca as melhores universidades, sendo o Instituto contemplado com o selo de qualidade por meio dos 21 seguintes cursos: no Campus Januária, Administração (Bacharelado), Agronomia (Bacharelado), Física (Licenciatura) e Matemática (Licenciatura); no Campus Pirapora, Administração (Bacharelado); no Campus Salinas, Ciências Biológicas (Licenciatura), Física (Licenciatura), Matemática (Licenciatura), Medicina Veterinária (Bacharelado) e Química (Licenciatura).

Na realização deste trabalho, foram analisados os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010 – 2013 e 2014 – 2018; a Resolução nº 33, de 03 de agosto de 2012 do Conselho Superior, que prevê o desenvolvimento de projetos, programas, ações e serviços, com o intuito de democratizar o acesso e assegurar o princípio da igualdade de condições de permanência e conclusão com êxito dos estudos dos estudantes do IFNMG. Além disso, a Resolução n.º 29/2011 que a instituiu, inclusive quanto à organização dos programas de Assistência Estudantil, que passam a ser subdivididos apenas em três: Programa Universal, destinado a todos os estudantes dos cursos presenciais, e concedido por mérito acadêmico; Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas, destinado aos discentes que apresentam necessidades especiais. E, por fim, o Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes - destinado àqueles discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em quaisquer dos cursos presenciais.

No subtópico 4.1 do referencial teórico, este trabalho apresentou pesquisas sobre políticas públicas e trouxe informações sobre o ciclo dessas políticas.

A primeira fase deste ciclo é a identificação do problema que é a diferença entre o que é (*status quo*) e aquilo que se gostaria que fosse. Nesta fase é evidenciada a realidade atual de parte da sociedade para posteriormente propor uma situação ideal.

Diante disso, a sessão a seguir descreve o contexto e a situação socioeconômica da região onde está localizado o IFNMG Campus Almenara, apontando a realidade da população do Baixo Vale do Jequitinhonha, com base nas comprovações feitas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Desse modo, é possível perceber a importância da implantação da assistência estudantil nesta localidade, funcionando como mecanismo de manutenção do discente na instituição de estudos, evitando a evasão. Além disso, os dados apresentados abaixo foram utilizados nos resultados e discussões, estabelecendo uma comparação dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica do IFNMG Almenara com o contexto no qual ele se encontra.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Análise descritiva

4.1.1. Recursos financeiros para execução da política pública

Para atuar na gestão, promoção e desenvolvimento de programas, projetos, atividades e serviços relativos à assistência estudantil, o IFNMG dispõe do Núcleo de Assuntos Estudantis e Comunitários – NAEC. Dentre suas atribuições consta propor e avaliar os editais relativos aos auxílios e benefícios e fomentar debates para melhoria da política de assistência ao estudante. Para que isso seja possível, o NAEC depende da distribuição de recursos financeiros disponibilizados pelo governo federal.

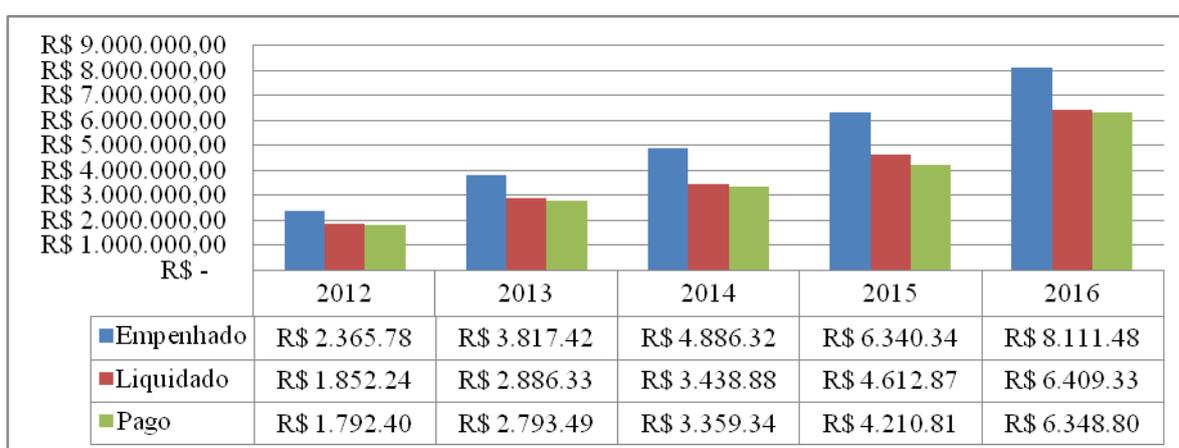
Um dos objetivos deste trabalho foi exatamente o levantamento de informações e/ou dados sobre os recursos financeiros concedidos pelo Estado para a execução das ações do IFNMG Campus Almenara na permanência do estudante no período de 2012 a 2016. As primeiras análises e discussões a seguir se referem a essas dimensões.

Inicialmente apresenta-se a evolução dos recursos destinados ao IFNMG, enquanto instituição de ensino que agrega onze *campi*. Posteriormente, os valores são subdivididos, visando a atender às demandas específicas de cada região onde está instalado.

O IFNMG utiliza os parâmetros do Tribunal de Contas da União -TCU através do Acórdão nº 2.267/2005¹⁸, que estabelece a metodologia de cálculo para os indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT, o que permite mensurar o desempenho organizacional.

O Gráfico 1, extraído destes indicadores, refere-se aos recursos para a Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica¹⁹.

Gráfico 1: Evolução em reais (R\$) dos recursos destinados à assistência ao discente do IFNMG.



Elaboração própria com base nos Relatórios de Gestão do IFNMG.

Acompanhando a trajetória da execução orçamentária e financeira, é possível notar um crescimento importante do aporte de recursos para a área de assistência estudantil no IFNMG. Os valores empenhados passam de cerca de 2 milhões em 2012 para mais de 8 milhões em 2016. Entretanto, observa-se que o empenho no decorrer dos anos analisados é superior aos valores liquidados e pagos, devido, principalmente, à inexecução dos compromissos assumidos pelo Estado durante os exercícios e ao contingenciamento do governo federal de

¹⁸ Os indicadores no Acórdão nº 2.267/2005 – TCU/Plenário são calculados e analisados pela Rede Federal e pela SETEC desde 2005 e em 2012, como ponto de partida para construção de uma metodologia padronizada de produção e análise de indicadores, e nessa perspectiva, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC elaborou em 2012 um manual que é composto pelo conjunto de indicadores estabelecidos pelo TCU.

¹⁹ Embora o foco deste trabalho seja a relação entre evasão escolar dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e os beneficiários do PNAES, optou-se na análise e discussão dos resultados por mencionar também Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica, pois nesta está incluída a promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais. Portanto, os gráficos 1, 2, 3 e 4 referem-se a todas essas ações e não especificamente ao PNAES.

recursos financeiros para a efetivação do que foi pactuado (repasses com atrasos ou falta de repasse).

Nos Relatórios de Gestão, as equipes das unidades integrantes do IFNMG relataram que, dentre as principais dificuldades para a execução da ação 2994²⁰, está a ausência de um sistema informatizado para acompanhamento da matrícula e frequência dos discentes, bem como o número reduzido de servidores (os recursos são calculados por meio do número de matriculados) (IFNMG, 2016).

Observando os critérios de avaliação da política pública expostos por Secchi (2014) no referencial teórico deste trabalho, percebe-se que a execução orçamentária não tem ocorrido conforme os métodos pré-estabelecidos.

A instituição apresentou como dificuldade para a execução financeira, a ausência na liberação de limites orçamentários para investimentos em tempo hábil, o que prejudicou bastante a execução da ação, visto que inviabilizou a modernização das instalações físicas destinadas à assistência estudantil (IFNMG, 2016).

No IFNMG, segundo o orçamento anual destinado à assistência ao discente, os recursos são distribuídos entre os *campi*, proporcionalmente à quantidade de estudantes matriculados, considerando o montante repassado à Rede Federal de Educação no ano anterior, corrigido de acordo com a inflação e acrescido do número de novas matrículas. O restante, respeitando o princípio da equidade no atendimento, é distribuído qualitativamente, considerando a divisão estabelecida pelo Colégio de Dirigentes (IFNMG, 2012).

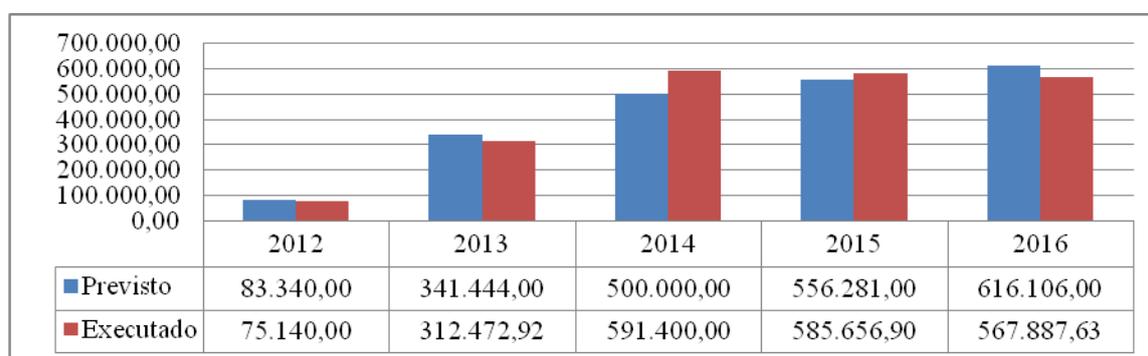
No orçamento anual da instituição existe a ação 20RL²¹ que destina recursos para o funcionamento das unidades. Como faz parte da sua iniciativa a acessibilidade e permanência do estudante, após sua dotação final, caso não haja perspectivas de utilização dos recursos naquelas ações, devido ao seu grau de especificidade, os valores podem ser remanejados, mediante autorização, para a ação 2994 (assistência ao estudante), possibilitando, assim, a assistência contemplar mais alunos com seus benefícios.

Após repasse, o Campus Almenara organiza seus recursos e o Gráfico mostra os valores a ele destinados após a distribuição pelo IFNMG.

²⁰Ação 2994 – O orçamento é organizado por meio de ações do governo em nível operacional que são concretizadas através de áreas estratégicas. A ação 2994 se refere a Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica.

²¹ A ação 20RL é uma ação orçamentária para Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica e seu objetivo é expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais.

Gráfico 2: – Recursos em reais (R\$) destinados à assistência ao discente do IFNMG Campus Almenara de 2012 a 2016²²



Elaboração própria com base nos Relatórios do DAP Campus Almenara.

Observa-se no Gráfico 2 a relação entre o orçamento previsto e o orçamento realizado pelo IFNMG Campus Almenara entre os anos de 2012 a 2016 com os recursos recebidos diretamente para ações da assistência ao discente (promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas). Nestes investimentos estão previstos bolsas de estudo no país, bolsas de estudos no exterior, gêneros de alimentação, materiais destinados a assistência social, fornecimento de alimentação e seguros em geral.

Há um crescimento ao longo dos anos tanto da estimativa de receitas quanto da execução das mesmas, devido ao aumento no número de cursos e, conseqüentemente, no número de matrículas na instituição. No entanto, nos anos de 2012, 2013 e 2016 as estimativas de receitas foram maiores do que as executadas, o que significa que mesmo com o orçamento aprovado não houve repasse de todo o recurso.

Nos anos de 2014 e 2015, os valores executados foram maiores que os previstos, pois houve redistribuição de valores no IFNMG, divididos qualitativamente entre os Campi, considerando decisão estabelecida pelo Colégio de Dirigentes.

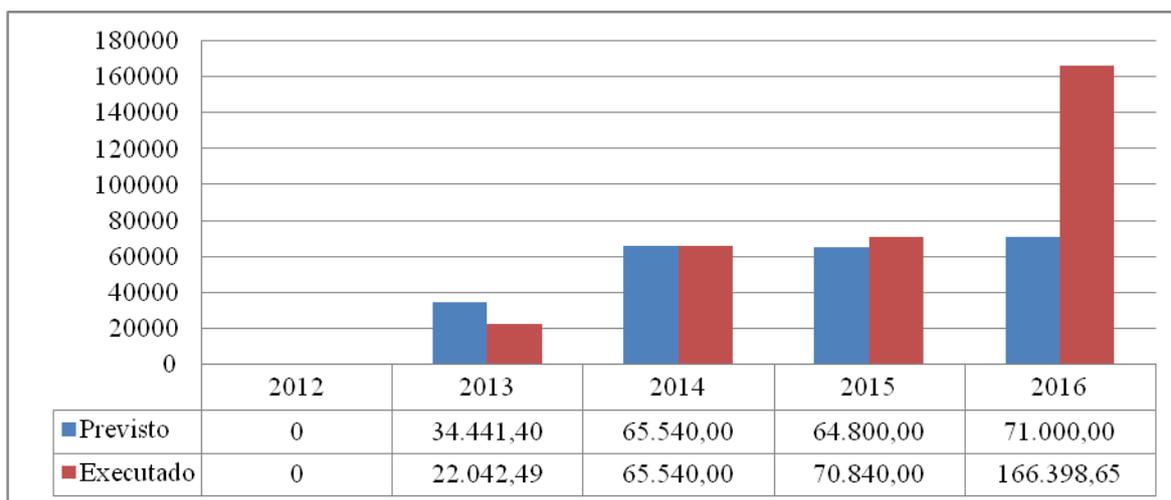
No processo de planejamento de seus gastos, buscando atingir seus objetivos institucionais, o IFNMG Almenara enquadra suas despesas destinadas à assistência ao discente em algumas ações que constam na Lei Orçamentária Anual (LOA)²³. No exercício de 2012 a 2016, utilizaram-se, despesas obrigatórias do governo federal - alimentação escolar e ações complementares do Campus Almenara para atendimento aos alunos.

²² Como já mencionado anteriormente, na nota de rodapé 16, estes recursos são destinados a várias ações que visam à permanência e êxito do discente e não especificamente ao PNAES.

²³ A Lei Orçamentária Anual (LOA) é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. A Constituição determina que o Orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada ano. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/leis-e-principios-orcamentarios/o-que-e-lei-orcamentaria-anual-loa>.

Uma vez que o Campus Almenara atende a alunos de ensino médio, há uma obrigatoriedade no fornecimento de alimentos para este público através do Programa Nacional de Alimentação Escolar²⁴ e os valores vêm da mesma ação orçamentária. Tais despesas podem ser observadas no Gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3: Despesas obrigatórias do Governo Federal - Alimentação Escolar



Elaboração própria com base nos Relatórios do DAP Campus Almenara.

De acordo com os critérios de avaliação de Secchi (2014), no ano de 2013, os recursos não foram bem utilizados, uma vez que a estimativa de gastos foi de R\$ 34.441,40 (trinta e quatro mil quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta centavos), e foram executados R\$ 22.042,49 (vinte e dois mil quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos). Os valores restantes retornaram ao governo federal, significando que a instituição não alcançou as metas e objetivos pré-estabelecidos.

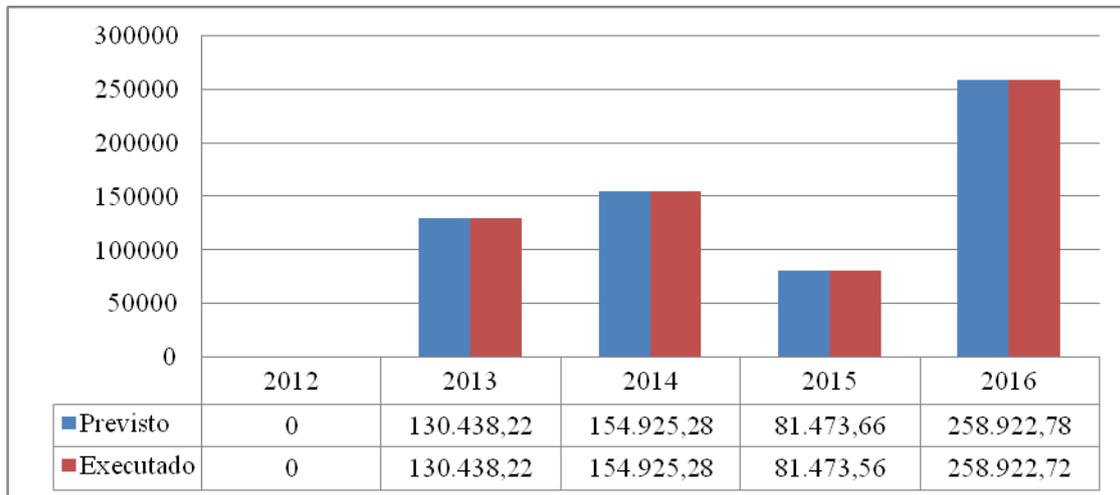
Já nos anos de 2015 e 2016, as despesas executadas foram maiores que as previstas, apresentando um destaque para o aumento significativo no ano de 2016, pelo número de matrículas maiores no ensino médio, nível escolar em que a alimentação é obrigatória para todos os alunos, independente das ações do PNAES.

Quanto às despesas com ações complementares, estas se referem à ação de funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Nesta prática

²⁴O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é executado e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é a mais antiga política pública de segurança alimentar e nutricional do Brasil. No mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE, para alimentação escolar, devem ser utilizados na compra direta de alimentos da agricultura familiar. O programa reforça o incentivo a esses agricultores, sua participação na economia local e sua influência direta no desempenho dos estudantes e das instituições públicas de ensino. Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>.

é alocada parte do recurso para o funcionamento do IFNMG Campus Almenara envolvendo despesas de custeio e capital e também tem como produto o número de estudantes matriculados. O Gráfico 4 mostra a evolução.

Gráfico 4: Ações complementares para atendimento aos alunos



Elaboração própria com base nos Relatórios do DAP Campus Almenara.

Observa-se no Gráfico 4 que as despesas estimadas foram devidamente executadas.

Quanto ao orçamento destinado ao PNAES, este está previsto no Plano Plurianual²⁵ e é alocado anualmente às Unidades Orçamentárias das Instituições Federais de Educação Superior por meio da Matriz PNAES, que considera critérios relacionados a número de matrículas e Índice de Desenvolvimento Humano-IDH da região sede da instituição executora, entre outros. O teor dos atos normativos de regência do PNAES atribui autonomia às Instituições Federais de Educação Superior para definir tanto os critérios e a metodologia de seleção dos discentes que são beneficiados, como também a fixação dos requisitos para percepção da assistência estudantil (BRASIL, 2007).

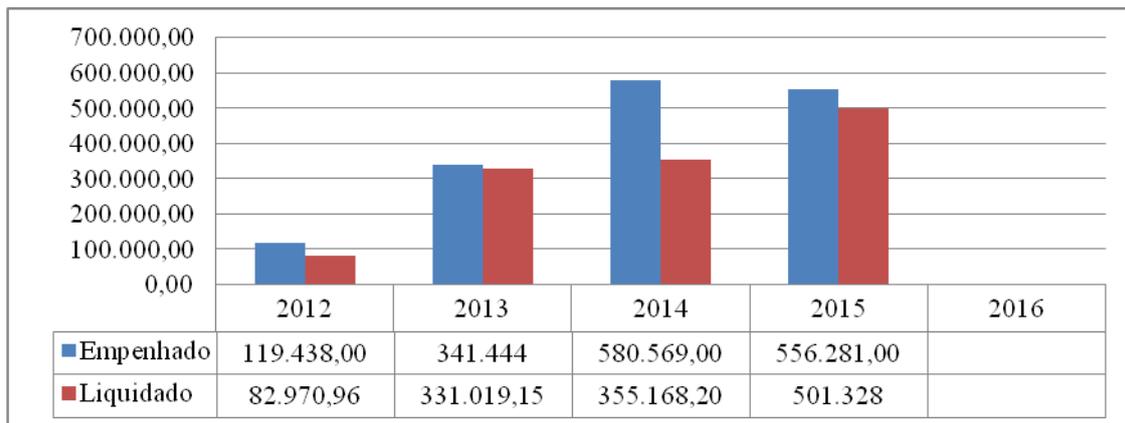
Considerando as áreas básicas definidas pelo próprio PNAES na garantia das condições de permanência dos discentes (alimentação, moradia, transporte, atenção à saúde, apoio pedagógico, entre outras), os valores por matrícula anualmente podem não ser suficiente, pois dependem da disponibilidade e repasse financeiro do Estado. Assim, para

²⁵O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo de ações do governo, abrangendo, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. O PPA estabelece as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelo governo ao longo de um período de quatro anos. Tem vigência do segundo ano de um mandato governamental até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/o-que-e-o-ppa>.

atingir eficiência econômica (relação entre recursos utilizados e produtividade), presente na avaliação da política pública de Secchi (2014), foram estabelecidos critérios de seleção para contemplar os discentes que prioritariamente necessitam dos benefícios.

Os recursos recebidos pelo IFNMG Campus Almenara para execução das ações do PNAES estão descritos no Gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5: Recursos financeiros para execução do PNAES no IFNMG Campus Almenara²⁶



Elaboração própria com base nos Relatórios do DAP Campus Almenara

Observa-se no Gráfico 5 que entre os anos analisados todos os valores empenhados ficaram abaixo dos valores liquidados. Havia a disponibilidade do recurso, mas não houve aplicação do mesmo.

Segundo os Relatórios de Gestão do IFNMG, a falta de servidores para efetivação das ações da política pública de assistência estudantil foi uma das principais dificuldades no desenvolvimento das atividades. Além disso, no ano de 2012, houve uma greve de servidores que pode ter influenciado na inexecução do orçamento (IFNMG, 2012).

A execução do PNAES é discutida a seguir, na divisão dos auxílios por modalidade e contemplação dos discentes.

4.1.2. Auxílios disponibilizados pelo PNAES

Conforme exposto nas discussões deste trabalho, o IFNMG Campus Almenara possui autonomia para definir os critérios e a metodologia de seleção dos discentes a serem beneficiados pelo PNAES, bem como a fixação dos requisitos para percepção da assistência estudantil. Para o acesso ao programa, o estudante deve estar regularmente matriculado em

²⁶ Os valores de 2016 não foram disponibilizados.

um curso presencial, participar de seleção socioeconômica, realizar sua inscrição e anexar documentos comprobatórios, por meio de editais que são abertos no início de cada semestre letivo.

A classificação dos discentes é de acordo com a sua condição socioeconômica e o número de auxílios disponibilizados por meio do Edital. Contudo, o fator renda *per capita* familiar é o critério com maior peso no processo de seleção. Neste caso, deve possuir renda familiar *per capita* de até 1 ½ (um salário mínimo e meio), ou seja, a soma de toda a remuneração familiar dividida pelo número de integrantes da família; priorizando o atendimento dos discentes que tiverem a menor renda familiar *per capita*.

Mesmo levando em consideração o número de alunos matriculados, os recursos são escassos e não contemplam todos os discentes. Desse modo, a demanda por auxílios é maior do que a oferta. Para aqueles discentes que concorrem e não conseguem o benefício, é elaborada uma lista de espera seguindo os mesmos critérios de seleção e estes podem ainda ser contemplados no período de validade do edital.

A evolução da oferta de auxílios pode ser observada a seguir, nos quadros que se seguem, entre os anos de 2012 a 2016.

No ano de 2012, o Programa de Assistência Estudantil do IFNMG Almenara era composto pelas modalidades de auxílio transporte, auxílio alimentação e auxílio cópia e impressão (Quadro 6).

Quadro 6: Número de auxílios e modalidade no ano de 2012.

AUXÍLIO	Modalidade	Benefícios	Vagas Oferecidas
Transporte	Auxílio financeiro mensal concedido para contribuir para o deslocamento, municipal e/ou intermunicipal, do aluno para a realização das atividades acadêmicas regulares referentes ao período letivo.	Recebimento, durante 09(nove) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 60,00(sessenta reais) mensais para transporte municipal. Recebimento, durante 09(nove) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) mensais para transporte intermunicipal.	35
Alimentação	Assistência financeira mensal concedida para auxiliar no custeio de despesas com alimentação.	Recebimento, durante 09 (nove) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) mensais.	20
Cópia e impressão	Assistência concedida para auxiliar o aluno nas suas necessidades relativas a cópias e impressões.	Recebimento, durante 09 (nove) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 25,00 (vinte e reais) mensais.	25

Fonte: IFNMG, 2012.

No ano de 2013, os auxílios foram alterados e o Programa de Assistência Estudantil passou a ser composto pelas modalidades de auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio permanência, uniformes (Quadro 7).

Quadro 7: Número de auxílios e modalidade no ano de 2013

AUXÍLIO	Modalidade	Benefícios	Vagas Oferecidas	Vagas PNE (%)
Auxílio Permanência	Auxílio financeiro mensal concedido para contribuir para o deslocamento, moradia e alimentação entre outros.	Recebimento, durante 10 (dez) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e dez reais) mensais.	41	2%
Moradia	Destinado a contribuir com o custeio das despesas com moradia.	Recebimento, durante 10 (dez) meses, de suporte financeiro de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), concedidos prioritariamente ao estudante que tenha se mudado para a cidade de Almenara em função do ingresso no IFNMG.	4	0
Transporte	Auxílio financeiro mensal concedido para contribuir para o deslocamento, municipal e/ou intermunicipal, do aluno para a realização das atividades acadêmicas regulares referentes ao período letivo.	Recebimento, durante 10 (dez) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) mensais para transporte municipal. Recebimento, durante 10 (dez) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) mensais para transporte intermunicipal.	Municipal: 83 Intermunicipal: 50	4% 2%
Alimentação	Assistência financeira mensal concedida para auxiliar no custeio de despesas com alimentação.	Recebimento, durante 10 (dez) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 120,00 (cento e reais) mensais.	100	5%
Uniforme	Assistência concedida para auxiliar o aluno nas suas necessidades relativas a uniforme escolar	Recebimento de uma parcela única no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) para aquisição de uniformes. O aluno deverá comprovar, através do recibo de compra em seu nome.	76	4%

Fonte: IFNMG, 2013.

Entre 2012 e 2013, nota-se um aumento no número de benefícios concedidos devido ao crescimento das matrículas efetuadas.

No ano de 2014, além dos auxílios já oferecidos, houve a inclusão de reserva de vagas para pessoas com necessidades especiais (Quadro 8):

Quadro 8: Número de auxílios e modalidade no ano de 2014.

AUXÍLIO	Modalidade	Benefícios	Vagas Oferecidas	Vagas PNE (%)
Auxílio Permanência	Auxílio financeiro mensal concedido para contribuir para o deslocamento, moradia e alimentação entre outros.	Recebimento, durante 10 (dez) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais) mensais.	20	5%
Transporte	Auxílio financeiro mensal concedido para contribuir para o deslocamento, municipal e/ou intermunicipal, do aluno para a realização das atividades acadêmicas regulares referentes ao período letivo.	Recebimento, durante 09 (nove) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) mensais para transporte municipal. Recebimento, durante 09 (nove) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) mensais para transporte intermunicipal.	Municipal: 100 Intermunicipal : 50	5%
Alimentação	Assistência financeira mensal concedida para auxiliar no custeio de despesas com alimentação.	Recebimento, durante 09 (nove) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 120,00 (cento e reais) mensais.	100	5%
Uniforme	Assistência concedida para auxiliar o aluno nas suas necessidades relativas a uniforme escolar	Recebimento de uma parcela única no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) para aquisição de uniformes.	70	5%

Fonte: IFNMG, 2014.

No ano de 2015, além dos auxílios já oferecidos, houve alterações no quadro de vagas para pessoas com necessidades especiais, e inclusão do auxílio moradia, conforme Quadro 9 abaixo relacionado. Além disso, foi realizada uma mudança no edital, no qual os alunos beneficiados em 2014 com os auxílios da assistência estudantil e que estivessem devidamente matriculados continuariam contemplados, desde que atendessem aos critérios socioeconômicos.

Quadro 9: Número de auxílios e modalidade no ano de 2015.

AUXÍLIO	Modalidade	Benefícios	Vagas Oferecidas	Vagas PNE (%)
Auxílio Permanência	Auxílio financeiro mensal concedido para contribuir para o deslocamento, moradia e alimentação entre outros.	Recebimento, durante 10 (dez) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais) mensais.	20	5%
Transporte	Auxílio financeiro mensal concedido para contribuir para o deslocamento, municipal e/ou intermunicipal, do aluno para a realização das atividades acadêmicas regulares referentes ao período letivo.	Recebimento, durante 09 (nove) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) mensais para transporte municipal. Recebimento, durante 09 (nove) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) mensais para transporte intermunicipal.	Municipal: 100 Intermunicipal : 50	5%
Alimentação	Assistência financeira mensal concedida para auxiliar no custeio de despesas com alimentação.	Recebimento, durante 09 (nove) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 120,00 (cento e reais) mensais.	100	5%
Uniforme	Assistência concedida para auxiliar o aluno nas suas necessidades relativas a uniforme escolar	Recebimento de uma parcela única no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) para aquisição de uniformes. O aluno deverá comprovar, através do recibo de compra em seu nome.	70	5%

Fonte: IFNMG, 2015.

Os auxílios disponibilizados em 2016 estão representados no Quadro 10.

Quadro 10: Número de auxílios e modalidade no ano de 2016.

AUXÍLIO	Modalidade	Benefícios	Vagas Oferecidas	Vagas PNE (%)
Auxílio Permanência	Auxílio financeiro mensal concedido para contribuir para o deslocamento, moradia e alimentação entre outros.	Recebimento de auxílio financeiro no valor de R\$ 475,00, concedido ininterruptamente por 11 (onze) meses.	49	2%
Moradia	Destinado a contribuir com o custeio das despesas com moradia.	Recebimento de auxílio financeiro no valor de R\$ 250,00, concedido ininterruptamente por 11 (onze) meses.	8	1%
Transporte	Auxílio financeiro mensal concedido para contribuir para o deslocamento, municipal e/ou intermunicipal, do aluno para a realização das atividades acadêmicas regulares referentes ao período letivo.	Recebimento, durante 10 (dez) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) mensais para transporte municipal. Recebimento, durante 10 (dez) meses, de suporte financeiro no valor de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) mensais para transporte intermunicipal.	Municipal: 99 Intermunicipal: 60	5% 3%
Alimentação	Assistência financeira mensal concedida para auxiliar no custeio de despesas com alimentação.	Auxílio concedido em forma de alimentação no Campus.	74	4%
Uniforme	Assistência concedida para auxiliar o aluno nas suas necessidades relativas a uniforme escolar	Recebimento de uma parcela única no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) para aquisição de uniformes. O aluno deverá comprovar, através do recibo de compra em seu nome.	91	4%

Fonte: IFNMG, 2016.

Após a elaboração dos quadros, os dados foram organizados com o total de alunos matriculados nos cursos presenciais do IFNMG Campus Almenara, entre os anos de 2012 a 2016. Esta análise começa ser descrita se seguir.

4.1.3. Evasão escolar dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica

Do total de alunos matriculados, foram colhidas informações do número de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (público-alvo do PNAES) e realizada uma comparação entre o quantitativo de auxílios ofertados e o quantitativo de alunos beneficiados. Posteriormente, foram apresentadas informações sobre o quantitativo de evadidos, conforme mais um dos objetivos deste trabalho de levantar dados sobre a evasão escolar dos discentes do IFNMG Campus Almenara, classificados em situação de vulnerabilidade socioeconômica de acordo com o FONAPRACE.

Feito isso, estabeleceu-se uma relação entre o público-alvo do PNAES e o os alunos atendidos, com o objetivo de confrontar os resultados com os critérios de avaliação da política pública discutidos por Costa e Castanhar (2003, p. 973) no referencial teórico, conforme demonstração representada na Tabela 7.

Tabela 7: Alunos contemplados pela Assistência Estudantil

ANO	TOTAL DE ALUNOS PRESENCIAIS MATRICULADOS	PÚBLICO ALVO DO PNAES (N°)	% PÚBLICO ALVO	AUXÍLIOS OFERTADOS	ALUNOS COM BENEFÍCIOS	% DE ALUNOS COM BENEFÍCIOS
2012	963	818	84,98	80	74	9,04
2013	1775	1328	74,86	658	328	24,69
2014	739	515	69,75	354	354	36,76
2015	1034	719	69,61	354	349	48,53
2016	1067	963	90,27	381	341	35,41

Elaboração própria com base nos Relatórios de Gestão do IFNMG.

O IFNMG Campus Almenara recebeu suas primeiras matrículas no ano de 2010, após implantação do campus no Baixo Vale do Jequitinhonha; no , foi no ano de 2011 que se registrou um número significativo de alunos devido à expansão de vagas na instituição. Em 2011, foram efetuadas 609 matrículas.

Consta no Relatório de Gestão (2012, p. 149) que a “maior parte dos alunos pesquisados que ingressaram no campus era de baixa renda (aproximadamente 70% apresentava uma renda *per capita* inferior a um salário mínimo)”. Tal informação pode ser explicada pelo contexto em que o campus está inserido. Conforme já exposto neste trabalho, na seção 3, os 16 municípios que pertencem à microrregião de Almenara, estão abaixo do IDHM nacional. Além disso, foi apontado ainda que 56% dos municípios situavam na faixa

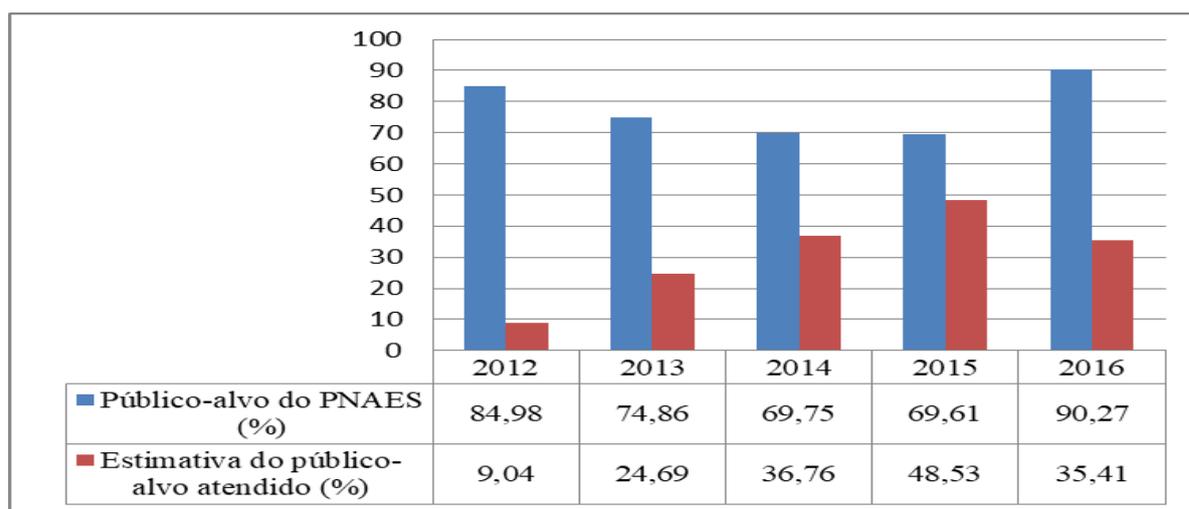
do desenvolvimento médio (IDHM entre 0,600 e 0,699) no ano de 2010, e 44% dos municípios encontravam-se em situação crítica por terem um índice de baixo desenvolvimento humano. Quanto à renda *per capita* destaca-se que apenas nos municípios de Almenara, Jordânia e Salto da Divisa a população com 18 anos ou mais e que tinham alguma ocupação possuía rendimento médio que correspondia à metade do rendimento médio em nível nacional. Comprovando que a maioria dos municípios se encontrava com rendimento médio significativamente abaixo do índice nacional

No ano de 2012 houve a regulamentação da Política de Assistência Estudantil do IFNMG, e o Campus Almenara contou com um crescimento no número de matrículas. Do total de matriculados (963), 84,98% se encontrava em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas o número de auxílios ofertados foi muito baixo para atender à demanda, como se pode observar na Tabela 7. Além de serem ofertados poucos auxílios (80), apenas 74 foram repassados.

Nos anos de 2013, 2015 e 2016 também houve uma evolução no número de matrículas realizadas, mas os auxílios ofertados continuaram aquém do aguardado.

O Gráfico 6 apresenta a relação entre o público-alvo do PNAES e o público-alvo atendido pelo IFNMG Campus Almenara.

Gráfico 6: Relação entre o público-alvo do PNAES e o público-alvo atendido pelo IFNMG Almenara



Elaboração própria com base nos Relatórios de Gestão do IFNMG.

Ao analisar o Gráfico 6, nota-se que pelos critérios de avaliação de políticas públicas apresentados por Costa e Castanhar (2003), durante os anos de 2012 a 2016, o programa não atingiu os seus objetivos e metas, pois não conseguiu distribuir todos os benefícios ofertados.

Além disso, o quantitativo de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica foi alto e as estimativas de atendimento destes discentes foram muito baixas. Neste último caso, o governo federal não concedeu repasse suficiente de recursos para atender às propostas do programa.

Quanto aos demais critérios de avaliação do PNAES, é importante destacar que, embora a análise dos recursos financeiros tenha demonstrado índices negativos, a política pública, em sua maioria, tem conseguido alcançar mudanças positivas na realidade daqueles que são beneficiados.

Ao observar o impacto (ou efetividade), o projeto está conseguindo efeitos positivos no ambiente externo em que está interferindo, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais. Tal fato pode ser percebido, por exemplo, no aumento das matrículas ao longo dos anos avaliados. Levando-se em consideração que um dos objetivos do programa é auferir o grau de inclusão social, pode-se concluir, então, que o IFNMG vem cumprido uma de suas importantes funções.

Segundo o Relatório de Gestão, a divulgação dos processos seletivos, busca parcerias junto às entidades públicas, como associações rurais e comerciais, prefeituras, secretarias estaduais e municipais de ensino, difundindo, também, entre as pessoas de baixa renda, de áreas de difícil acesso e cidades circunvizinhas (IFNMG, 2016).

As ações complementares²⁷ do Campus Almenara são outro exemplo de mudança positiva a partir da implantação da política pública. Isso pode ser observado no custo-efetividade que mede as formas alternativas da ação social para a obtenção de determinados impactos. Seleciona-se atividade e/ou projeto que atenda aos objetivos propostos com o menor custo. Neste caso, nas ações complementares que o campus executa, há uma destinação de recursos para manutenção dos IFS e complemento nas despesas com os alunos. Outro exemplo de custo-efetividade são as ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar²⁸, que também é uma alternativa de manutenção do discente no ambiente escolar, principalmente aquele que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A seguir analisam-se as influências externas da evasão escolar no IFNMG Campus Almenara e o que se percebe é que, mesmo que a renda seja um fator importante a ser considerado, não é a única que garante a permanência.

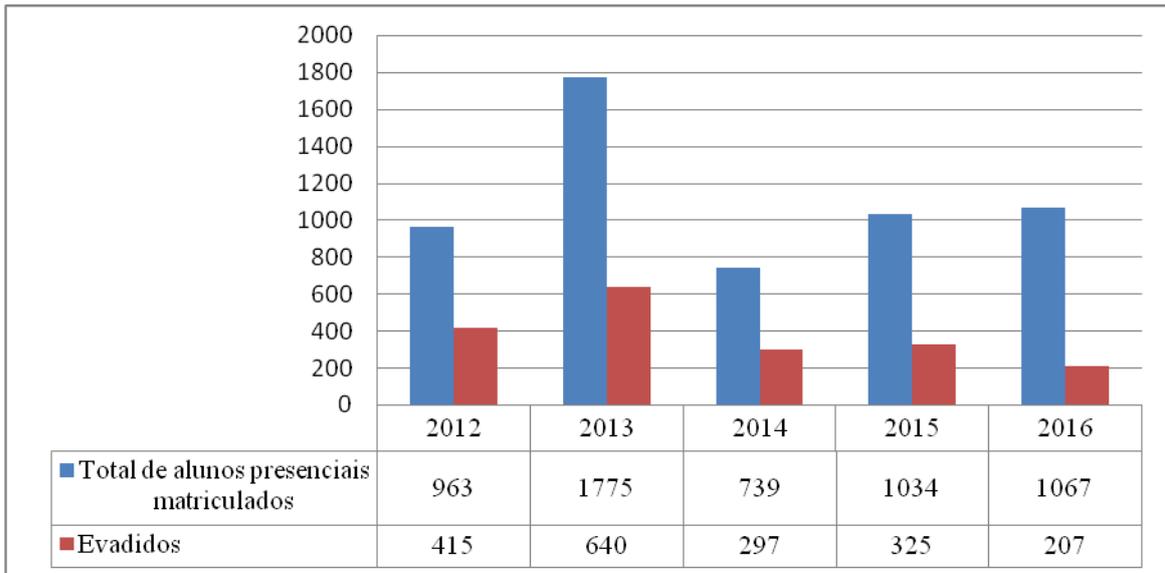
²⁷ Ações complementares apresentadas neste trabalho no Gráfico 4, subtópico 7.1. e se referem às despesas com manutenção dos IFS.

²⁸ O Programa Nacional de Alimentação Escolar foi apresentado neste trabalho no Gráfico 3, subtópico 7.1. e se refere às despesas com alimentação escolar para alunos do ensino médio.

4.1.4. Influências externas da evasão escolar no IFNMG Campus Almenara

Na relação entre o número de matriculados e o número de evadidos, podem-se perceber valores significativos, conforme demonstra o Gráfico 7 a seguir:

Gráfico 7: Relação entre números de matriculados e números de evadidos no IFNMG Almenara



Elaboração própria com base no Plano de Permanência e êxito do IFNMG.

O Gráfico 7 mostra que no ano de 2012 houve 43,19% de evasão escolar em relação ao número total de matriculados. E nos anos de 2013, embora a evasão apresentasse um decréscimo, o índice ainda foi considerado alto, sendo 36,11% de desistentes. Em 2014 a evasão voltou a aumentar, deixando a instituição em alerta com seu índice de 40,31% de alunos que decidiram sair.

“Uma vez que, o estudante que ingressa no curso, ocupa uma vaga e na sua desistência, na maior parte das vezes, esse lugar não é preenchido, ocasiona uma maior ociosidade e perdas financeiras” (IFNMG, 2018, p. 07).

O Campus Almenara, juntamente com os outros *campi* do IFNMG, realizou entre os anos de 2015 a 2017 um diagnóstico acerca dos motivos (causas, problemas, fatores) que contribuíam para que os educandos dos cursos interrompessem seu processo de escolarização, bem como as estratégias de ação necessárias à minimização da evasão. Este diagnóstico culminou em um Plano Estratégico Institucional de Permanência Êxito.

Dentre as causas apontadas para a evasão, encontrava-se a dificuldade de adaptação à vida escolar do campus; dificuldade de aprendizagem e habilidade de estudo, bem como de planejamento dos estudos e deficiência nos conhecimentos prévios ao Ensino Médio por parte dos alunos; dificuldades financeiras do estudante/família (estudantes de baixa renda); baixa autoestima, transtornos psicológicos e emocionais, falta de planejamento, distração dos estudantes; falta de conhecimento e desmotivação com o curso e com as disciplinas técnicas; dificuldade na realização/complementação do estágio; falta de participação dos pais na escola; problemas financeiros, valores do transporte e permanência na cidade muito elevados; vulnerabilidade social dos estudantes da área rural; necessidade de cuidar dos filhos no horário do curso e dificuldade de conciliar estudo e trabalho (IFNMG, 2018).

Pondera-se que este trabalho fez um levantamento de estudos recentes que abordaram a evasão escolar como tema central e os resultados estão expostos no subtópico 2.4 e no Quadro 3. Nos resultados destes estudos recentes percebe-se uma semelhança com os achados nesta pesquisa.

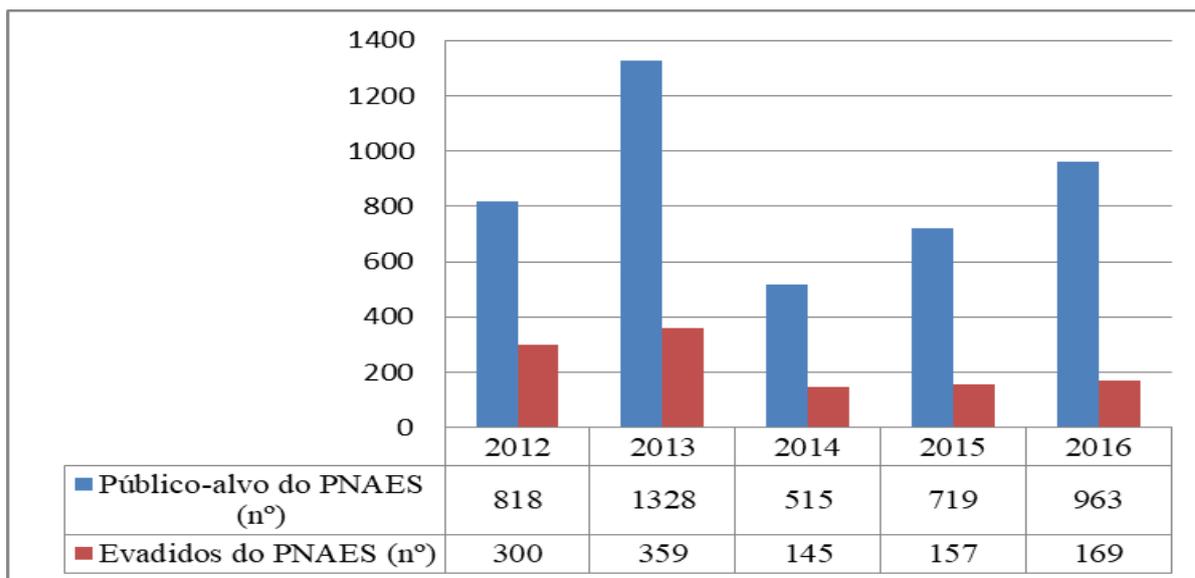
Existe uma diversidade de situações que são associadas ao processo da evasão, que podem envolver os diferentes sujeitos, o sistema de avaliação, a reprovação, a retenção, os grupos de amigos, as práticas pedagógicas e escolares, relações com a família, com a comunidade, além dos diferentes níveis de engajamento com a vida e a prática escolar (IFNMG, 2018).

Como o PNAES tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão, verifica-se que o fator renda e renda *per capita* familiar ainda são os destaques para evitar a desistência do aluno de seus cursos, mas os motivos individuais vão desde fatores econômicos e psicossociais, como a necessidade de trabalhar, até a falta de interesse pelo curso.

Quanto àqueles classificados em situação de vulnerabilidade social, verificou-se que, em 2011, 64% dos alunos viviam com renda *per capita* menor que 0,5 (meio) salário mínimo ou até 1 (um) salário mínimo. Em 2012 e 2013, essa quantidade continuou crescendo, passando de 66% a 84% respectivamente. Em 2014, embora o número de pesquisados com renda familiar *per capita* menor do que 1 salário mínimo tenha reduzido, esse indicador continuou alto, próximo a 78%. A mesma linha foi seguida em 2015. Embora tenha caído o percentual, ainda sim era representado pela maioria dos alunos pesquisados, ou seja, 67,13% (IFNMG, 2015).

Estes alunos com renda familiar *per capita* de até 0,5 (meio) salário mínimo ou de até 1 (um) salário mínimo se enquadram no grupo de vulnerabilidade socioeconômica e estão mais propensos à evasão. Posto isso, o Gráfico 8 aponta o quantitativo de evadidos em situação de vulnerabilidade no Campus Almenara.

Gráfico 8: Evadidos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no IFNMG Campus Almenara



Elaboração própria com base no Plano de Permanência e êxito do IFNMG

Observa-se no Gráfico 8 que, em 2012, 36,68% (300) dos estudantes considerados em situação de vulnerabilidade socioeconômica desistiram de seus cursos. Entretanto, esses índices caíram ao longo dos anos, passando a 27,01% em 2013; 28,88% em 2014; 21,88% em 2015, e 17,53% em 2016.

Ao comparar o total de evadidos geral com o total de evadidos em situação de vulnerabilidade, constata-se que entre os discentes que fazem parte do público-alvo do PNAES houve menos evasão que o total geral. Isso ocorreu, principalmente, por causa dos benefícios concedidos.

Após as análises, deve-se considerar a importância do programa da assistência estudantil para a região do Baixo Vale do Jequitinhonha e para aqueles que dele conseguem se beneficiar, visto que diante de fatores históricos que influenciaram nos baixos índices de desenvolvimento humano e baixos índices de renda *per capita* familiar, os auxílios concedidos, embora que ainda poucos, estão permitindo o acesso e a permanência de uma parcela de discentes contemplados no ensino.

Os recursos vindos do governo federal têm se mostrado ineficientes, pois levam em consideração o número de matrículas e não o quantitativo de pessoas com vulnerabilidade socioeconômica e nem sempre o empenhado é executado, devido a atrasos ou falta de repasses. Mas, depois de distribuídos, conseguem atingir sua finalidade.

O terceiro objetivo deste trabalho foi verificar a relação existente entre a evasão escolar no IFNMG Campus Almenara e as características essenciais²⁹ para ser contemplado pelos programas de assistência estudantil ao longo do período compreendido entre 2012 e 2016.

Com esse terceiro objetivo, pretendeu-se organizar a base de dados secundários colhidos através dos questionários socioeconômicos e confrontá-los em uma análise econométrica pelo modelo de regressão. Nestes questionários estão presentes os indicadores: renda *per capita* familiar; ser beneficiário de programas sociais³⁰, o local de moradia do estudante (se ele reside em Almenara ou não). Tais indicadores são utilizados não apenas para selecionar os discentes que serão contemplados pelo PNAES, mas também para definir qual tipo de auxílio cada discente receberá. Os resultados foram organizados na seção a seguir.

4.2. Análise econométrica: modelo de dados em painel

O modelo de dados em painel gerado, com o intuito de verificar a relação existente entre a evasão escolar no IFNMG Campus Almenara e as características essenciais para ser contemplado pelos programas de assistência estudantil ao longo do período compreendido entre 2012 e 2016, contou com 4982 observações.

O Quadro 11 a seguir retrata a correlação entre os indicadores analisados, com o intuito de se apurar o grau de relacionamento entre eles:

²⁹As características essenciais para ser contemplado pelo PNAES são indicadores presentes no questionário socioeconômico. Os *campi* do IFNMG possuem autonomia para definir esses critérios.

³⁰Estão incluídos nos programas sociais do governo federal: Bolsa Família; Benefício de Prestação Continuada; Minha Casa, Minha Vida; Bolsa Verde; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; dentre outros.

Quadro 11: Correlação entre indicadores

	Evasão escolar	Beneficiário de programas sociais	Local de moradia	Renda familiar <i>per capita</i> < um salário	Renda familiar <i>per capita</i> < meio salário
Evasão escolar	1.0000				
Beneficiário de programas sociais	0.7941	1.0000			
Local de moradia	0.7534	0.8001	1.0000		
Renda familiar <i>per capita</i> < um salário	0.7760	0.7382	0.6538	1.0000	
Recursos destinados à assistência estudantil	0.6487	0.7351	0.6814	0.8126	1.0000

Elaboração própria.

Pode-se constatar que todos os indicadores apresentam correlação com a evasão escolar, sendo os mais relacionados os indicadores “beneficiários de programas sociais”, alunos com renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo e local de moradia diferente daquele onde se situa o campus.

A estimação por Mínimos Quadrados Ordinários resultou nas informações contidas no Quadro 12 a seguir:

Quadro 12: Estimação por Mínimos Quadrados Ordinários

Evasão escolar	Coefficiente	Desvio-padrão	Significância ($P > t $)
Beneficiários de programas sociais	.3350341	.013359	0.000
Local de moradia	.2862476	.0118544	0.000
Renda <i>per capita</i> da família inferior a um salário mínimo	.5255351	.0136849	0.000
Recursos destinados à assistência estudantil	-.2203975	.0136172	0.000
Constante	-.0147666	.0050109	0.003

Elaboração própria com base nos questionários socioeconômicos do IFNMG Almenara

Conforme os resultados retratados (Quadro 12), todas as variáveis utilizadas no modelo são significativas para a explicação da evasão escolar no IFNMG – Campus Almenara. Os resultados dos coeficientes dos indicadores beneficiários de programas sociais, local de moradia e renda *per capita* da família são positivos, indicando que a correlação entre o indicador específico e a variável dependente (evasão escolar) são diretamente relacionados, de modo que o fato de ser beneficiário de programa social, de morar em local distante do campus e de pertencer a família com menor renda *per capita* aumenta a chance de evasão. Já

os recursos destinados à assistência estudantil se relacionam negativamente com a evasão escolar, de modo que quanto maiores estes recursos, menores as chances de evasão. O modelo consegue explicar 74.4% dos valores observados para a evasão no IFNMG – Campus Almenara ($R^2 = 0.7470$).

O Quadro 13 retrata o resultado do modelo de dados em painel com efeitos fixos:

Quadro 13: Resultado do modelo de dados em painel com efeitos fixos.

Evasão escolar	Coefficiente	Desvio-padrão	Significância (P> t)
Beneficiários de programas sociais	.3398178	.0141247	0.000
Local de moradia	.2809702	.0134822	0.000
Renda <i>per capita</i> da família	.4003314	.0145386	0.000
Recursos destinados à assistência estudantil	-.4355796	.0151072	0.000
Constante	.0965918	.0082626	0.000

Elaboração própria com base nos questionários socioeconômicos do IFNMG Almenara

Para a modelagem dos efeitos não observados nos dados em painel, existem duas possibilidades: os efeitos fixos (Quadro 13) e os efeitos aleatórios (Quadro 14). No modelo de efeitos fixos considera-se que o intercepto específico de cada indivíduo pode estar correlacionado com um ou mais regressores. Quanto ao modelo de efeitos aleatórios, pressupõe-se que o intercepto (aleatório) de uma unidade individual não está correlacionado com as variáveis explicativas.

O Quadro 14 retrata os resultados do modelo de efeitos aleatórios.

Quadro 14: Resultado do modelo de dados em painel com efeitos aleatórios

Evasão escolar	Coefficiente	Desvio-padrão	Significância (P> t)
Beneficiários de programas sociais	.3350341	.013359	0.000
Local de moradia	.2862476	.0118544	0.000
Renda <i>per capita</i> da família	.5255351	.0136849	0.000
Recursos destinados à assistência estudantil	-.2203975	.0136172	0.000
Constante	-.0147666	.0050109	0.003

Elaboração própria com base nos questionários socioeconômicos do IFNMG Almenara

Ao analisar o teste de significância global para todos os modelos de todas as regiões, percebe-se que todos os modelos calculados foram significativos para prever a variável evasão escolar, através das variáveis utilizadas, uma vez que o ‘Prob>F’ ou ‘Prob>chi2’ foram menores que 0,05. Logo, em todos os casos, há evidências de que pelo menos uma

variável explicativa esteja relacionada à variável dependente evasão escolar. Tanto para o modelo de efeitos fixos quanto para o modelo de efeitos variáveis, todas as variáveis utilizadas foram significativas para a explicação da evasão escolar. Em ambos os modelos, os recursos destinados à assistência estudantil se relacionam de forma negativa com a evasão escolar, indicando que um aumento na primeira ocasiona uma redução na segunda.

Ao se realizar o teste de Hausman, o $\text{Prob} > \chi^2 = 0.0000$, o que indica que o modelo de efeitos fixos melhor representa os dados observados. Desse modo, pode-se inferir que ser aluno beneficiário de programas sociais aumenta a chance de evasão escolar em cerca de 34%, o que possivelmente se relaciona à sua já presente condição de vulnerabilidade socioeconômica. Morar em local distante do campus (fora do município de Almenara) aumenta essa chance em 28%, o que por sua vez retrata a dificuldade de alunos que, além de possuir uma condição socioeconômica vulnerável, possuem dificuldades no transporte para o campus, seja em razão da distância e/ou da própria condição econômica. Possuir renda *per capita* inferior a um salário mínimo aumenta a chance de evasão em 40%, e ser beneficiário de programas de assistência estudantil reduz a evasão escolar em 22%. Desse último resultado depreende-se a importância do programa de assistência estudantil do IFNMG-Campus Almenara no sentido de reduzir as disparidades de permanência do aluno na instituição.

Face aos resultados encontrados na análise econométrica, através do painel de dados, pode-se perceber que a evasão escolar no campus não está condicionada apenas a fatores internos, mas é determinada também por fatores externos. Ao discutir a política pública educacional no IFNMG Campus Almenara, destaca-se a fala de Jannuzzi (2005), já debatida nesta pesquisa, sobre a importância da escolha de indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Esses indicadores permitem a operacionalização de demandas de interesses públicos.

O Campus Almenara utiliza as variáveis: renda *per capita*, local de moradia (se o discente reside em Almenara ou não) e se a família do aluno é beneficiária de programas sociais, para selecionar e contemplar os beneficiários do programa de assistência estudantil. Essas variáveis foram escolhidas dentre a lista de indicadores estabelecida pelo PNAES, no ano de 2007, organizadas após as pesquisas do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES, realizadas pelo FONAPRACE entre 1996 e 1997 e entre 2003 e 2004.

A lista de indicadores do PNAES é padrão para todo o país; entretanto, observa-se que ela merece um aperfeiçoamento regional e uma atualização, respeitando as especificidades do

contexto em que será aplicada. No aspecto uso de indicadores sociais para pontuar a oferta dos serviços em relação ao atendimento à demanda, o campus tem se preocupado em atender aos critérios de avaliação estabelecidos pela política pública educacional. Isso indica um impacto favorável na redução da evasão escolar nos anos considerados, como mostra o modelo; todavia, o que a está prejudicando a assistência estudantil são os valores financeiros que são destinados a essa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou avaliar influências externas ao IFNMG que levaram à evasão escolar os discentes considerados o público-alvo do programa de assistência estudantil implementado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas – Campus Almenara, no período de 2012 a 2016.

Para alcançar o objetivo proposto, inicialmente foi preciso discutir conceitos sobre políticas públicas e políticas públicas educacionais, uma vez que o programa de assistência estudantil está incluído nas inúmeras ações que visam a reverter as desigualdades sociais causadas por fatores históricos.

Constatou-se que as políticas públicas são resultado do reconhecimento de que uma parcela significativa da sociedade enfrenta problemas em seu cotidiano que vão além de seus interesses individuais. Assim, cabe ao Estado prover alternativas que resolvam, ou pelo menos minimizem, esses problemas, visto que os contornos iniciais das políticas sociais contemporâneas estão presentes na Constituição de 1988, sendo, portanto, uma garantia para o cidadão.

Destacou-se na pesquisa que para que as funções estatais sejam exercidas de forma efetiva é preciso haver planejamento e permanente interação entre governos e seus órgãos quanto ao planejamento e execução das ações, de forma que sejam pactuadas metas que orientem a formulação e implementação das políticas públicas. Este planejamento acontece através de um ciclo que busca identificar o problema, definir uma agenda, formular a política, tomar decisões, implementar e avaliar e assim sucessivamente, padronizando, sempre que necessário, as atividades que obtiveram sucesso e agindo corretivamente com aquelas que apresentarem equívocos. A avaliação foi apontada como uma das etapas mais importantes e ao mesmo tempo críticas de todo o processo, pois ela deve acontecer em cada fase do ciclo de forma constante e permanente; no entanto, ela é complexa e de difícil mensuração. Daí surgem os indicadores que auxiliam a aferir os resultados.

Além dos fatos expostos, há a necessidade de interação entre governos e a sociedade para que haja conhecimento da realidade social.

Como o foco do trabalho foi a área social educação, foram evidenciadas as ações afirmativas de ampliação do acesso à escolaridade no Brasil, sendo considerada como um panorama de enfrentamento das desigualdades educacionais. Todavia, concluiu-se que não basta garantir apenas o acesso ao ensino, é preciso certificar como os estudantes,

principalmente de baixa renda, estão sendo acolhidos, pois, para que exista a real possibilidade de inclusão social, é preciso condições para que esses alunos permaneçam e tenham uma boa formação.

Após a discussão dos conceitos, constata-se que dentro das políticas públicas educacionais a assistência estudantil é uma área estratégica, prevista em lei, que busca permitir que jovens especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tenham a oportunidade de ingressar e permanecer em uma instituição de ensino de qualidade.

Para que isso seja possível, o PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil, além de destinar recursos financeiros do Estado para conceder auxílios aos estudantes, prevê o acompanhamento das suas ações através da avaliação do programa e acompanha o desempenho acadêmico do estudante.

O PNAES está regulamentado através do Decreto nº 7.234/10 e tem demonstrado certa fragilidade ao longo dos anos, principalmente por questões financeiras. Essa fragilidade está relacionada ao fato de a regulamentação se dá por meio de um decreto que pode ser revogado pela vontade única do chefe do Poder Executivo.

Nota-se a importância de transformar o decreto em lei, visando a fortalecer o programa e impedir a inviabilização financeira. Além da necessidade de atualização do mesmo, acompanhando as mudanças dos contextos regionais a que são aplicados.

O IFNMG Campus Almenara enfrenta dificuldades para o desempenho orçamentário, ou por ineficiência no repasse financeiro do governo federal ou por falta de informatização ou por escassez de servidores. Além disso, houve uma estimativa de crescimento do dinheiro recebido entre os anos analisados, que se deu pelo aumento de matrículas efetuadas, já que os recursos estão vinculados ao número de alunos. Contudo, em alguns anos, mesmo com o orçamento aprovado, não houve repasse de todo o recurso.

Destaca-se que o aumento dos recursos apenas pelo número de matrículas efetuadas merece ser revisto pelo PNAES, uma vez que este critério não leva em consideração que em algumas localidades a vulnerabilidade social é maior que outras.

Considerando as áreas básicas definidas pelo próprio PNAES na garantia das condições de permanência dos discentes (alimentação, moradia, transporte, atenção à saúde, apoio pedagógico, entre outras), os valores por matrícula anualmente não foram suficientes para atender todo o público-alvo considerado em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Desse modo, a demanda foi bem maior que a oferta, deixando muitos estudantes fora da contemplação dos recursos.

Sobre a evasão escolar dos discentes do IFNMG Campus Almenara, classificados em situação de vulnerabilidade socioeconômica de acordo com o FONAPRACE, o fator renda *per capita* familiar foi o critério com maior peso no processo de seleção. Neste caso, a renda familiar *per capita* deveria ser de até 1 ½ (um salário mínimo e meio), ou seja, a soma de toda a remuneração familiar dividida pelo número de integrantes da família; priorizando o atendimento dos discentes que tiverem a menor renda familiar *per capita*. A maior parte dos alunos pesquisados que ingressaram no Campus era de baixa renda, refletindo o contexto onde o campus está inserido.

Nos anos analisados, o PNAES no Campus Almenara não atingiu todos os seus objetivos e metas, pois não conseguiu distribuir todos os benefícios ofertados e o quantitativo de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica foi alto e as estimativas de atendimento destes discentes foram muito baixas.

É importante destacar que, embora a análise dos recursos financeiros tenha demonstrado índices negativos, a política pública, em sua maioria tem conseguido alcançar mudanças positivas na realidade daqueles que são beneficiados.

Quanto à relação existente entre a evasão escolar no IFNMG Campus Almenara e as características essenciais para ser contemplado pelos programas de assistência estudantil: renda *per capita* familiar; ser beneficiário de programas sociais (Bolsa Família; Benefício de Prestação Continuada; Minha Casa, Minha Vida; Bolsa Verde; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; dentre outros) e local de residência. Conforme os resultados, todas as variáveis utilizadas no modelo são significativas para a explicação da evasão escolar no IFNMG – Campus Almenara.

As influências externas determinantes que ocasionaram a evasão escolar dos discentes considerados o público-alvo do programa de assistência estudantil implementado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas – Campus Almenara no período de 2012 a 2016 estão condicionadas a baixa renda *per capita* familiar, local de moradia do estudante e a variável ser beneficiário de programas sociais. Tais condicionantes descrevem o quadro de vulnerabilidade socioeconômica da região analisada. Além disso, fatores como conciliar trabalho e estudo, adaptação a um novo sistema de ensino, o que exige maior autonomia, conhecimentos prévios formais e informais de maior complexidade, e aprendizados nem sempre vivenciados pelos alunos de camadas mais populares também aumentam as probabilidades de evasão.

A dificuldade de conciliar a jornada de trabalho e o horário escolar é fator de suma importância na decisão de abandonar o ensino. Quando as obrigações profissionais entram em conflito com os compromissos dos estudos, são estes, na maioria das vezes, que são adiados. A falta de informações causa evasão. Ao perceberem que agiram movidos por expectativas infundadas a respeito da instituição ou da profissão escolhida, se decepcionam e passam a considerar a possibilidade de desistência.

Essas influências externas foram consideradas na seleção dos discentes pelo programa e foram escolhidas dentre a lista de indicadores estabelecida pelo PNAES, no ano de 2007.

A partir do estudado e mediante à proposta do PNAES que prevê o acompanhamento das suas atividades através da avaliação do programa que deve ser realizada, de forma permanente, pelas instituições de ensino com a participação dos discentes e pró-reitores, conclui-se que o IFNMG Campus Almenara, em relação aos seguintes fatores, apresenta as respectivas características:

- Relação oferta/ demanda: a demanda (público-alvo) do programa de assistência estudantil do campus é bastante expressiva devido à instituição estar localizada em um contexto de grande vulnerabilidade socioeconômica, segundo os próprios relatórios de gestão. Entretanto, a oferta de auxílios, embora tenha crescido entre os anos analisados, está muito aquém do esperado. Entre 2012 e 2016, o número de benefícios não contemplou nem 50% daqueles que deveriam contemplar. Além dos recursos financeiros se mostrarem poucos, a inexecução desses recursos, a falta de servidores e a falta de um sistema informatizado contribuíram para essa ineficiência.
- Desempenho acadêmico do estudante: não foram identificados no campus mecanismos de acompanhamento e avaliação do desempenho acadêmico dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A assistência estudantil avalia apenas a relação matrícula/evasão, visando à interrupção ou não do benefício, mas não existe uma rede de informações sobre a performance deste aluno durante a efetivação do seu curso. O IFNMG possui um Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito, mas este contempla todos os matriculados da instituição e não apenas o público-alvo do PNAES.
- Mecanismo de avaliação continuada da assistência estudantil: também não foram identificados no campus maneiras de avaliação da assistência estudantil pelos próprios alunos tampouco pela administração.
- Estabelecer indicadores para pontuar a oferta dos serviços em relação ao atendimento à demanda: o campus Almenara estabeleceu, como principais indicadores de seleção do

programa, renda *per capita* familiar, local de moradia do estudante (se reside em Almenara ou não) e a instituição de ensino e a variável ser beneficiário de programas sociais. Esse estabelecimento está embasado na lista de variáveis recomendada pelo PNAES, e o tipo de auxílio destinado ao discente depende de qual categoria em que ele se encaixa.

- Identificar a dinâmica do uso de serviços de complementação da vida acadêmica pelos estudantes usuários dos programas e projetos (bibliotecas, videotecas, eventos culturais e apresentação de projetos de pesquisa e extensão): também não foram identificados métodos específicos de acompanhamento do uso ou da participação dos discentes, contemplados pela assistência estudantil, em programas e projetos de pesquisa ou de extensão do campus. O IFNMG Almenara elabora anualmente o Relatório de Gestão com todas essas informações, mas nada que englobe apenas a assistência estudantil.

Por fim, percebe-se que na instituição, o núcleo de assistência estudantil concentra seus esforços no recebimento e avaliação dos recursos financeiros do PNAES e na relação entre número de matriculados, número de alunos vulneráveis e número de evadidos. No entanto, os mecanismos de avaliação que deveriam compor todas as etapas do ciclo não estão sendo efetivadas.

Este trabalho apresentou como limitação o não aprofundamento em algumas características que também influenciam a evasão escolar. E mesmo levando em consideração variáveis qualitativas como conjuntura familiar, condições físicas e psicossociais que poderiam também determinar a evasão escolar, não abordou de forma expressiva estes temas.

Sugere-se para estudos futuros que sejam feitas pesquisas qualitativas sobre a evasão escolar e os programas de assistência estudantil, buscando a percepção dos discentes, dos servidores responsáveis pelo núcleo e dos gestores do campus. E que os estudos qualitativos sejam comparados com os achados quantitativos.

Ademais, considera-se que a política pública educacional de assistência estudantil, implementada no IFNMG Campus Almenara, ainda precisa ser melhorada. A criação de dispositivos internos de avaliação poderia contribuir com essas melhorias. Espera-se que esta pesquisa sirva como uma primeira avaliação e funcione como suporte para a identificação dos aspectos que necessitam de mudança, saindo da situação atual vivida (*status quo*) para uma situação ideal possível à realidade coletiva.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. F. F. *et al.* Estudo comparativo das proporções de evasão nos cursos técnicos na modalidade subsequente e concomitante do IFNMG - Campus Montes Claros, sob uma visão estatística. **Revista da Estatística da UFOP**, v. 3, 2014. Disponível em: <<http://www.cead.ufop.br/jornal/index.php/rest/article/view/607>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- ALKIMIN, M. E. F.; AMARAL, T. R. do; LEITE, N. **Abandono escolar no curso de Licenciatura em Matemática do IFNMG – Campus Januária**. Disponível em: <<http://www.conferencias.ulbra.br/index.php/ciem/vi/paper/viewFile/1312/312>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- ANDRADE, D. C. T. *et al.* A gestão pública e o REUNI: entre o social e o gerencial. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 9, p. 154-170, ago./dez. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5892/ruvrv.2011.92.154170>>. Acesso em: 13 dez. 2017.
- ANDRADE, A. M. J. de; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Revista Avaliação**, Campinas; v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-772017000200512&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- ARAÚJO, V. de C. A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho. **Texto para discussão**, Brasília, n. 45, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/661/1/A%20conceitua%C3%A7%C3%A3o%20de%20governabilidade%20e%20governan%C3%A7a%20da%20sua%20rela%C3%A7%C3%A3o%20entre%20si%20e%20com%20o%20conjunto%20da%20reforma%20do%20Estado%20e%20do%20seu%20aparelho.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2018.
- BATISTA, E.C. C. **Trajetórias Escolares de Jovens Assentados: Estudo em Arinos/MG**. 2015. 157 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis-SC, 2015.
- BONETTI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Editora Injuí, 2011. p. 59-96.
- BRANCALEON, B. B. *et al.* **Políticas públicas: conceitos básicos**. São Paulo: USP, 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/303682/mod_resource/content/1/MaterialDidatico_EAD%2017%2004%20>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- _____. **Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas-2004-e...08.../download>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. Dicionário de indicadores educacionais: fórmulas de cálculo. Coordenação-Geral de Sistemas Integrados de Informações Educacionais. Brasília, DF: Inep, 2004.

Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Dicion%C3%A1rio+de+Indicadores+Educacionais+f%C3%B3rmulas+de+c%C3%A1lculo/bf7eac55-d33b-42a7-8d54-2d70fa4e24a3?version=1.2>>. Acesso em: 16 set. 2018.

_____. **Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2007.** Disponível em:

<http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>. Acesso em: 12 Nov. 2018.

_____. **Decreto n.º 6096/2007 de 24 de Abril de 2007b.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em: 02 dez.2017.

_____. **Lei n.º 11.892, de 29 de Dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 01 dez. 2017.

_____. **Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 01 dez. 2017.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 01/12/2017.

_____. **Programa de Bolsa Permanência.** O Manual de Gestão do Programa de Bolsa Permanência (PBP). , 2013. Disponível em:

<<http://permanencia.mec.gov.br/docs/manual.pdf>>. Acesso em: 12 Nov. 2018.

_____. **Acesso à informação – orçamento da assistência estudantil – PNAES.** 2017b. Disponível em:

<<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31-47d7-4485-ab65-ab0cee9cf8fe&ID=570924&Web=88cc5f44-8cfe-4964-8ff4-376b5ebb3bef>>. Acesso em: 02 Nov. 2018.

_____. **Expansão da Rede Federal.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoos/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 01 nov. 2108.

BETZEK, S. B. F. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na UTFPR Campus Medianeira**. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma gerencial e legitimação do estado social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p.147-156, jan. - fev. 2017.

_____. Reforma da nova gestão pública: agora na agenda da América Latina. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 53, n. 1, 2002.

BRITO, L. da S.; BARBOSA, A. Programa de auxílio moradia em uma unidade acadêmica de uma universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos discentes beneficiados. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 21 n.1, p. 125-145, 2017.

CAMPOS, C. de M. **Gestão escolar e docência**. São Paulo: Paulina, 2010.

CARVALHO, S. C. da S. **Avaliação da eficácia da Política Pública de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Lavras**. Lavras: UFLA, 2013. 130 p.

CASTRO, J. A. de; OLIVEIRA, M. G. de. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (Org). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

COLARES, M. L. I. S. **As Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Santarém (1989-2002)**. 2005. 183 p. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2005.

_____. Políticas educacionais para a formação docente na educação básica. **EccoS – Revista Científica**. São Paulo, n. 40, p. 67-82, mai./ago. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/715/71548306005.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

CONAE - **CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2010**. Disponível em: <<http://conae.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas – Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-836, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122011000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 dez. 2017.

FERLIE, E. *et al.* **A nova Administração pública em ação**. Brasília: ENAP, 1999.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

FERNANDES, R. G.; LAURADES, J. B. Estudos dos fatores de evasão escolar do curso Técnico em Enfermagem do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. **Revista Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 25, n.1. p. 17-33, jan-abr., 2016. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7865>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HOFFMANN, R. **Análise de regressão: uma introdução à econometria**. 5. ed. Piracicaba: O Autor, 2016.

IFNMG - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Localização do IFNMG**. Publicado no sítio institucional em 24/09/2009. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/orgaos-consultivos/cispctae/o-cispctae/17-portal/institucional/2-localizacao>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

_____. **Plano de Definição da Política de Assistência Estudantil**. Aprovado pela Resolução n.º 29/2011, do Conselho Superior, de 25 de fevereiro de 2011. 2011a.

_____. **Regimento Geral do IFNMG**. Resolução CS n.º 16, de 19 de novembro de 2010. 2011b. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/documentosinstitucionais/regulamentos>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

_____. **Regulamento da Política de Assistência Estudantil**. Aprovado pela Resolução 33/2012 do Conselho Superior de 03 de Agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/index.php/legislacao-assistencia-estudantil>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. 2018. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2014/PDI%202014-2018%2009-12-13.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

_____. **Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito do IFNMG**. 2018 b. Disponível em: <http://documento.ifnmg.edu.br/action.php?kt_path_info=ktcore.actions.document.view&fDocumentId=26639>. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2012**. 2012. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/acessoainformacao/auditorias>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. 2014. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/acessoainformacao/auditorias>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. 2015. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/acessoainformacao/auditorias>>. Acesso em: 15/11/2018.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. 2016. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/acessoainformacao/auditorias>>. Acesso em: 15 nov.2018.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. 2017. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/acessoainformacao/auditorias>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

JANNUZZI, P. de M.. Indicadores sociais na formulação e avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.36, n. 1, p.51-72, jan/fev., 2002. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2018.

_____. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160 Abr/Jun., 2005. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222/227>>. Acesso em: 16 set. 2018.

_____. Avaliação de Programas Sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 36, Jan/jul., 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228/212>>. Acesso em: 16 set. 2018.

JARDIM, A. C. G. de S.. **Análise dos motivos que levaram à evasão discente dos cursos Profissionais do polo sede de Teófilo Otoni/MG, da rede e-Tec do IFNMG**. 2015. 190 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri Teófilo Otoni, 2015.

KOWALSKI, A. V. **Os (Des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Porto Alegre, 2012. Disponível em:<<http://www.servicosocialnaeducacao.info/wp-content/uploads/2012/06/Os-descaminhos-da-pol%C3%ADtica-de-assist%C3%A2ncia-estudantil-e-o-desafio-na-garantia-de-direitos.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

LAKATOS, E. M.; M., M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, W. A. S.; DAVEL, E. P. B.. Implementação de Política Pública de Assistência Estudantil nas IFES: a perspectiva da efetividade e suas virtudes. 2016. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA**, 16., 2016, Florianópolis.. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/171277>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

MADUREIRA, C.; RODRIGUES, M.. A Administração Pública do século XXI: Aprendizagem organizacional, mudança comportamental e reforma administrativa. **Comportamento organizacional e gestão**, v. 12, n. 2, p. 153-171, 2006.

MAGALHÃES, E. C. L. C.. **Trajatória Escolar: Memórias, Razões e Intervenientes. O curso PROEJAdo IFNMG - Campus Januária: Um estudo de caso**. Florianópolis, SC,

2015. 206 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MINCATO, R. Políticas públicas e sociais: uma abordagem crítica e processual. *In*: OLIVEIRA, M. de. (Org). **Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências**. Caxias do Sul: Educs, 2012.

MONTENEGRO, R. L. G.; DINIZ, B. C.; SIMÕES, R. F.. *Ciência e Tecnologia versus estruturas estaduais: uma análise em dados em painel (2000 - 2010)*. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 42., 2016. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro. 2016 Disponível em: <<https://econpapers.repec.org/paper/anpen2014/133.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

NASCIMENTO, E. C. do. Vale do Jequitinhonha: Entre a carência social e a riqueza cultural. **Revista de Artes e Humanidades**, v. 04, 2009. Disponível em: <<http://www.revistacontemporaneos.com.br/n4/pdf/jequiti.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

OLIVEIRA, N. M. de (Org.). De Smith ao neoliberalismo: um ensaio sobre o papel do estado na economia capitalista. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 12, n. 23, p. 89-99, 2º sem. 2012.

OLIVEIRA, V. C. da S. e. Modelos de Administração pública. *In*: SANABIO, M. T. *et al.* **Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão**. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

PACHECO, E.(Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2010.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa Abordagem teórico prática**. Campinas: Papirus, 1996.

PARO, V. **Administração escolar: introdução crítica**. 17 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

QUEIROZ, B. T. M. de. **O Programa de Assistência e Apoio aos alunos em situação devulnerabilidade socioeconômica do IFNMG – Campus Almenara: um estudo sobre a Educação Profissional Técnica de nível médio**. 119 p. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Instituições Educacionais) - Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2015. Disponível em: <<http://media.ufvjm.edu.br/content/uploads/sites/97/2017/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Bruna-Tatianne-Moura-De-Queir%C3%B3s.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

RECKTENVALD, M.; MATTEI, L.; PEREIRA, V. A. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Revista Avaliação**, Campinas, v. 23, n. 02, p. 405-423, jul. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.

php?pid=S1414-40772018000200405&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 ago. 2018.

ROCHA, J. A. O. **Gestão Pública e Modernização Administrativa**. Oeiras: Instituto Nacional Administração, 2001. 203 p.

ROSA, A. C. F.; AMORIM, J. M.; MACEDO, L. F. L. Contextualização do instituto federal do Tocantins na esfera das políticas de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 4, n. 7, p. 113-126, Jan./jun., 2015. Disponível em: <://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/15086>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SECCHI, L.. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, C. J. R. S. (Org.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009.

SILVA, I. M. de A. da; DORE, R.. A evasão de estudantes com deficiência na redefederal de educação profissional em Minas Gerais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 29, n. 54, p. 203-214, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 15/08/2018.

SILVA FILHO, R. L. L. e; LOBO, M. B. de C. M.. **Esclarecimentos metodológicos sobre os cálculos de evasão**. São Paulo: Instituto Lobo, 2012. Disponível em: <http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_078.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

SILVA FILHO, R. L. L. e *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

SJÖBLOM, G. Problemi e soluzioni in politica. **Rivista Italiana di Scienza Política**, v. 14, n. 1, p. 41-85, 1984.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n.16, p.20-45, 2006.

SOUZA, J. V. A. de.; NOGUEIRA, M. das D. P. (Orgs). **Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

SOUZA, L. G. de. **Avaliação pública de políticas educacionais: concepções e práticas avaliativas dos organismos internacionais no Brasil**. 170 f. il. 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17308/1/Tese%20Lanara%20Souza.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

TERRA, V. F. **Implementação da política de assistência estudantil: um estudo de três instituições federais de ensino superior localizadas no Sul de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal de Lavras, 2015. 202 p. Disponível em:

<http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/9341/2/DISSERTACAO_Implementa%C3%A7%C3%A3o%20da%20pol%C3%ADtica%20de%20assist%C3%A2ncia%20estudantil.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2018.

TRIVIFIOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VELOSO, T. C. M. A.; SILVA, M. das G. M. da. Avaliação de programas de expansão e ingresso nas universidades federais e os reflexos na permanência do estudante. **Educação em Debate**, Fortaleza, anos 35-38 - n.ºs. 66-71. jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/74>>. Acesso em: 15 ago. 2018.